

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL
MESTRADO**

LUCIANA BARBOSA DA SILVA VEGA

**EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E AS REDES DE
PROTEÇÃO: UM ESTUDO SOCIOAMBIENTAL NA CIDADE DO RIO GRANDE**

**RIO GRANDE - RS
2011**

LUCIANA BARBOSA DA SILVA VEGA

**EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E A REDE DE
PROTEÇÃO: UM ESTUDO SOCIOAMBIENTAL NA CIDADE DO RIO GRANDE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Simone dos Santos Paludo

**RIO GRANDE - RS
2011**

LUCIANA BARBOSA DA SILVA VEGA

**EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E A REDE DE
PROTEÇÃO: UM ESTUDO SOCIOAMBIENTAL NA CIDADE DO RIO GRANDE**

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Ambiental do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

Comissão de Avaliação formada pelos examinadores:

Prof^ª. Dr^ª. Simone dos Santos Paludo - Orientadora
Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Prof^ª. Dr^ª. Maria Ângela Mattar Yunes
Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Prof. Dr. Elder Cerqueira-Santos
Universidade Federal do Sergipe - UFS

As crianças e adolescentes que por todos os motivos: violência, abandono, violação de sua cidadania, medo, exclusão, desamparo, marginalização e desamor, não perderam a vontade de sonhar, mesmo que tudo lhes prove o contrário...

AGRADECIMENTOS

À minha família, Leandro e Leandro José, por cada dia de incentivo, compreensão, parceria, acreditando neste sonho, pelo apoio imprescindível durante cada momento de minha vida, a eles sou imensamente grata!

À minha mãe Vera Lúcia, pelo apoio inesgotável, na longa e contínua caminhada que compartilhamos, no dia-a-dia, nos momentos de dificuldades, nas alegrias, no amor que ultrapassa tempo e espaço.

À minha avó Alice, por todo o amor e tudo que me ensina!

Aos que não estão mais aqui, pela proteção... uma saudade que não encontro palavras...

Agradeço a minha Orientadora Prof^a. Simone Paludo, por cada passo que conquistei nessa caminhada. Por sensibilizar meu olhar de forma significativa, como pesquisadora e pessoa, enfim, reflexões e contribuições valiosas que me conduziram na construção e conclusão deste estudo. Pela atenção, carinho e paciência, muito obrigada!!!

Agradeço a equipe de pesquisa: Luiza, Taíola, Catiúscia, Ana Paula, por toda a ajuda, compartilhando experiências, com muita dedicação e sempre presentes nesse desafio proposto.

À todos (as) professores (as) do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, por cada contribuição em minha permanente jornada.

À Prof^a. Elisabeth Brandão Schmidt, pelo apoio durante o Mestrado, pelo carinho, humanidade, pela força em um momento que tanto precisei!

Ao Secretário da PPGEA, Gilmar Conceição, pela dedicação, paciência e ajuda prestada em todos os momentos solicitados.

Agradeço ao feliz encontro com a “Borboleta” Joice, pela descoberta da amizade, companheirismo, luta e por acreditar sempre que podemos ultrapassar desafios, sonhar e concretizar esses sonhos...

Agradeço as participantes das entrevistas, por compartilhar suas histórias de vida, pela força interior que tanto nos ensina, em meio à violência, descaso, estigma.

Aos vários segmentos da Rede de Atendimento, Proteção e Enfrentamento a ESCA, agradeço em especial, a Gessy, Maria da Graça, Vera Matheus e Rosana pela contribuição no presente estudo.

Ao Dudu e a Bia pela colaboração nessa caminhada.

De forma carinhosa, agradeço a preciosa contribuição da Rede Família, representadas pela Cláudia e Maria Cristina.

Aos professores Elder Cerqueira-Santos e Maria Ângela Yunes pelas valiosas contribuições teóricas e metodológicas durante a qualificação, oportunizando outros olhares e discussões fundamentais nesse estudo, e por fazer parte desse momento.

Agradeço ainda a Capes, pelo apoio financeiro oferecido pela concessão de uma bolsa de estudos.

A todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram direta ou indiretamente com este estudo e estiveram ao meu lado nesta caminhada.

E agradeço principalmente a Deus, por ter me dado forças, por ser minha energia de todos os dias.

Nós vos pedimos com insistência:
Nunca digam - Isso é natural
Diante dos acontecimentos de cada dia,
Numa época em que corre o sangue
Em que o arbitrário tem força de lei,
Em que a humanidade se desumaniza
Não digam nunca – Isso é natural
A fim de que nada passe por imutável.

(Bertold Brecht)

RESUMO

A exploração sexual de crianças e adolescentes (ESCA) é uma realidade em diversas regiões e territórios brasileiros. Devido à vulnerabilidade socioambiental do município de Rio Grande, que tem na atividade portuária a sua principal atividade econômica, uma reflexão sobre o envolvimento de crianças e adolescentes com o mercado do sexo deve ser priorizada. Diante dessa realidade, o presente estudo buscou compreender a ESCA no município do Rio Grande, e segue a linha de pesquisa da Educação Ambiental Não Formal, utilizando como método a Inserção Ecológica. Para isso, dois estudos foram propostos. O Estudo I teve como objetivo mapear a realidade da exploração sexual de crianças e adolescentes na cidade do Rio Grande e identificar a rede de proteção construída no município para o enfrentamento dessa violação. Uma versão adaptada do protocolo de mapeamento foi aplicada a três conselheiras tutelares, cada uma representando uma microrregião I, II e III e a uma representante do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). O estudo II teve como objetivo investigar a percepção da vítima de exploração sexual sobre a violação propriamente dita e o seu conhecimento, acesso e avaliação da rede de proteção existente. Nessa etapa participaram cinco meninas com faixa etária de 11 a 17 anos que cumpriram os seguintes critérios: sexo feminino ou masculino, idade até 18 anos e envolvimento em alguma forma de exploração sexual (prostituição, turismo sexual, pornografia, tráfico para fins sexuais). Entrevistas semi-estruturadas foram realizadas com as participantes. Os dados foram submetidos a análises quantitativas e qualitativas. Dentre os principais resultados obtidos no Estudo I, é possível destacar que existem registros da ESCA no município do Rio Grande, apesar do silêncio mantido quanto essa violência. Também existe uma rede destinada ao atendimento dessa demanda, porém os serviços contatados a percebem de forma confusa quanto ao papel que cada instituição desempenha na proteção integral da criança e do adolescente. Já os dados obtidos no Estudo II evidenciaram que as vítimas não percebem a condição de violação, favorecendo a manutenção e perpetuação da exploração. A rede é desconhecida para as vítimas, as meninas não reconheceram a atuação e articulação desses serviços, mesmo já tendo sido acolhida por eles. Os estudos I e II demonstraram que a exploração sexual de crianças e adolescentes na cidade do Rio Grande é uma realidade que se mantém silenciosa e velada que desafia os serviços que compõem a rede de proteção e exige uma reflexão sobre a sua forma de ação e articulação no enfrentamento da exploração sexual, para que sejam reconhecidos principalmente pelas vítimas da ESCA. Esse reconhecimento é fundamental para que estratégias sejam articuladas e intervenções realizadas em sua efetividade.

Palavras-chave: Exploração Sexual; Crianças; Adolescentes; Redes de Proteção; Educação Ambiental.

ABSTRACT

The sexual exploitation of children and adolescents (ESCA) is a reality in several regions and Brazilian territories. Due to the socio-environmental vulnerability of the town of Rio Grande, this has in the port activity its major economic activity. A reflection about the involvement of children and adolescents in the sex market must be prioritized. Faced with this reality, the current study searched for comprehending the ESCA in the town of Rio Grande, and follows the line of research of the Not Formal Environmental Education, using as method the Ecologic Insertion. For this, two studies were proposed. The Study I had as objective to map the reality of sexual exploitation of children and adolescents in the town of Rio Grande and identify the net of protection built in the place to confront this violation. An adapted version from mapping protocol was applied to three guardianship counselors, each one representing a micro region I, II and III and to a representative of Specialized Center for Social Assistance (CREAS). Study II had as objective to investigate the perspective of the victim of sexual exploitation about the violation itself and its knowledge, access and evaluation of the net of the existing protection. In this stage participated five girls between the ages 11 and 17 who fulfilled the following criteria: female or masculine sex, age until 18 years old and somehow involved in sexual exploitation (prostitution, sexual tourism, pornography, trading for sexual purposes). Interviews semi-structured were conducted with the participants. The data were analyzed quantitatively and qualitatively. Between the main results gotten in Study I, it is possible to highlight that there are records of ESCA in the town of Rio Grande, despite of the silence kept concerning this violence. Also there is a net designed to the attendance of this demand, though the hired services perceive it in a confuse way as the role that each institution plays in the full protection of the child and the adolescent. Nevertheless, the data obtained in the Study II showed that the victims did not perceive the condition of violation, favoring the maintenance perpetuation of exploitation. The net is unknown to the victims; the girls did not recognize the acting and articulation of these services, even having been accepted by them. The studies I and II showed that the sexual exploitation of children and adolescents in the town of Rio Grande is a reality that is kept silent and veiled challenging the services that compose the net of protection and demands a reflection about its way of action and articulation in the sexual exploitation confront, to be recognized specially by the victims of ESCA. This recognition is essential so that the strategies are articulated and the interventions performed effectively.

Key-words: Sexual Exploitation; Children; Adolescents; Protection Net; Environmental Education.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Registros da distribuição quantitativa da ESCA na cidade do Rio Grande (2008/2009).....	54
Tabela 2 - Perfil das Vítimas da Exploração Sexual.....	56
Tabela 3 - Localidades de ocorrência da ESCA e Origem das Vítimas.....	59
Tabela 4 - Rede de Proteção no Município de Rio Grande/RS.....	61
Tabela 5 - Unidades da análise, categorias e subcategorias do estudo II.....	76

LISTA DE SIGLAS

ABRAPIA - Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência.....	36
CAPS - Centros de Atenção Psicossocial.....	61
CAPS AD - Centros de Atenção Psicossocial - Álcool e Drogas.....	61
CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes.....	21
CEPAS - Comitê de Ética em Pesquisa na Área da Saúde.....	51
CEP- Rua - Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas de Rua.....	61
CF - Constituição da República Federativa do Brasil.....	19
COMDICA - Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.....	61
COMEVI F - Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência Familiar.....	61
CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.....	21
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito (da Prostituição Infante-Juvenil).....	21
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social.....	61
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social.....	22
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente.....	19
ESCA - Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.....	15
FEBEM - Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor.....	19
FUNABEM - Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor.....	19
FURG – Universidade Federal do Rio Grande.....	14
GT III – Grupo Tático de Combate.....	65
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.....	38
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.....	22
NUCEPEC/UFC - Núcleo Cearense de Estudo e Pesquisa sobre a Criança da Universidade Federal do Ceará.....	61
ONGs – Organizações Não Governamentais.....	64
ONU – Organização das Nações Unidas.....	44
OIT – Organização Internacional do Trabalho.....	16
PAIR - Programa Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infante-Juvenil.....	23
PESTRAF - Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil.....	22
PIM - Primeira Infância Melhor.....	61
PRF – Polícia Rodoviária Federal.....	20
PSF – Programa Saúde da Família.....	92
SAM - Serviço de Assistência ao Menor.....	19
SINDLAB - Laboratório Industrial Sindical/Mercosul e União Européia.....	38
SMCAS - Secretária Municipal de Cidadania e Assistência Social.....	61
SMEC - Secretaria Municipal de Educação e Cultura.....	61
SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social.....	22
SUAS - Sistema Único de Assistência Social.....	32
UBSF - Unidades Básicas de Saúde da Família.....	61
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância.....	23
USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional.....	22
WCF - Fundação da Childhood Brasil.....	20

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES.....	14
1.1. HISTÓRIA DA VIOLAÇÃO NA INFÂNCIA E O CONTEXTO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL NO BRASIL.....	18
1.2. DEFINIÇÃO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL E AS SUAS FORMAS.....	23
1.3. AS REDES DE EXPLORAÇÃO SEXUAL.....	28
1.4. AS REDES DE PROTEÇÃO.....	30
CAPÍTULO II – EXPLORAÇÃO SEXUAL NA PERSPECTIVA DA ABORDAGEM BIOECOLÓGICA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	34
2.1. PROCESSO.....	35
2.2. PESSOA.....	35
2.3. CONTEXTO.....	36
2.4. TEMPO.....	41
2.5. RISCO, VULNERABILIDADE, PROTEÇÃO E RESILIÊNCIA.....	42
CAPÍTULO III – EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E A LEGISLAÇÃO.....	44
3.1. CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA DE 1988.....	44
3.2. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ECA.....	45
3.3. PLANO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES -2000.....	46
3.4. LEI 12.015/2009.....	47
CAPÍTULO IV – MÉTODO – ESTUDO I.....	50
4.1. DELINEAMENTO E CONTEXTO DO ESTUDO.....	50
4.2. PARTICIPANTES.....	51
4.3. CONSIDERAÇÕES ÉTICAS, INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS.....	51
4.4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	52
CAPÍTULO V – MÉTODO – ESTUDO II.....	68
5.1. DELINEAMENTO E CONTEXTO DO ESTUDO.....	68

5.2. PARTICIPANTES.....	69
5.3. CONSIDERAÇÕES ÉTICAS, INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS.....	69
5.4. INSERÇÃO ECOLÓGICA: A TRAJETÓRIA PERCORRIDA.....	70
5.5. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	76
5.5.1. Pessoa.....	76
5.5.2. Processo proximal.....	80
5.5.2.1. Relações estabelecidas com a ESCA.....	80
5.5.2.2. Relações que se estabelecem com os clientes.....	83
5.5.3. Contexto.....	87
5.5.3.1. O microsistema familiar e a ESCA.....	87
5.5.3.2. O mesossistema das vítimas de ESCA.....	91
5.5.3.3. O Exossistema das vítimas da ESCA.....	93
5.5.3.4. O Macrossistema das vítimas da ESCA.....	94
5.5.4. Tempo.....	96
5.5.4.1. Linha do tempo quanto a ESCA e as situações vivenciadas pelas vítimas.....	96
5.5.4.2. Projetos de futuro das vitimas de ESCA.....	97
CAPÍTULO VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
REFERÊNCIAS.....	107
ANEXOS.....	114
ANEXO A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA O CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CREAS.....	115
ANEXO B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA O CONSELHO TUTELAR.....	116
ANEXO C: PROTOCOLO DE MAPEAMENTO E REGISTRO DE EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E DAS REDES DE ATENDIMENTO EXISTENTES NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE.....	119
ANEXO D: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA OS PAIS OU RESPONSÁVEIS LEGAIS DA CRIANÇA OU ADOLESCENTE PARTICIPANTE.....	123

ANEXO E: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA AS CRIANÇAS E OS ADOLESCENTES PARTICIPANTES.....	126
ANEXO F: ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS ABRIGADAS (OS) E CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS NÃO ABRIGADAS (OS).....	128
ANEXO G: FIGURA 1 – MAPA DAS LOCALIDADES DE OCORRÊNCIA DA ESCA E DE ORIGEM DAS VÍTIMAS - PERIMETRO URBANO DA CIDADE DO RIO GRANDE.....	138
ANEXO H: FIGURA 2 – MAPA DAS LOCALIDADES DE OCORRÊNCIA DA ESCA E DE ORIGEM DAS VÍTIMAS - DISTRITOS DA CIDADE DO RIO GRANDE – CASSINO.....	139
ANEXO I: FIGURA 3 – MAPA DAS LOCALIDADES DE OCORRÊNCIA DA ESCA E DE ORIGEM DAS VÍTIMAS - DISTRITOS DA CIDADE DO RIO GRANDE – VILA DA QUINTA.....	140
ANEXO J: MATERIAL JORNALÍSTICO SOBRE O CASO DO PADRE PEDÓFILO EM RIO GRANDE/2009.....	141

CAPÍTULO I

PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES

Nas primeiras reflexões sobre a presente pesquisa, penso na importância de enfatizar, de maneira breve, minha caminhada na formação acadêmica e pessoal, realizando as conexões possíveis em relação à escolha do objeto de estudo e do desenvolvimento desse projeto, como pesquisadora em Educação Ambiental.

Primeiramente, relato minha trajetória acadêmica ao ingressar em 1992 no Curso de Direito/FURG. Tal escolha foi motivada por um perfil preocupado com as questões sociais e com a garantia desses direitos. Assim procurei com a formação jurídica, caminhos possíveis para a consolidação efetiva da justiça, da garantia de direitos, da igualdade e cidadania. Constatando os anseios que persistiam e percebendo a importância da educação e de sua ação transformadora em todos os setores da sociedade, fui impulsionada a uma nova graduação, agora na área referida, ingressando em 2004 no Curso de Pedagogia Anos Iniciais/FURG. Foram duas experiências marcantes em minha vida profissional e pessoal. Vivenciei as questões jurídicas e os trâmites legais, com legislações, artigos e seus respectivos códigos, no entanto, minha intensa procura pelos direitos sociais continuava a me instigar, principalmente por questões que abraçavam os menos favorecidos, em situação de vulnerabilidade e risco.

Fui percebendo que a educação é um espaço de discussões, de alternativas e de transformações dessas realidades. Nesse âmbito, além dos conteúdos programáticos, das relações estabelecidas com as crianças, adolescentes e suas famílias, a sociedade estava sendo representada e era preciso atentar as problemáticas que se apresentavam. Como educadora, jurista, pesquisadora, principalmente como cidadã, percebo no contato direto e efetivo com a realidade de crianças e adolescentes, os diferentes contextos, histórias de vida, muitas dessas marcadas por trajetórias da exclusão sob diversas óticas, combinadas as situações perturbadoras quanto as mais variadas formas de violência sofrida cotidianamente, por meninos e meninas...

Ao descobrir a Educação Ambiental, como linha de pesquisa de extrema importância, ao visualizar ações coletivas e direcionadas ao cotidiano da população, busquei investigar os diferentes ambientes, identidades e pertencimentos, assim como a vulnerabilidade que cada grupo está inserido, especificamente, as crianças e/ou adolescentes vítimas da exploração sexual e a atuação/articulação das redes protetivas na efetiva transformação dessa realidade de violência. A Educação Ambiental não deve ser tratada como tema sensacionalista ou

desmembrada do contexto de nossa realidade diária. Ressaltar a urgência de soluções e de modificações críticas de comportamentos e atitudes traduz parte de uma trajetória permanente do ser humano/ ser cidadão e, portanto, perfaz um caminho que respeita as diferenças, luta pela garantia de direitos, acredita na autonomia e na solidariedade e a partir dessas constrói uma nova percepção do homem e do universo.

De acordo com esse entendimento penso que tal caminhada se iniciou pelos anseios quanto a garantia dos direitos sociais, aproximando-me de diferentes realidades, oportunizando profundas reflexões e estratégias para transformar esses contextos. No entendimento e percepção das mudanças que inicialmente ocorrem na pessoa do pesquisador, ao sensibilizar o olhar em relação ao outro e a si mesmo, enquanto parte agente dessa rede relacional, enfatizo o pensar como pesquisadora, as contribuições valiosas encontradas no aporte teórico dessa proposta, nas novas interpretações e olhares conjuntos, vivenciados com a orientação e a equipe de estudos, ao problematizar através da inserção ecológica, a realidade cotidiana das vítimas da ESCA e das Redes de proteção no enfrentamento da mesma.

A escolha do objeto de pesquisa não foi um momento fácil, no entanto, de forma instigante, foi se delineando, contemplando preocupações relevantes no contexto socioambiental, como estudo/análise dos sujeitos, de suas subjetividades que permanentemente se reconstróem, nas suas inter-relações ao construírem a história humana. Como proposta de investigação, ao traduzir as diversas realidades marcadas pela violência sexual na infância e juventude, assim como, verificando as relações sociais protetivas que estão sendo estabelecidas no enfrentamento da ESCA, foi possível problematizar o ser humano na sua constituição como agente/participante em sua trajetória, como parte legítima de cidadania, nos diferentes contextos em que está direta ou indiretamente inserido, e ainda, analisar as ações e influências dessa inserção nos múltiplos espaços/ambientes.

Também procuro neste estudo ressaltar a urgência de ações/intervenções quanto à proteção de crianças e adolescentes em risco, verificando como se procede todo esse contexto, enquanto dinâmica da ESCA no município do Rio Grande, composta por uma rede de exploração organizada, que se perpetua pela criminalidade e pelo silêncio, seja das vítimas, seja das redes protetivas ou autoridades, seja pela própria sociedade.

Tratar da exploração sexual é tratar da violação e da privação de uma série de direitos humanos, direitos esses que são garantidos pela legislação brasileira, mas que acabam sendo silenciados quando se verifica que muitos meninos e meninas têm o seu corpo, a sua sexualidade e a sua dignidade utilizados e vendidos como mercadoria. A exploração sexual de crianças e adolescentes (ESCA) representa o estado do não exercício do direito à vida e à

saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à convivência familiar e comunitária, à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer. O próprio Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) exalta, em seu artigo 5º, que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. No entanto, no cenário atual, a coibição dessa prática configura um desafio para a academia, para os governantes, para a sociedade e para as próprias vítimas.

A violência, a desigualdade de poder, os fins lucrativos, o estigma, a vergonha, a vulnerabilidade social, a (des)articulação das redes de proteção, a necessidade de acesso e inclusão ao mundo do consumo podem levar muitas crianças e adolescentes no Brasil a vivenciar diariamente a exploração sexual através de práticas de prostituição, pornografia, de turismo sexual e de tráfico de pessoas para fins sexuais. Conhecer essa realidade e a sua forma de manifestação delimita traços característicos e peculiaridades das mais diversas faces da violência sexual, oportunizando um maior entendimento das situações vivenciadas, tipificando delitos, penas correspondentes e orientando as redes protetivas em suas ações efetivas para o enfrentamento e apoio a tais vítimas. A literatura tem apontado que tal fenômeno atinge, especialmente, as camadas mais pobres da sociedade, e não somente essas, e está arraigado em redes de exploração bastante estruturadas, alicerçadas pela falta de políticas públicas efetivas e atuantes, pelo descaso de governantes e da sociedade, por uma cultura machista, que não valoriza a mulher, a infância e a juventude, usufruindo de mentes e corpos, para aplacar desejos, poderes autoritários, exercendo sua desumanidade.

A ESCA é uma realidade em diferentes regiões brasileiras e no município de Rio Grande não é diferente. Rio Grande é uma cidade vulnerável a situações de violação da infância e da juventude em função das suas principais características - é uma cidade portuária, que tem o segundo maior porto em movimentação de cargas do Brasil. Dados da Organização Internacional do Trabalho- OIT (2007) e mais recentes do Mapeamento dos Pontos Vulneráveis à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Federais Brasileiras – 2009/2010¹ revelam que esse grande fluxo de pessoas tem favorecido a criação de pontos de exploração sexual na rodovia de acesso ao município.

Somada a esse cenário, o município está vivenciado uma grande expansão no pólo naval, transformando a região em grandes canteiros de obras, predominantemente masculinos.

¹ A 4ª edição do Mapeamento dos Pontos Vulneráveis à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Federais Brasileiras – 2009/2010 é fruto de uma parceria inédita e multisetorial composta do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República, Organização Internacional do Trabalho, Childhood Brasil e o setor privado.

Esse fato pode atrair ainda mais as crianças e os adolescentes que trocam seu corpo por dinheiro, drogas e outros bens de consumo, bem como pode potencializar a vulnerabilidade socioambiental já presente no município. No processo de construção de algumas reflexões sobre o presente projeto de pesquisa, torna-se necessário realizar possíveis conexões e inter-relações quanto à escolha do objeto de pesquisa e de seu desenvolvimento. Como pesquisadora em Educação Ambiental, desenho uma proposta que desacomoda, denuncia e problematiza a ESCA, através das diversas leituras/releituras, ampliando nossas percepções do mundo, do outro e de cada singularidade, sobretudo, ao perceber o ser humano na constituição como sujeito protagonista de seu destino, em sua constante interação com os diferentes espaços ambientais.

Segundo Michele Sato:

[...] a Educação Ambiental é um colorido que possui diversas imagens, vozes e sentidos, que dependem de cada sujeito ecológico num universo em movimento [...] a Educação Ambiental representa um processo, no qual a participação da sociedade não pode ser somente meio, mas meta a ser atingida. No exercício de avanços e recuos, que o envolvimento social consiga sair de seu enclausuramento meramente econômico, dando espaços às dimensões da cultura e da natureza e possibilitando o processo de transformação pelas mãos da Educação ambiental. (2002, p.68)

Essas reflexões propiciam a busca de suporte teórico e metodológico para o projeto, uma vez que a atitude investigativa possibilita ir além, transcender conceitos e preconceitos. Não basta somente conhecer as diferentes realidades, torna-se enfático entender, problematizar, e mobilizar enfrentamentos, em que o agente/participante perceba sua ação singular, no coletivo das transformações. Ao remeter a discussão ao Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis formulado na Rio-92, este sugere uma preparação para modificações necessárias a partir de um entendimento coletivo. A vulnerabilidade social, a degradação humana e ambiental e a violência são como reflexos de uma sociedade que se baseia na superprodução e superconsumo de encontro à subprodução e subconsumo (CARVALHO, 2006). É essencial perceber a erosão de valores básicos, e o domínio da alienação e não-participação na transformação de realidades como eixos norteadores da reflexão ecológica sobre a ESCA.

Diante desse quadro, o presente estudo objetiva identificar a rede de proteção construída para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes no município do Rio Grande, bem como investigar a percepção da vítima de exploração sexual sobre a violação propriamente dita e o seu conhecimento, acesso e avaliação da rede de proteção existente.

Serão contemplados como objetivos específicos a identificação e o alerta sobre situações de risco e grupos vulneráveis a esse tipo de exploração através de um diagnóstico que visa o mapeamento da oferta e a demanda de serviços de prevenção, atendimento e responsabilização frente à problemática. Além disso, pretende avaliar as intervenções em execução, verificando como os atores sociais envolvidos na proteção, na prevenção, no atendimento e na repressão, assim como, as vítimas, percebiam as suas práticas, as suas interações e suas intervenções na exploração sexual.

Os questionamentos que nortearam esse estudo são: Qual a dimensão da ESCA no município do Rio Grande? Qual a rede de proteção existente relacionada à ESCA? Quais as redes são percebidas como proteção pela própria rede? Como as vítimas – crianças e adolescentes - percebem o sistema de exploração sexual (as quais estão inseridas)? E como essas mesmas vítimas percebem e acessam as redes de proteção do município mencionado?

Tal estudo pretende perfazer as interlocuções necessárias nesse circuito de violência, repleto de desigualdade de poder e de desigualdade social, com os envolvidos nessa ação/reação/ação, e assim, analisar, problematizar e contextualizar as articulações de tais implicações na vida dos vitimizados, com suas percepções e as implicações quanto às redes de enfrentamento e na sociedade como um todo. Busca-se sensibilizar o olhar das instituições referidas, assim como diferentes segmentos sociais, contemplando desde os micros até os macrossistemas que envolvem a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes, ao possibilitar reflexões, ações e mobilizações efetivas quanto a entendimentos e posturas no enfrentamento de tal violência.

1.1. HISTÓRIA DA VIOLAÇÃO DA INFÂNCIA E O CONTEXTO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL NO BRASIL

A infância passou longo período da história no esquecimento. Na Idade Média, as crianças eram vistas como seres produtivos, inclusive com funções utilitárias para a sociedade, uma vez que participavam da economia doméstica e compartilhavam o trabalho com os adultos (ARIÈS, 1981). O mesmo autor destaca que foram séculos de altos índices de mortalidade e de práticas de infanticídio. Essa perspectiva se mantém até o surgimento da sociedade capitalista no século XVII. Diante dessa nova forma de organização, diversas mudanças políticas, sociais e culturais foram acontecendo. Segundo Ariès (1981) é nesse momento que surge o sentimento da infância, ou seja, os adultos passam a ter consciência da particularidade infantil e transformam a relação com as crianças. Essa aproximação pais-

crianças gerou um sentimento de família, promovendo uma relação de cuidado e um investimento na educação dessas. Tomas e Fonseca (2004) acrescentam que apenas no século XIX as crianças deixaram de ser social e juridicamente invisíveis, pois nessa época foram formuladas as primeiras leis de proteção à infância na Europa. No entanto, no Brasil essa realidade foi um pouco diferente.

De acordo com Rizzini e Rizzini (2004), a atenção à criança brasileira iniciou no século XVIII e foi marcada por diferentes ações: caritativas, assistencialistas e menoristas. Esta última refletiu na promulgação do Código Civil Brasileiro em 1916 e do primeiro Código de Menores em 1927. Esses instrumentos tratavam das diferentes infâncias existentes no país: aquela protegida pela família e aquela abandonada ou empobrecida. Como a legislação visava o assistencialismo e o controle social o foco foi dado para as crianças pobres ou, ainda, os chamados expostos, vadios e os mendigos. Souza (2008) salienta que esses aparatos jurídicos fortaleceram o discurso da criança abandonada e reforçaram a relação entre pobreza e delinqüência. Diante desse contexto, surgiram diversos sistemas de atendimento meramente assistenciais e correccionais, a saber, o Serviço de Assistência ao Menor - SAM, Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor - FUNABEM e a Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor - FEBEM. A legislação vigente até então confirmava a concepção da incapacidade das famílias pobres em educar seus filhos. O segundo Código de Menores instaurado em 1979 instituiu a categoria de menor em situação irregular que, da mesma forma que o código de 1927, expunha as famílias pobres à intervenção do Estado (RIZZINI & RIZZINI, 2004).

Nesse mesmo sentido, Faleiros enfatiza que a constituição da infância no país foi resultante das relações sociais de determinado período, no interagir de classes e interclasses sociais:

[...] nem sempre a infância foi vista como uma fase específica e própria da vida, e nem a criança sempre foi considerada um sujeito de direitos. Até recentemente, no limiar deste século, ela foi definida, inclusive juridicamente, como fase de incapacidade, da tutela, da menoridade, com as obrigações de obediências e submissão. (1997, p. 4)

Essa concepção começa a se transformar em 1988 com a Constituição Federal (CF) e é modificada com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069, de 13 de junho de 1990. A partir desses instrumentos o Estado, a família e a sociedade finalmente reconheceram que as crianças e os adolescentes possuem os mesmos direitos e deveres dos adultos, resguardadas as peculiaridades de pessoa em desenvolvimento. Tal mudança concretizou uma transformação significativa na concepção das crianças e adolescentes, representando-os como sujeitos de proteção, quanto às normas jurídicas a

dignidade sexual. Além disso, uma série de mobilizações tem marcado o enfrentamento a ESCA no país: I Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças, a participação da Polícia Rodoviária Federal (PRF) nas ações de identificação e mapeamento de pontos vulneráveis, a Declaração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que identifica a ESCA como uma das piores formas de trabalho da criança e do adolescente, a Convenção 182/2000 que retrata a ESCA como uma forma de escravidão moderna e a Fundação da Childhood Brasil (WCF) que desenvolve pesquisas na área visando a proteção de crianças e adolescentes contra a ESCA. A nova Lei nº 12.015/2009 para crimes sexuais reforça a prevenção e o combate dessa violação da infância e da adolescência. Todos os instrumentos legais e os marcos de defesa criados buscam alguma forma de proteção, mas para que sejam efetivos precisam que o Estado, a família e a sociedade civil estejam atentos aos direitos e a violação desses.

No entanto, embora, seja evidente o avanço dos dispositivos legais, a violação de meninos e meninas ainda continua presente. Perceber a exploração sexual de crianças e adolescentes (ESCA) em sua trajetória histórica, nas diversas variáveis e dimensões determinantes, com características econômicas e simbólicas que a permeiam é compreender, que a “violência, aqui não é entendida, como ato isolado, psicologizado pelo descontrole, pela doença, pela patologia, mas como um desencadeador de relações que envolvem a cultura, o imaginário, as normas, o processo civilizatório de um povo” (FALEIROS, 2000, pg. 17).

Nesse momento, as situações de violação já existentes contra as crianças e os adolescentes também passaram a ser foco de questionamentos e de intervenção, já que o próprio Estatuto em seu artigo 5º determina que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de violência, crueldade e opressão. Da mesma forma, a CF trata em seu art. 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (1988, p. 106)

Diante desse contexto, ainda na década de 90, a problemática da ESCA começou a preocupar as organizações de direitos humanos, a sociedade civil e os agentes sociais responsáveis à proteção de crianças e adolescentes, constituindo-se como um marco de enfrentamento e forma de reação a introdução organizada, sistemática e agressiva do mercado de turismo sexual no Brasil (FALEIROS, 2000).

Leal (1999) aponta que o movimento promovido no país ofereceu maior visibilidade para a violência sexual contra crianças e adolescentes e favoreceu a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Prostituição Infanto-Juvenil no ano de 1993. Essa CPI mostrou que a exploração sexual era uma realidade em todo o país e em todas as classes sociais, destacando as quadrilhas especializadas, os aliciadores e os intermediários. Além disso, Leal (1999) revelou que os resultados da CPI trouxeram avanços na compreensão do próprio fenômeno, já que passaram a substituir o termo prostituição por exploração sexual, retratando que as crianças e os adolescentes estão sendo vítimas da prática criminosa de outros. Nos anos seguintes uma série de campanhas, seminários e congressos foram gerados a fim de discutir e planejar ações para o enfrentamento do problema que foi tomando uma dimensão cada vez maior e ganhou novos recursos para a atuação como, por exemplo, o uso da internet para a exploração sexual (SERPA, 2009).

Em 2000 foi apresentado e deliberado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, o qual se tornou uma diretriz nacional no combate a essa violência, um instrumento de garantia e defesa desses direitos violados, assegurando a proteção integral de crianças e adolescentes ao fortalecer e programar ações e articulações pertinentes no combate a situações ou risco de violência sexual. Tal documento legitima um referencial para atuação das políticas públicas, tanto no âmbito das esferas municipais, estaduais e federais. Além disso, apresenta ações efetivas de cunho socioeconômico e cultural ao buscar alternativas, para enfrentar o desafio, quanto ao combate do fenômeno propriamente dito (CECRIA, 2000).

Outro importante marco no enfrentamento dessa problemática foi à criação do Programa de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, conhecido como Programa Sentinela, no ano de 2001, no contexto da Política de Assistência Social. Este tratava de um conjunto de ações de assistência social de natureza especializada, destinado ao atendimento de crianças e adolescentes abusados ou explorados sexualmente, assim como a seus familiares (CASTANHA, 2006). Segundo a autora, o Programa Sentinela contemplava como objetivos específicos de atuação, construir um processo coletivo, direcionado quanto às redes de atenção e proteção, “[...] para garantir os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes; o fortalecimento de sua auto-estima e o restabelecimento do direito à convivência familiar e comunitária em condições dignas de vida” (CASTANHA, 2006, p.12). Neste sentido o programa pretendia criar condições para que crianças e adolescentes vítimas e suas respectivas famílias, obtivessem o resgate e a garantia dos direitos

e o acesso a diferentes setores como o de assistência social, de saúde e educação; justiça e segurança; esporte, lazer e cultura. O Programa Sentinela priorizava cidades com grande fluxo rodoviário, como também, os pólos turísticos e industriais, áreas portuárias ou outras regiões em que registros comprovassem as situações de violências contra crianças e adolescentes. Hoje esse serviço é desenvolvido no âmbito do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, sendo que a nível nacional é coordenado pelo MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, através da Secretaria Nacional de Assistência Social/SNAS (ALBUQUERQUE, 2010).

Já no ano de 2002 foi realizada a Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil (PESTRAF) para caracterizar melhor o fenômeno da violação sexual no país. O estudo sinalizou a real existência de redes estruturalmente organizadas, especialmente, em relação a modalidade de tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual, ao atingir diversas regiões do Brasil, contemplando tanto um mercado interno, como o mercado destinado a outros países (MOTTI, CONTINI & AMORIM, 2008).

Seguindo as orientações da PESTRAF, a Secretaria de Estado de Assistência Social e a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, conjuntamente com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), por meio da *Partners of the Americas*, instituiu no Brasil, em 2002, o PAIR - Programa Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infante-Juvenil (MOTTI, CONTINI & AMORIM, 2008). O PAIR foi construído com base no artigo 86 do ECA que trata da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente através de um conjunto articulado de ações governamentais, da União, dos estados do Distrito Federal e dos municípios e encontra-se alicerçado no Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infante-Juvenil. Esse programa tem como objetivo prioritário integrar políticas para compor uma agenda comum de trabalho, que buscam o desenvolvimento de ações para a proteção de crianças e adolescentes em quadro de vulnerabilidade ou vitimizadas pela violência sexual e tráfico para tais fins. Ainda define entre seus objetivos o desenvolvimento de metodologias efetivas no combate à violência sexual contra crianças e adolescentes que possam atuar como referenciais na organização, no fortalecimento e na integração dos serviços locais, promovendo a construção de políticas públicas, no caso, através de uma política municipal que proteja de maneira integral e que garanta a participação social, das crianças e adolescentes, na construção de todos os processos (MOTTI, CONTINI & AMORIM, 2008).

De acordo com o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro – PAIR, o país “tem se organizado, especialmente a partir de 1990, para estabelecer o cumprimento dos direitos sociais dos cidadãos, elegendo o segmento infanto-juvenil como prioritário para o desenvolvimento de políticas e programas. (MOTTI, CONTINI & AMORIM, 2008, p.17). Ainda esses autores (2008) destacam que tal preocupação impulsionou tanto a sociedade civil, como a política, a aprovar o Estatuto da Criança e do Adolescente, configurando uma legislação específica baseada na Doutrina da Proteção Integral, e como forma efetiva no enfrentamento dessa problemática crônica de exclusão social e violência em que versa a ESCA.

Diante desse contexto, pode se verificar que o ECA permeia todas as ações desenvolvidas pelo Estado para a melhoria da qualidade de vida de crianças e adolescentes desde a sua implementação. Esse documento reitera o papel de todos no cuidado com crianças e adolescentes, no entanto, a prática da exploração sexual ainda se mantém velada. A sociedade e a própria rede de proteção ainda não atuam de forma articulada e ainda não se percebem como agentes capazes de romper essa realidade sejam por princípios tolerantes, moralistas e machistas ou ainda pelo medo da repercussão da denúncia. Essa ausência repercute diretamente sobre esse fenômeno colaborando para a sua manutenção, atingindo milhares de jovens, em sua maioria meninas provenientes de países pobres (FALEIROS, 2000). A exploração sexual de crianças e adolescentes é um fenômeno que não deve ser visto de maneira isolada, uma vez que se encontra fortemente alicerçado em questões sociais, econômicas e culturais que, historicamente, não priorizam seu enfrentamento.

Ao pensar nessa problemática que atinge a infância e a juventude no Brasil, torna-se necessário averiguar tal contexto em sua amplitude, inserindo a busca de efetivas políticas públicas, do resgate a dignidade e cidadania e desconstituindo trajetórias temporais de exclusão e violência contra a infância (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, s/d).

1.2. DEFINIÇÃO DE EXPLORAÇÃO SEXUAL E AS SUAS FORMAS

A exploração sexual de crianças e adolescentes têm sido discutidas como uma violação de direitos humanos. Essa mobilização iniciada no Congresso Mundial Exploração Sexual Comercial de Crianças, realizada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) no ano de 1996, definiu que a “exploração sexual para fins comerciais trata de uma prática que envolve troca de dinheiro com/ou favores entre um usuário um intermediário/aliciador/agente e outros que obtém lucro com a compra e venda do uso do

corpo das crianças e dos adolescentes, como se fossem uma mercadoria” (FALEIROS, 2000, pg.47)

Alguns autores têm acrescentado importantes contribuições para o entendimento da temática no país quando salientam que além da relação mercantilista que as pessoas ou as redes de exploração estabelecem com o uso/abuso do corpo de crianças e de adolescentes existe uma relação de poder para o controle destas (FALEIROS, 2000; LIBÓRIO, 2005). Além disso, Libório (2005) evidencia que essa violação constitui uma forma de coerção e violência que pode implicar o trabalho forçado e as formas de exploração contemporâneas de escravidão. Ainda sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes, a temática é definida:

[...] como violência contra crianças e adolescentes, que se contextualiza em função da cultura (do uso do corpo), do padrão ético e legal, do trabalho e do mercado [...] é uma relação de poder e de sexualidade, mercantilizadas, que visa a obtenção de proveitos por adultos, que causa danos bio-psico-sociais aos explorados, que são pessoas em processo de desenvolvimento. Implica o envolvimento de crianças e adolescentes em práticas sexuais, coercitivas ou persuasivas, o que configura uma transgressão legal e a violação de direitos e liberdades individuais da população infanto-juvenil. Deve-se também considerar o fascínio que esta atividade exerce sobre alguns ou algumas adolescentes. A atividade sexual comercial, além de se apresentar como alternativa de sobrevivência, implica relações psicossociais e culturais destas crianças e adolescentes no meio familiar e social em que estão inseridas. Diante da complexidade do fenômeno os pesquisadores e profissionais devem fazer um esforço para dar à análise e à intervenção, direções mais claras, incluindo os vários aspectos da problemática, pois a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes não se coloca apenas como um problema econômico, mas como uma questão cultural e política da sociedade, ou seja, sua visão e exercício da sexualidade. Nesta relação estão implicados os valores e desejos de indivíduos, socialmente construídos, numa sociedade machista e consumista de imagens do corpo da mulher como objeto sexual. (LEAL, 1999, pp.10 e 11).

Por se tratar de um tema que envolve diversas questões sociais, políticas e culturais, de um mercado violador da infância e da juventude, ilegal, clandestino, a ESCA revela poderes desiguais e relações pautadas na violência. Esse complexo sistema implica alguns entraves ao se delinear conceitos e relações de enfrentamento social dificultando também delimitar um perfil homogêneo das vítimas, de seus aliciadores e das formas de exploração. Leal (1999) elencou quatro diferentes formas de exploração sexual a pornografia, o tráfico para fins sexuais, o turismo sexual e a prostituição infantil e juvenil, tipificando de maneira particular as situações que se apresentam nessa violência contra crianças e adolescentes. Essas “formas” ou manifestações têm sido corroboradas pela literatura (LIBÓRIO, 2005; OLIVEIRA & MARCON, 2005). Ainda, Libório destaca que as quatro modalidades de exploração sexual apresentadas “encontram-se inter-relacionadas, e influenciam-se mutuamente, formando, às vezes, um círculo vicioso difícil de ser quebrado” (2007, p.24).

Para Leal (1999) a pornografia pode ser definida como um mercado ilegal que se utiliza de imagens como, fotografias ou filmagens, com pessoas em cenas que induzem o sexo. Já o tráfico para fins sexuais é referido como uma rede de exportação de crianças e adolescentes para diversas localidades, dentro ou fora do país, e seu intento resume à geração de renda/lucro ao explorar sexualmente suas vítimas. A autora define, ainda, o turismo sexual como a exploração de crianças e adolescentes de um determinado local, praticada por visitantes de outras cidades, estados e países, salientando que tal prática é mais evidente em locais turísticos. E, por fim, caracteriza a prostituição como a comercialização da prática sexual com crianças e adolescentes visando fins lucrativos. Essa modalidade envolve ainda diferentes exploradores, a saber: o cliente, que paga pelos serviços sexuais e os intermediários ou aliciadores, que induzem, facilitam ou obrigam crianças e adolescentes a se prostituírem. O termo prostituição tem gerado um importante debate na área, uma vez que traz em seu escopo uma escolha por um mercado de trabalho, descaracterizando a relação de violência e de poder exercida pelo adulto (FALEIROS, 2000; CERQUEIRA-SANTOS, MORAIS, MOURA & KOLLER, 2008). A literatura aponta para uma leitura equivocada permeada de estigmatização, preconceito e machismo, em que crianças e adolescentes exploradas sexualmente são ativas, inseridas em uma rede ou por conta própria, atendendo um mercado de demanda. Por esse motivo, o termo deve ser revisto, uma vez que tal realidade é imposta às vítimas da ESCA pela situação de vulnerabilidade e risco social e ambiental em que se encontram, remetendo-as ao envolvimento com a exploração sexual. Como falar de liberdade de escolha ou de consentimento para quem não teve seus direitos básicos garantidos como a sobrevivência, dignidade, inclusão social e cidadania. Neste contexto, de maneira específica, por todas as peculiaridades desse desenvolvimento e pelo risco social em que crianças e adolescentes se encontram, no âmbito do comércio sexual, essas não são consideradas prostitutas, mas sim exploradas, violadas, prostituídas (VAZ, 1994; LEAL, 1999; BASTOS, 2008; TRINDADE, 2010).

A exploração sexual de crianças e adolescentes como fenômeno complexo e dinâmico traduz discussões, que precisam ser problematizadas, muito além de classificações que seguem padrões estanques. Sem querer encobrir suas formas de manifestação, a ESCA deve ser visualizada pela dinamicidade que compõem a própria violência em questão, assim, como todos os envolvidos nesse contexto, essencialmente, crianças e adolescentes vítimas dessa violação. É importante perceber que mesmo havendo a incidência das quatro modalidades básicas de exploração sexual de crianças e adolescentes, em cada região do país, o fenômeno segue um movimento dinâmico, devido a situação econômica, política, de diversidade cultural

e social, refletida segundo as peculiaridades e as realidades assim representadas (LIBÓRIO, 2007).

Souza e Souza (2009) revisaram uma série de estudos sobre o tema e apontaram as principais controvérsias relacionadas a nomenclatura prostituição infanto-juvenil. Os autores ressaltaram que os estudos anteriores ao ECA evidenciavam uma conotação permeada por estigmas e estereótipos, perspectiva que foi amplamente revisada com a promulgação da doutrina da proteção integral. A partir desse novo paradigma, Souza e Souza (2009) revelaram que a prostituição passou a ser vista como uma prática violadora e inaceitável.

De acordo com os documentos da Campanha Nacional Pelo Fim da Exploração, Violência e Turismo Sexual Contra Crianças e Adolescentes:

[...] a palavra PROSTITUIÇÃO oculta a natureza do comportamento sexualmente abusado, desviando o enfoque e dando uma idéia de consentimento informado, isto coloca as crianças e os adolescentes em situação de infratores em lugar de vítimas; [...] o caráter substantivo da exploração sexual está dado pelo caráter de "dominação", na relação social e invisível que se estabelece entre explorado e explorador. A relação de poder muitas vezes se baseia na violência individual, mas em geral, responde a uma construção social que sustenta essa desigualdade, fazendo socialmente aceitável a condição de gênero e de estratificação sócio-econômica. São estes sistemas de estratificação social que fazem com que a desigualdade seja aceita naturalmente; a exploração sexual não se dá exclusivamente nos setores mais pobres – ela perpassa todas as classes sociais. O que é diferente por extratos é o controle social e a visibilidade dessas formas cotidianas de exploração. (LEAL, 1999, p.10)

Embora a literatura não considere a exploração sexual uma atividade de trabalho, muitas crianças e adolescentes envolvidos com essa atividade a compreendem dessa forma. Serpa (2009) encontrou dados nessa direção ao realizar um estudo com seis adolescentes do sexo feminino que freqüentavam uma instituição destinada às crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social em Porto Alegre. Essas meninas estavam diretamente envolvidas com a exploração sexual, manifestada prioritariamente na forma da prostituição, e avaliavam essa atividade como um trabalho que lhes fornecia valores monetários. Embora valorizassem esse lucro, o estigma, a culpa e a condenação, permanecia enraizado na postura assumida pelas meninas. Entre possíveis pontos positivos relacionados com a prática da exploração sexual, elencados pelas jovens, está o acesso ao consumo, a locais que possibilitam lazer. A autora destaca que as meninas apresentam uma mescla de sentimentos ambíguos, que envolvem a marginalização e a violência e, ao mesmo tempo, envolvem um veículo de aquisição financeira, com uma remuneração melhor quando compararam com outras atividades mais honestas e que causam menor vergonha (SERPA, 2009).

Correlacionar trabalho e exploração sexual implica em culpabilizar a própria vítima, sua família e seu contexto pela situação que está vivenciando. Sousa (2001) afirma que identificar uma adolescente como uma prostituta significa responsabilizá-la individualmente pela opção de vida e impede, na maioria das vezes, uma mudança no futuro delas. Os rótulos parecem engessar e impedir o desenvolvimento saudável de uma criança e de um adolescente.

Os conceitos revelam como consenso o fim lucrativo advindo da exploração sexual, de caráter formal² ou informal³, oferecido pelas crianças e adolescentes, e em determinadas situações, alternando com promessas de favores, mudanças relacionadas ao status, a presentes e a propostas de uma nova condição de vida (CERQUEIRA-SANTOS, MORAIS, MOURA & KOLLER, 2008). O fim lucrativo está diretamente interligado a contextos de vulnerabilização da infância e juventude, expondo-as a maior risco. O estudo “Vítimas da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes: Indicadores de Risco, Vulnerabilidade e Proteção”, financiado pela Childhood Brasil, avaliou o contexto de risco, vulnerabilidade e os indicadores de proteção para meninas e meninos envolvidos em situações de exploração sexual. O estudo abordou o tema em uma perspectiva multimétodo (contemplando dados quantitativos e qualitativos) e multicêntrico (com amostras de todas as regiões do Brasil). A pesquisa foi realizada em oito estados brasileiros (Pará, Sergipe, Rio Grande do Norte, Piauí, Bahia, São Paulo, Mato Grosso e Rio Grande do Sul) e ouviu crianças e adolescentes com idades entre 10 e 19 anos, vítimas desse tipo de violência. Foram entrevistadas 69 crianças e adolescentes, sendo 66 meninas, com idades entre 10 e 19 anos ($M=14,99$; $dp=1,64$). Verificou-se que 65% das participantes estavam envolvidas com a exploração sexual em troca de dinheiro no momento em que a pesquisa foi realizada. O pagamento desse serviço envolveu dinheiro em 82,2% dos casos, sendo que o valor médio foi de R\$ 37,00 (variando entre R\$ 10,00 e 150,00) e o local mais citado para a ocorrência foi motel (45,7%). A pesquisa destaca, ainda, que o segundo local mais citado foi a própria casa (24,4%), evidenciando a fragilidade familiar em que estão inseridas. Quando analisado o uso do dinheiro obtido a maior parte das respostas refere-se à compra de objetos para uso pessoal e para o auto-sustento. Um menor percentual de entrevistadas afirmou usar o dinheiro para comprar drogas, ajudar a família, dar para alguém e sustentar a família (CERQUEIRA-SANTOS, 2009).

² Caráter formal de exploração sexual infanto-juvenil: o agenciador tem direitos sobre os lucros advindos dos serviços sexuais oferecidos, e há uma relação mais formal e rígida entre crianças e adolescentes e os clientes finais dos serviços.

³ Caráter informal de exploração sexual infanto-juvenil: Quando não existe a terceira pessoa que alicia diretamente as crianças e adolescentes. Entretanto, pode haver também uma exploração indireta por parte de cafetões ou de parceiros abusivos, que visam à obtenção de ganhos eventuais com os serviços oferecidos.

Ao contextualizar a ocorrência da ESCA percebe-se a articulação dessa realidade com a vulnerabilidade social, uma vez que a maioria das crianças e jovens que vivenciam tal violência pertencem a famílias empobrecidas economicamente/psicologicamente e acabam utilizando seu próprio corpo para sobreviver e auxiliar sua família com os valores financeiros adquiridos em sua exploração, no entanto, existem outras determinantes que se apresentam no mercado do sexo e na exploração sexual, como a inclusão ao mercado do consumo e as drogas, não podendo ser os mesmos descartados desse fenômeno velado e desumano.

O mercado do sexo considerado por sua larga expansão lucrativa representa uma das vertentes de trabalho do “mercado negro⁴”. No que tange a inclusão de crianças e adolescentes nesse mercado, Faleiros (2007) ressalta que a relação “produto/mercadoria” tem alto valor comercial como qualquer ramo empresarial, destinado ao comércio, existe elementos norteadores e fundamentais: mercadoria/produto, oferta/demanda, troca, venda e o mais importante, a fonte lucrativa, o que advém desses negócios. E no cerne dessa negociação (de grande poder de venda e uso) clandestina, ilegal e violenta, estão crianças e adolescentes vitimizadas, que servem como mercadoria sexual para satisfazer seus aliciadores e seus clientes (não menos responsáveis por tal exploração). Com toda a modernidade, o mercado do sexo se diversifica, constitui uma amplitude entre preços, com diferentes estilos de cliente e profissionais envolvidos (SERPA, 2009).

Ao enfatizar a situação em que meninos e meninas, permanecem sob o julgo e o poder desigual de redes de exploração, em um país com profundas diferenças sociais, econômicas, políticas e culturais, torna-se imprescindível ações efetivas de políticas públicas, quanto a proteção, defesa e o enfrentamento a violência que esses sofrem. Quando uma criança ou um adolescente encontra-se destituído de proteção às suas necessidades essenciais, um processo de desamparo social, afetivo e material pode ser potencializado e, progressivamente, pode se configurar em risco social, especificamente, como a exploração sexual de crianças e adolescentes (LIBÓRIO, 2005).

1.3. AS REDES DE EXPLORAÇÃO SEXUAL

Para que a exploração sexual se mantenha, uma rede bastante articulada e organizada de

⁴ Mercado Negro: funciona por regras não legalizadas, clandestinas, sem registros, sem pagamentos de impostos ou emissão de notas fiscais.

aliciadores, intermediários, recrutadores e usuários precisa existir. Faleiros (1998) afirma que a rede envolvida com a exploração centra-se, especialmente, no lucro comercial e financeiro que o corpo da criança e do adolescente pode oferecer. Essa rede tem caráter autoritário e utiliza a mercadoria humana para o benefício sexual de clientes e aliciadores. É relevante distinguir a prostituição adulta da exploração sexual de crianças e jovens, sendo a última não opcional, ou seja, a exploração sexual viola o direito ao desenvolvimento humano e de autonomia do infante-juvenil, também violenta seu corpo e dignidade, mantendo uma relação forçada e desumana (FALEIROS, 1998).

Nessa análise é importante relacionar as questões de poder e violência com a exploração sexual de crianças e adolescentes. O poder produz resistência e efeitos, que podem ser delineados como positivos ou negativos. Quando enfocada a ESCA, logo se percebe poderes desiguais atuando nessa esfera. Foucault destaca pontualmente a diferença entre poder e violência, quando apresenta a violência como uma relação pautada na força, submissão, agindo sobre um corpo, “que quebra, destrói, fecha todas as possibilidades”, enquanto que a relação de poder se articula em dois momentos indissociáveis “[...] que o “outro” (aquele sobre o qual ela exerce) seja inteiramente reconhecido e mantido até o fim como o sujeito da ação; e que se abra diante da relação de poder, todo o campo de respostas, reações, efeitos, intervenções possíveis (1995, p.243).

Essa relação hierárquica e assimétrica de poder se mostra em diferentes esferas, pois mesmo com a ausência direta de aliciadores, a ESCA promove para diversas pessoas lucros indiretos, que são resultantes dessa violação humana. Oliveira e Marcon (2005) tratam dessa questão ao apontar que outras redes também se beneficiam com essa situação como, por exemplo, donos de bares próximos a locais que servem para concentração de crianças e jovens em busca de clientes, donos de motéis que permitem programas, assim como, donos de boates que incentivam tal prática e, ainda, os taxistas que funcionam como intermediários nesse esquema de exploração de crianças e adolescentes (OLIVEIRA & MARCON, 2005). Tal fato, provavelmente, contribui muito para a manutenção da invisibilidade dessa violação. Machado (2006) evidencia que a rede ilegal existente em torno da exploração intimida a comunidade a revelar a violência sexual. Além disso, a autora sugere que os fatores sociais, econômicos, históricos e geográficos sustentam costumes sexuais arcaicos. Outro componente que deve ser avaliado nesse contexto da ESCA é a família, pois essa pode apresentar-se de maneira protetiva, como também, representar fator de risco.

A violência sofrida dentro de casa, nas suas diferentes expressões, o rompimento (temporário ou duradouro) dos vínculos familiares significativos em uma idade

precoce (por volta dos 11 anos) e a saída de seus lares, encaminhando as adolescentes para as ruas são fatores essenciais para compreender o início do processo desencadeador do envolvimento das adolescentes na exploração sexual. Essa realidade colocava as meninas em contato com a urgência de suprir as necessidades básicas de subsistência e as decorrentes da sociedade de consumo. [...] alguns fatores podem ser considerados de alto risco (por intensificarem a manutenção das adolescentes na exploração sexual dificultando o seu rompimento. São eles; a) o histórico de violência sexual como o abuso sexual intra-familiar durante a infância, b) uso abusivo de drogas, e c) presença marcante do aliciador em sua vida (LIBÓRIO, 2005, pp 418 e 419).

Parte das meninas envolvidas na exploração sexual sofreu algum tipo de violência, seja ela física, psicológica, sexual e/ou a negligência, sendo a maioria ocorrida dentro do próprio lar (LEAL, 1999). As redes familiares compõem a estrutura inicial de identidade do ser humano, como alguém com nome e sobrenome, com projetos e expectativas de vida, vinculados a determinadas condições sociais, econômicas e culturais, no âmbito de um *status* social que oportuniza educação, formação, conhecimento, entre outros. E quando a violência, no caso, a exploração sexual se consolida no espaço familiar a vítima é duplamente afetada, ou seja, revitimizada pela violência propriamente mencionada, ou por ser levada ao desamparo, sofrimento, humilhação, situações essas incompatíveis com o ambiente que necessariamente deveria proteger e garantir direitos e dignidade (FALEIROS, 1998).

1.4. AS REDES DE PROTEÇÃO

No outro lado da ESCA estão às redes de proteção descritas por Faleiros como:

As redes de intervenção pública, [...] estão fragmentadas, destacando-se, nas situações de exploração, as ações repressivas de impacto na opinião pública como blitzes, prisão de alguns exploradores. A mesma rede visualizada acima precisa ser articulada para enfrentamento da questão da exploração sexual de crianças e adolescentes. É fundamental a necessidade de defesa dos direitos humanos e o reconhecimento do sujeito de direitos em todas as relações sociais. Esses direitos são, hoje, objeto de convenções internacionais, avançando-se, no que diz respeito à criança e ao adolescente para a doutrina da proteção integral. Essa doutrina está presente na Constituição de 1988 (artigo 227) e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Ela implica o reconhecimento da criança e do adolescente como seres em desenvolvimento e credores de um processo de proteção do Estado, da sociedade, da família. A Lei Orgânica da Assistência Social também considera os cidadãos credores de assistência, ou seja do direito à vida a ser garantido pelas políticas públicas. Esta defesa de direitos deverá traduzir-se numa rede articulada de garantias efetivas, de responsabilização do Estado, família e sociedade, de prestação de serviços e prevenção. Numa perspectiva preventiva e de atendimento é preciso valorizar, sensibilizar, defender a identidade, a dignidade, a autonomia e a igualdade da mulher na família, no trabalho e na sociedade. (FALEIROS, 1998, pp.4 e 5)

As redes de atendimento, proteção e defesa devem assumir conjuntamente aos governos, comunidades e a sociedade como um todo, metas e planos de ações efetivas no combate a essa violência. Essas contemplam diferentes esferas e segmentos como, por exemplo, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar, Juizado da Infância e Juventude, Promotoria, Delegacia, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Instituições e Programas Governamentais e Não Governamentais, Lideranças Comunitárias e/ou Agentes Comunitários de Saúde, Lideranças de Movimentos Sociais (MOTTI, CONTINI & AMORIM, 2008).

Para conhecer a rede existente no município foram consultados alguns órgãos de proteção que lidam diretamente com a problemática da exploração sexual: o Conselho Tutelar e o CREAS. O Conselho Tutelar é um dos principais órgãos de defesa dos direitos da criança e do adolescente. Esse órgão foi criado pelo ECA (artigo 131) e conforme definição legal é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Essa legislação estatutária, ainda, destaca as atribuições legais dos conselheiros tutelares em seu artigo 136:

- I. Atender crianças e adolescentes e aplicar medidas de proteção.
- II. Atender e aconselhar os pais ou responsável e aplicar medidas pertinentes previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.
- III. Promover a execução de suas decisões, podendo requisitar serviços públicos e entrar na Justiça quando alguém, injustificadamente, descumprir suas decisões.
- IV. Levar ao conhecimento do Ministério Público fatos que o Estatuto tenha como infração administrativa ou penal.
- V. Encaminhar à Justiça os casos que a ela são pertinentes.
- VI. Tomar providências para que sejam cumpridas as medidas sócio-educativas aplicadas pela Justiça a adolescentes infratores.
- VII. Expedir notificações em casos de sua competência.
- VIII. Requisitar certidões de nascimento e de óbito de crianças e adolescentes, quando necessário.
- IX. Assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentar para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.
- X. Entrar na Justiça, em nome das pessoas e das famílias, para que estas se defendam de programas de rádio e televisão que contrariem princípios constitucionais bem como de propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.
- XI. Levar ao Ministério Público casos que demandam ações judiciais de perda ou suspensão do pátrio poder. (1990, pp.52 e 53)

Nesse sentido, pode-se verificar que o Conselho Tutelar compõe um importante segmento da rede de proteção, especialmente, pelo fato de que deve zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes e colocá-los a salvo de quaisquer situações de ameaça e violação. Diante dessa função, esse órgão se torna uma das principais portas de entrada para as denúncias de ESCA e, por esse motivo, foi consultado a fim de contribuir com o mapeamento da realidade no município que será investigado.

Outro serviço consultado no presente estudo é o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Este foi instituído como Programa Sentinela no Rio Grande do Sul em 2003, nas cidades gaúchas de Rio Grande, Caxias, Pelotas, Novo Hamburgo e Uruguaiana, devido à vulnerabilidade social contemplada nesses municípios, e principalmente, pela incidência da ESCA (devido seu histórico como cidade portuária, Rio Grande foi um dos municípios pioneiros na implantação deste serviço). Segundo Albuquerque (2010) o Programa Sentinela, em 2004, passa da configuração de ‘programa’ para representar um ‘serviço’ de ação continuada, ou seja, com uma ação mais fortalecida e permanente. Logo no ano seguinte, em 2005, esse serviço foi inserido no Sistema Único de Assistência Social/SUAS, como Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade. Já em 2008 é implantado o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.

Quanto às atribuições do CREAS destaca-se:

[...] oportunizar atendimento psicossocial e jurídico por meio de procedimentos individuais e grupais, que considerem: a centralidade na família, visando a superação de situações adversas e a reconstrução/fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, o compromisso fundamental de proteção à criança e ao adolescente, a necessidade de identificar o fenômeno e avaliar riscos, a compreensão da família em sua dinâmica interna e externa, a necessidade de atenção específica de caráter social, psicológico e jurídico às crianças, adolescentes e suas famílias. Além disso, busca no processo de composição e articulação da rede local, alternativas para o acompanhamento dos autores de agressão infanto-juvenil. (ALBUQUERQUE, 2010, pp. 17 e 18)

Os serviços de atenção a crianças e adolescentes devem enfatizar as articulações nas redes de proteção, difundindo processos e procedimentos na busca da reversão da violência sexual. Tal tarefa deve ser desenvolvida de forma integrada com os demais serviços de proteção social básica e especial, atentando a ação conjunta das demais políticas públicas e instituições que constituem o princípio da garantia de direitos. É necessário romper barreiras nos espaços institucionais, dar voz a cidadania, humanizar os serviços e fortalecer os participantes que neles estão envolvidos. Rebouças e Santos (2009) salientam que para lidar com a complexidade do fenômeno ESCA as redes de atendimento precisam ter profissionais capacitados e preparados para um atendimento de qualidade, permeado por princípios éticos e

políticos que mobilizam ações de luta e garantam qualidade de vida as crianças e adolescentes vítimas da exploração sexual.

Quando esses espaços não atuam de forma protetiva, aumenta ainda mais a vulnerabilidade dos vitimados e, por esse motivo, faz-se necessário mapear a rede de proteção das crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual, assim como a forma como essa vítima percebe essa rede. Se a rede existe e a vítima não a procura ou não a percebe como um espaço de proteção, o que justifica sua função?

É necessária uma perspectiva ecológica que envolva todos aqueles que participam direta ou indiretamente dessa rede de atendimento para que seja possível a promoção do desenvolvimento humano e comunitário. Como enfatiza Loureiro:

[...] não é suficiente em si realizar uma práxis educativa cidadã e participativa, se isso não se relacionar diretamente com outras esferas da vida (família, trabalho, instituições públicas, modo de produção, interações ecossistêmicas, etc.), vendo a educação como um processo global, para além do ensino formal. Do contrário, se perderia sua dimensão revolucionária. (2004, p.97)

Neste sentido, ao remeter a Educação Ambiental, Reigota enfatiza essa como educação política, orientando a comunidade quanto os problemas e as alternativas possíveis, ao mobilizarem-se como cidadãos em prol de uma sociedade com justiça social, autogestão, ética nas relações em que estão inseridos, auxiliando “cidadão e cidadã a participarem da resolução dos problemas e da busca de alternativas no seu cotidiano de realidades específicas.” (2009, p.18). No enfrentamento da ESCA, as redes de proteção precisam conciliar a atuação e a articulação de suas estratégias de intervenção, ao respeitar sua composição de rede, promovendo a autonomia, democracia, dinamismo, com o propósito compartilhado por todos os atores, instituições envolvidas, parceiros da sociedade (CASTANHA, 2006).

Diante dessas considerações, é possível verificar que a Educação Ambiental está diretamente articulada com a Abordagem Bioecológica do Desenvolvimento Humano, uma vez que ambas problematizam as questões sociais, políticas, econômicas e culturais e ampliam a percepção do ser humano, valorizando o desenvolvimento saudável. As principais contribuições dessas abordagens orientaram esse estudo.

CAPÍTULO II

EXPLORAÇÃO SEXUAL NA PERSPECTIVA DA ABORDAGEM BIOECOLÓGICA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Ao investigar a exploração sexual é preciso atentar que a investigação seja dirigida para além das pessoas envolvidas, nesse caso para além das crianças e dos adolescentes, a fim de considerar também as interações e as transições dessas com outros contextos, dos quais muitas vezes sequer participa, mas que tem influência direta sobre o seu desenvolvimento. O fato do ser humano estar em permanente interação com o contexto em que está inserido, sendo produto e produtor dessa relação, exige um olhar ecológico para o fenômeno investigado (BRONFENBRENNER, 1979/2002). Nesse sentido, o presente estudo utilizará a Abordagem Bioecológica do Desenvolvimento Humano, reformulada recentemente por Bronfenbrenner e Morris (1998). Com ênfase nos aspectos do contexto, a Teoria Ecológica, abriu espaço para as críticas do próprio Bronfenbrenner, que ao revisá-la, constituiu uma nova etapa em sua obra, sugerindo um modelo que amplia os elementos investigados. Essa nova abordagem apresenta-se como o Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano, sem descartar ou negar concepções originais, mas articulando os processos em uma posição nuclear (NARVAZ & KOLLER, 2005).

Observando o sistema delineado por Bronfenbrenner deve-se atentar:

[...] o contexto em que o indivíduo estava inserido e a forma como ele o percebia mais do que como ele se configurava objetivamente, era fundamental para compreender o desenvolvimento. [...] ao longo do curso de vida, o desenvolvimento humano acontece através de processos de interações recíprocas progressivamente mais complexas entre um organismo humano ativo em evolução biopsicológica, e pessoas, objetos e símbolos no seu ambiente externo imediato. Para ser efetiva, a interação deve ocorrer numa base consideravelmente regular, através de longos períodos de tempo [...] o ser humano... como ser biológico e psicológico, interage constantemente com seu contexto e é produto deste processo de interação. [...] e deparou-se com a questão do tempo e sua influência natural no desenvolvimento humano [...] esse conceito reforça a idéia do envolvimento interconectado da pessoa em seu contexto com os processos ao longo do tempo. Tal inclusão indica o reconhecimento da mudança constante e da impossibilidade de desenvolvimento sem o estabelecimento de processos interacionais. (PRATI, COUTO, MOURA, POLETTI & KOLLER, 2008, pp. 160/2).

O modelo bioecológico propõe que o desenvolvimento humano seja estudado por meio da interação de quatro núcleos: o processo, a pessoa, o tempo e o contexto. Nesse

âmbito, a ESCA deve ser analisada a partir das propriedades da pessoa, do meio ambiente, da estrutura dos contextos ambientais e dos processos que ocorrem dentro e entre eles devem ser considerados como interdependentes (BRONFENBRENNER, 1979/2002). Quando uma criança ou adolescente é explorada sexualmente são percebidas falhas nos processos proximais que acontecem em diversos contextos protetivos, que percorrem desde o micro até o macrosistema, em diferentes momentos do desenvolvimento humano.

2.1. PROCESSO

Na abordagem bioecológica, o desenvolvimento humano está intimamente interligado aos processos aos quais os participantes se inserem. O processo é destacado como a principal dimensão responsável por todo o desenvolvimento (BRONFENBRENNER & MORRIS, 1998). Para os autores, o desenvolvimento é visto através de processos de interação recíproca que, gradualmente, começam a delinear formas mais complexas e progressivas de relações entre pessoas, objetos e símbolos, em ambientes externos imediatos, constituindo uma evolução biopsicológica. Tais formas duradouras de interações com ambientes imediatos são definidas como processos proximais, apresentados sob cinco aspectos:

- 1) Para que o desenvolvimento ocorra, é necessário que a pessoa esteja engajada em uma atividade;
- 2) Para ser efetiva, a interação deve acontecer em uma base relativamente regular, através de períodos estendidos de tempo;
- 3) As atividades devem ser progressivamente mais complexas, por isso a necessidade de um período estável de tempo;
- 4) Para que os processos proximais sejam efetivos, deve haver reciprocidade nas relações interpessoais; e,
- 5) Para que a interação recíproca ocorra, os objetos e símbolos presentes no ambiente imediato devem estimular a atenção, exploração, manipulação e imaginação da pessoa em desenvolvimento (BRONFENBRENNER apud NARVAZ & KOLLER, 2005, P.58)

Os processos que vítimas de exploração sexual estão inseridas revelam relações permeadas por violação, que se tornam progressivamente mais duradouras, perpetuando as desigualdades, desrespeitando direitos e garantias, consolidando um mercado do sexo fácil, sem limites, com a imposição de um poder escravizador.

2.2. PESSOA

Ao conceituar a pessoa, Bronfenbrenner e Morris (1998) identificam a existência de características que são determinadas biopsicologicamente e aquelas que se constituem nas interações com o ambiente. Nesse estudo, a pessoa investigada será a vítima envolvida com a ESCA, por esse motivo, suas características individuais, físicas e psicológicas serão

consideradas. A idade, a cor, a escolarização, o contato com a família e o envolvimento com a exploração sexual são alguns indicadores sobre a pessoa. De acordo com o levantamento da Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência - ABRAPIA (2002), as vítimas da ESCA são em sua maioria do sexo feminino (60,2%) e tem como faixa etária de maior incidência o período compreendido entre 12 a 18 anos incompletos.

Segundo Bronfenbrenner e Morris (1998) as características da pessoa estão em constante interação com o ambiente, promovendo mudanças qualitativas ao longo do desenvolvimento humano. Diante desse dinamismo três dimensões importantes para análise da constituição da pessoa:

As disposições (movimentam e sustentam os processos proximais); os recursos (habilidades, experiências, conhecimentos requeridos para o funcionamento efetivo dos processos proximais nos diferentes estágios de desenvolvimento) e a demanda (convidam ou desencorajam reações do ambiente social, que favorecem ou não a operação dos processos proximais). O dinamismo dos processos ecológicos irá influenciar tais características pessoais que poderão ser geradoras (a pessoa apresenta curiosidade, possibilidades de adiar satisfação, firmeza para alcançar objetivos) ou disruptivas (pessoas com sinais de impulsividade nas suas ações e decisões, dificuldades em adiar gratificações e controlar emoções). Deve-se observar também a presença de recursos ativos (destrezas e experiências pessoais com resultados de construção de conhecimento) ou passivos (dificuldades físicas, limitações geneticamente determinadas, doenças crônicas), além de sentimentos diversos que trazem/suscitam bem-estar psicológico ou sofrimento psíquico. (GARCIA, SILVEIRA & YUNES, 2008, p.4)

As crianças e adolescentes, vítimas da exploração sexual, ao serem produzidas e reproduzidas na violência cotidiana, podem ter o seu desenvolvimento afetado por tais dinâmicas. Como suas experiências de vida foram fundamentadas predominantemente por processos proximais negativos suas possíveis satisfações e expectativas quanto ao presente e futuro podem ter sido adiadas, estando passivas a exploração sexual, aos aliciadores, aos clientes, a toda uma crença ou ideologia, que desrespeita seus direitos, que as estigmatiza e as marginaliza, gerando culpa e sofrimento psíquico.

2.3. CONTEXTO

A Abordagem Bioecológica do Desenvolvimento humano sugere a análise do contexto, para compreender o local onde esse desenvolvimento ocorre, assim como, as interações que se estabelecem entre as pessoas e as redes nos diferentes espaços ambientais. A influência exercida pelo ambiente no processo de desenvolvimento humano pode ser percebida de diferentes formas, de pessoa a pessoa, quanto sua extensão e efeitos, “o ambiente

tem papel decisivo no desenvolvimento, sendo compreendido em termos físicos, sociais e culturais. [...] a percepção psicológica do ambiente pela pessoa influencia a forma que cada uma se desenvolverá” (PRATI, COUTO, MOURA, POLETTI & KOLLER, 2008, p. 162). Para Prati et al. (2008) ao compreender tal ótica, é superada a relação linear estabelecida entre contexto e pessoa, no sentido que um influencia o outro apenas. É uma relação multidirecional, em que pessoa e ambiente estão interconectados. O ambiente não se restringe a simples fonte de estímulos, nem a pessoa a passividade e ao isolamento.

O contexto é analisado através da interação dos quatro níveis ambientais, que constitui o ambiente ecológico do indivíduo em desenvolvimento: microssistema, mesossistema, exossistema e macrosistema. Segundo Bronfenbrenner:

O microssistema é um padrão de atividades, papéis e relações interpessoais experienciados pela pessoa em desenvolvimento num dado ambiente com características físicas e materiais específicas [...] Um termo crítico na definição do microssistema é experienciado. O termo é usado para indicar que as características cientificamente relevantes de qualquer meio ambiente incluem não apenas suas propriedades objetivas, como também essas propriedades são percebidas pela pessoa naquele meio ambiente. (1979/2002, pp.18 e19)

É nesse espaço em que ocorrem as interações face-a-face, bidirecionais, que afetam diretamente a pessoa em desenvolvimento. A família surge como elemento ou bloco construtor desse microssistema, em que os fatores de atividades, papéis e inter-relações pessoais se constituem (BRONFENBRENNER, 1979/2002). Se a família não atua com reciprocidade, afetividade e com equilíbrio de poder esse microssistema pode ser disfuncional para o desenvolvimento das pessoas que o compõem.

Segundo o levantamento nacional realizado pela ABRAPIA, no Relatório Anual de Denúncias de Abuso e Exploração Sexual – Indicadores de 2002, a família tem mantido e, até incentivado, o envolvimento dos filhos na violência sexual, sendo que as mães surgem, com um percentual de 64,05%, atuando como principais aliciadoras de suas filhas. Um outro dado que revela a disfunção familiar mostra que 29,04% dos casos de exploração sexual acontece na própria residência da vítima. A justificativa para tais atos é fundamentada na manutenção econômica desse lar, no entanto, essas mães revelam processos proximais disfuncionais que favorecem não só a violação de direitos, mas também relações pautadas na assimetria de poder e na falta de proteção e de afeto.

De acordo com Faleiros:

A violência intra-familiar não é, em si, determinante do ingresso da criança e da adolescente na rede de prostituição, mas é uma das mais importantes dimensões de vulnerabilização. A rede de exploração comercial está articulada à rede familiar

fragilizada pela pobreza e pela violência e por outras formas diferentes de “ruptura da trajetória familiar e social” como desemprego, separação, migração, mortes, disputas. (1998, p. 9)

Neste sentido torna-se fundamental perceber a ESCA em dimensões mais significativas, enquanto fenômeno complexo, pois elucida a situação de vitimização em que se encontram as crianças e adolescentes envolvidos na exploração sexual. Assim, por diversos de fatores de ordem econômica, social, estrutural e simbólica, esses deixam sua condição de sujeitos, para serem transformados em de objeto da violência (ALBERTO, DA SILVA, GOMES, ARAÚJO & DE OLIVEIRA, 2009).

Outros microsistemas podem fazer parte do ambiente ecológico das crianças e dos adolescentes explorados sexualmente. O conjunto desses microsistemas, nos quais as pessoas interagem e se desenvolvem, formam o chamado o mesossistema. Bronfenbrenner (1979/2002) afirma que o mesossistema é ampliado sempre que a pessoa entra em contato com um novo ambiente. Desta forma, o mesossistema das vítimas de ESCA pode consistir nas interações entre a família, a comunidade, a rede de exploração e a rede de proteção existente.

Já o exossistema refere-se a um ou mais ambientes que não envolvem diretamente a pessoa em desenvolvimento, mas que desempenham influência indireta (BRONFENBRENNER, 1979/2002). As articulações do fenômeno da exploração sexual surgem integradas as atividades econômicas dos territórios onde ocorrem (FALEIROS, 2000). Por esse motivo, nesse estudo é preciso considerar as atividades e o movimento que está ocorrendo na cidade do Rio Grande, cidade foco da investigação. Com uma área de 2.813,907 km² e uma população de 197.253 habitantes (IBGE, 2010), esta cidade tem se destacado economicamente, em âmbito estadual e nacional no decorrer dos últimos anos. Somada a essas características, desde 2005, de acordo com o Laboratório Industrial Sindical/Mercosul e União Européia - SINDLAB, está acontecendo uma franca expansão portuária em função da instalação do Pólo Naval. Os jornais locais, regionais e nacionais têm divulgado números que demonstram os grandes canteiros de obras, a necessidade de imigração de mão de obra, bem como as possibilidades de crescimento econômico e político da região. A notícia a seguir evidencia essa realidade:

Pólo naval cria mais empregos - Para fazer frente ao volume de trabalho que movimentará os canteiros de obras do pólo naval nos próximos anos, será necessária muita mão-de-obra em Rio Grande. Trabalhadores serão treinados para preencher as oportunidades abertas com a construção da P-55 e de oito bases das futuras plataformas. Dos 4,5 mil empregos gerados na montagem da P-53, apenas 30% eram moradores de Rio Grande. Para a P-55, a Petrobras quer aproveitar 80% de mão-de-obra local – considerando os trabalhadores que se mudaram para a

cidade. Recursos para treinamento não devem faltar. Este ano, o Estado terá R\$ 1,5 milhão para cursos de qualificação na região, além de valores do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Mais de mil vagas para qualificação, que poderão ser oferecidas através do Escola de Fábrica ou do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), estão garantidas, diz a diretora do Departamento do Trabalho da Secretaria de Justiça e Desenvolvimento Social do Estado, Carla Zitto. Para a comunidade acadêmica, o pólo também apresenta oportunidades. Com 11 mil alunos, a Universidade do Rio Grande (Furg) está prestes a promover a maior revolução interna nos seus 39 anos – se preparando para atender a nova vocação econômica da região. Até dezembro, o tradicional Colégio Técnico Industrial (CTI), vinculado à Furg, deve ser transformado em Instituição Federal de Educação e Tecnologia (Ifet) para abrigar uma Escola Naval. A instituição investirá em graduações, como as inéditas engenharias de Automação e de Bioprocessos e Biotecnologia, voltadas à área naval. Também seguem em ritmo acelerado os cursos superiores de tecnólogo implementados há dois anos em parceria com o Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) de Pelotas. O objetivo é qualificar profissionais de forma mais rápida que uma faculdade – a duração é de três anos – incluindo eletricitistas, instrumentistas de sistemas e supervisores de planejamento. Para o reitor João Carlos Cousin, o cenário é mais do que promissor: Trata-se de uma oportunidade histórica. Oportunidades geradas: P-53: 4mil vagas - obra já concluída, P-55: 3,6 mil vagas - a contratar, Dique-Seco: mil vagas - em andamento, Oito cascos: 2 mil a 2,5 mil empregos por casco- a contratar (HALAL, 2008 - <www.clicrbs.com.br/jornais/zerohora/.../default.jsp ->)

Indubitavelmente, esses investimentos trarão benefícios para o município, no entanto, problemas também serão potencializados e poderão atingir indiretamente as crianças e os adolescentes envolvidas com a exploração sexual. A oferta de trabalho tem atraído uma demanda crescente de mão-de-obra masculina advinda de outros Municípios e Estados Brasileiros. Dessa forma, o município já fragilizado com a difusão de práticas de exploração em função do porto, recebe agora um aumento significativo do contingente masculino que reforça a oferta da demanda relacionada ao mercado do sexo. Rio Grande, que ainda não conta com uma infra-estrutura condizente com a gama de exigências populacionais decorrentes desse movimento, se não repensar suas práticas e intervenções nas redes de proteção pode se deparar com uma situação de violação sexual de crianças e adolescentes em proporções inquietantes e avassaladoras.

É importante visualizar o cenário que contempla a ESCA, a partir de outros fatores exossistêmicos que também são considerados de alto risco para a manutenção desse círculo de violência contra crianças e adolescentes como, por exemplo, uma trajetória de violência sexual intra-familiar já na infância, a utilização de drogas e a presença marcante de aliciadores em sua vida (LIBÓRIO, 2005). A droga nesse contexto se encontra alicerçada na falta de redes de apoio familiares e institucionais, mas apresenta articulações firmes com as redes de exploração sexual, otimizando o consumo/vício ou, até mesmo, agindo como uma fuga dessa violência sexual que lhes é imposta. Essas crianças e adolescentes vitimadas pela exploração

sexual, muitas vezes encontram na droga, um “suporte” paliativo para enfrentar a dura rotina de violência, desumanidade, o estigma social, a vergonha, a sua violação diária. Nesse sentido, o estudo pretende também verificar se a droga também pode ser um potencializador negativo do exossistema para a exploração sexual de crianças e adolescentes, já que esse sistema pode determinar a violação e o uso mercantil desses corpos, representados por moeda de troca para a satisfação do vício ou para a fuga do sofrimento causado pela própria violência. Além disso, pretende verificar a presença e a atuação das redes de proteção como o Conselho Tutelar e o CREAS.

E, por fim, torna-se fundamental analisar o macrossistema em que crianças e adolescentes estão inseridos e, mais ainda, a prática velada da ESCA, que encontra em culturas machistas, meninos e meninas desprotegidos pela vulnerabilidade social, econômica, política e cultural que os assola. Para Bronfenbrenner o macrossistema se refere:

[...] a consistências, na forma e conteúdo de sistemas de ordem inferior (micro-meso-exo) que existem, ou poderiam existir, no nível da subcultura ou da cultura como um todo, juntamente com qualquer sistema de crença ou ideologia subjacente a essas consistências. (1979/2002, p.21)

O macrossistema representa a cultura, a manifestação de padrões globais que conferem ideologias, crenças, instituições sociais em comum. Ora se o macrossistema está poluído de preceitos e preconceitos historicamente construídos, em que o poder e o lucro conta a qualquer preço, é afirmativo pensar como estão direcionadas as ações de políticas públicas no enfrentamento da ESCA? As redes de apoio e proteção são atuantes ou estão fragilizadas, por conta de uma cultura de crenças e valores ditados por hipocrisias declaradas ou latentes?

Afinal qual é a preocupação da sociedade e do poder público, das redes de proteção ou das famílias atingidas pela ESCA? Existem programas de combate, de atendimento e defesa, campanhas envolvidas em mídia, no entanto, será que a cultura e os interesses sociais, políticos e econômicos creditam reais possibilidades de proteção as crianças e adolescentes, com alternativas efetivas de enfrentamento a exploração sexual?

A violência urbana, institucional e familiar, em suas múltiplas formas de manifestação/expressão, tem sido compreendida pelos estudiosos e pesquisadores como um fenômeno de alta complexidade (LIBÓRIO, 2005). Quando praticada contra crianças e adolescentes deve ser analisada em um contexto histórico e social de violência endêmica e de profundas raízes culturais, especialmente, os casos que envolvem a violência sexual. A sociedade científica, os agentes públicos e sociais que atuam na defesa dos direitos da criança

e do adolescente consideram-na uma transgressão de um dos direitos fundamentais da pessoa humana - direito ao desenvolvimento saudável da sexualidade.

Assim, percebe-se que todas as interações produzidas no nível micro, meso, exo e macrossistêmico interferem no desenvolvimento da pessoa, especificamente nesse caso, da criança e do adolescente. Investigar a teia de relações que surgem entre os microsistemas em que as crianças e adolescentes explorados estão imersos, articulada com as redes de proteção que fazem parte do atendimento, defesa e enfrentamento dessa realidade no âmbito do mesossistema, e ainda ao verificar a influência do exossistema, aqui abordando a questão do Pólo Naval, ao constituir renda, oportunidade de emprego e deslocamento de mão-de-obra masculina de diferentes localidades, e por fim com a reflexão do macrossistema das crenças e da cultura que perpetuam ações que podem ou não ser protetivas, remetem ao contexto de vulnerabilidade social em que já se encontravam as meninas e meninos da região.

Portanto com a preocupação em articular o atendimento, a proteção e a defesa quanto a exploração sexual sob a percepção que a vítima infanto-juvenil possui das redes e da violência propriamente dita, justifica-se a presente pesquisa ao contemplar a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano que envolve a temática abordada, possibilitando reflexões, ações e mobilizações efetivas, quanto a entendimentos e posturas no enfrentamento das questões de exploração sexual na infância e na adolescência.

2.4. TEMPO

O último elemento, o tempo, possibilita a análise das mudanças e continuidades ocorridas, ao longo da vida, no desenvolvimento humano (BRONFENBRENNER & MORRIS, 1998). Segundo Garcia, Silveira e Yunes:

O tempo apresenta-se como um elemento fundamental para o desenvolvimento humano. Refere-se as alterações e mudanças no curso de vida, as transições biológicas, ecológicas e sociais, relacionadas a aspectos culturalmente estabelecidos, bem como à ocorrência de eventos históricos que influenciam a dinâmica dos processos entre pessoas e ambientes. (2008, pp. 4 e 5)

O tempo ainda é dividido em microtempo, mesotempo e macrotempo. O microtempo envolve as continuidades e discontinuidades das interações nos processos proximais imediatos, já o mesotempo se classifica de acordo com a periodicidade em que os processos proximais e as interações com os ambientes ocorrem e o macrotempo age em uma esfera mais

ampla de eventos e expectativas, quanto os processos e interações com os ambientes, em uma amplitude social maior (BRONFENBRENNER & MORRIS, 1998).

Para Serpa (2009), no caso da exploração sexual, é importante analisar a influência do tempo de envolvimento das adolescentes e o quanto tal prática exerce ou exerceu influência na suas características pessoais ou no seu estilo de vida. Além disso, é necessário verificar as transições ecológicas que ocorrem no desenvolvimento dessas meninas, e também meninos vítimas da ESCA. A transição ecológica ocorre sempre que a posição da pessoa no meio ambiente é alterada em função de uma mudança de papel, ambiente ou ambos (BRONFENBRENNER, 1979/2002). A partir desse movimento duas formas de transição podem ser distinguidas: a normativa e a não-normativa. O envolvimento de meninas e meninos com a exploração sexual pode ser compreendido como um evento não-normativo, uma vez que está associado a uma situação não esperada e não saudável para o desenvolvimento de qualquer pessoa. A análise desse componente poderá responder como essa transição gera mudanças na percepção que possuem sobre si mesmas e sobre a relação que estabelecem com outras pessoas e com a rede de exploração e a rede de proteção.

2.5. RISCO, VULNERABILIDADE, PROTEÇÃO E RESILIÊNCIA

Fatores de risco relacionam-se a toda a sorte de eventos negativos que podem ocorrer na vida de qualquer uma pessoa e, quando presentes, podem aumentar a probabilidade de consequências negativas ao desenvolvimento saudável (COWAN, COWAN & SCHULZ, 1996). No caso da exploração sexual compreende-se a existência de uma condição de risco *a priori* – a própria violação da infância e da adolescência. No entanto, como o risco tem sido avaliado como um processo dinâmico fatores individuais e ambientais tem sido acrescidos nessa discussão (PESCE, ASSIS, SANTOS & OLIVEIRA, 2004). Nesse sentido a presença de eventos estressores no ambiente como, por exemplo, a pobreza, a ausência de apoio social e da rede de proteção, podem aumentar a vulnerabilidade de crianças e adolescentes que estão envolvidos com situações de exploração sexual, mas apenas a articulação desses fatores com os aspectos individuais de cada menina e menino é que será determinada presença do risco. Para Yunes e Szymanski (2001) a percepção subjetiva e o significado atribuído ao evento de risco é que definirá se esse é um perigo ou um desafio.

A presença do risco pode ser minimizada quando coexistem fatores de proteção. Esses fatores caracterizam-se por influências que modificam as respostas pessoais diante dos riscos, ou seja, envolvem a forma como cada pessoa enfrenta as adversidades (RUTTER, 1985). Os

pesquisadores têm apontado três possibilidades de agrupamento de fatores de proteção: 1) fatores individuais, 2) fatores familiares e 3) fatores da rede de apoio social e emocional (CECCONELLO, 2003; MASTEN & GAMERZY, 1985; YUNES & SZYMANSKY, 2001). Para esses autores, a atuação dos fatores de proteção pode contribuir para a resiliência, uma vez que trata do processo de superação das adversidades. Nesse contexto, somada as características da pessoa, as redes de apoio e de proteção parecem ser de fundamental importância para impulsionar a resiliência, pois podem reduzir o impacto do risco e provocando outros efeitos na pessoa.

[...] seja qual for o contexto (familiar, instituição ou escola) este pode se configurar como risco ou proteção. No entanto, isto dependerá da qualidade das relações e da presença de afetividade e reciprocidade que tais ambientes propiciarem. Quando houver conexões positivas [...] entre os contextos e/ou dentro deles, certamente haverá a possibilidade de se acionarem processos de resiliência, que favoreçam a melhoria da qualidade de vida, da saúde e a adaptação das pessoas e da sociedade (POLETTO & KOLLER, 2008, p. 414)”.

Assim é importante enfatizar a resiliência, como um sistema de processos psicológicos de superação das adversidades cotidianas, que emerge de acordo com os impactos e significados que essas causam no desenvolvimento humano. De acordo com Rutter (1987), a resiliência pode ser vista *como processo final de mecanismos de proteção que não eliminam o risco, mas encorajam o indivíduo a se engajar na situação de risco efetivamente.* (p.27). Masten (2001) acrescenta uma importante discussão ao apontar que a resiliência não requer nenhuma característica especial ou rara, pois envolve um processo ordinário e comum a todas as pessoas. Dessa forma, a pessoa não é um ser invencível, mas está inserida em uma rede de apoio bem estruturada apoiada pela sua auto-estima sentindo-se, assim, fortalecida para enfrentar os riscos.

Para conhecer os fatores de risco e proteção que permeiam a vida das vítimas de exploração sexual na cidade do Rio Grande é indispensável uma análise ecológica do evento, dos processos, do momento histórico e da pessoa. Um relevante fator de proteção na ESCA envolve os instrumentos legais que existem para coibir a ação criminosa da rede de exploração e proteger a criança e o adolescente dessa forma de violação.

CAPÍTULO III

EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

A ESCA vem preocupando as autoridades, a sociedade civil e os agentes sociais responsáveis pela proteção e pela defesa das crianças e dos adolescentes desde os anos 90 (CECRIA, 2000; LEAL, 1999). Para um enfrentamento mais efetivo a legislação brasileira esteve e ainda está atenta as possibilidades que garantam e promovam os direitos da população diretamente atingida pela violação sexual.

Leal (1999) afirma que a legislação brasileira sobre exploração sexual teve como referência uma série de documentos internacionais que envolvem desde a Declaração sobre os Direitos da Criança ratificada em 26/9/1923 em Genebra, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada pela ONU em 1948, a Segunda Declaração Universal dos Direitos da Criança aprovada em 1959, a Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989 e a Declaração de Viena de 1993. No Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil também são citados como base internacional da legislação vigente a Convenção para a Repressão do Tráfico de Mulheres e Crianças (1921), o Protocolo da Emenda das Convenções de Genebra de 1921 e 1933 (Tráfico de mulheres/mulher e maiores) e a Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

No Brasil, essa temática começou a aparecer nos documentos desde a Constituição Federal de 1988, passando pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, o Plano Nacional de Enfrentamento até a nova lei aprovada em agosto de 2009.

3.1. CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA DE 1988

A Constituição Federal Brasileira de 1988, como já salientado, trouxe em seus dispositivos, uma contribuição fundamental ao tornar legitimadas garantias a infância e juventude, quanto à negligência, discriminação, violência e exploração. A Carta Magna estabeleceu que crianças e adolescentes são sujeitos de direito, por isso merecem proteção, como regulamentado em seus artigos 226 e 227 (LEAL, 1999). Nesse momento, fica estabelecida a Doutrina da Proteção Integral. Para Moreira e Miranda:

Tal doutrina defende os direitos da criança e do adolescente, como de qualquer cidadão brasileiro, mas, acima disto, defende a primazia de assegurar direitos que

lhes são peculiares como pessoa em desenvolvimento, já que, pelo fato de ainda não ter autonomia para assegurar-los por si só, recebe o amparo total e completo nos direitos essenciais desde sua concepção até os 18 anos (2008, p.62).

Esse dispositivo determina em seu artigo 226 a proteção da família, da criança, do adolescente e do idoso e estabelece no artigo 227 que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar e garantir os direitos pertinentes as crianças e adolescentes, entre outros dispositivos e textos legais correlatos.

O Brasil tem se organizado, principalmente, a partir de 1990, para configurar o cumprimento de direitos sociais, atentando o olhar e priorizando através de políticas públicas, como também, com programas específicos, a preocupação em firmar e certificar-se do cumprimento quanto ao bem estar e dignidade de crianças e adolescentes. Dessa forma, a sociedade civil e política aprovam uma legislação específica, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, para nortear e garantir os direitos fundamentais e cidadãos da infância e juventude no país (MOTTI, CONTINI & AMORIM, 2008).

3.2. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - ECA

Como resultante de anos de luta, inseridos em mobilizações populares, na defesa dos direitos de crianças e adolescentes, pode-se afirmar que o Estatuto da Criança e do Adolescente, é fruto de efetivas reivindicações de movimentos sociais, sendo legitimada por toda a sociedade.

O ECA reitera a Doutrina da Proteção Integral, baseada nos princípios do melhor interesse da criança, do reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos, da sua condição peculiar de desenvolvimento e da prioridade absoluta, define que é dever de todos – família, comunidade, Poder Público e a sociedade de uma forma geral - a efetivação dos direitos referentes à vida, saúde, alimentação, educação, esporte, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária, que se deve assegurar à criança e ao adolescente todas as oportunidades e facilidades a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Define ainda, que nenhuma criança ou adolescente deverá ser objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. Nesse sentido, a exploração sexual de crianças e adolescentes é crime previsto no artigo 244 do ECA

(Estatuto da Criança e do Adolescente). Quem cometer o crime está sujeito a pena de 4 a 10 anos de reclusão, além da multa.

De acordo com Arruda e Faria (2009) o ECA perpassa por vários artigos estabelecidos em sua composição, quanto à exploração sexual e suas modalidades, garantindo atendimento, proteção e defesa as vítimas dessa violência que assola a infância e a juventude. Essa legislação estatutária apresenta como essencial contribuição a mudança de papel oferecida a crianças e adolescentes quando passa a considerá-los como efetivos participantes de direitos, no exercício de seu protagonismo, sem distinguir cor, sexo ou classe social.

O ECA é uma conquista da sociedade como um todo e deve ser reconhecido e difundido como instrumento imprescindível de garantias e participação quanto aos direitos da criança e adolescentes, como também na proteção desses contra crimes de toda espécie, no caso em especial, de exploração sexual (ARRUDA & FARIA, 2009).

3.3. PLANO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES/2000

O Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes/2000 representa um documento legitimado e de relevância quanto referência as políticas públicas, no âmbito estadual, municipal, como a nível federal. Visa estabelecer ações articuladas para a intervenção técnica-política e financeira, em prol do combate a violência sexual contra crianças e adolescentes.

Teve como subsídios em suas fundamentações a Constituição Federal, principalmente em seu artigo 227, parágrafo 4º, *a lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente*, e ainda, o ECA a partir dos princípios essenciais da proteção integral e do melhor interesse. Essa proposta foi também orientada pela especificidade de desenvolvimento, pela garantia de participação, mobilização e articulação do protagonismo infanto-juvenil, no que tange a organizar a descentralização, sustentabilidade, regionalização e responsabilização através da criação de uma rede de atendimento especializada, tanto para as crianças e adolescentes como aos familiares. Dessa forma, a proteção, o combate a impunidade e a defesa foram reforçadas, disponibilizando serviços e capacitando profissionais da área jurídico-policial, quanto ao enfrentamento da violência sexual com as crianças e adolescentes (CECRIA, 2000).

3.4. LEI 12.015/2009

De acordo com a nova lei 12.015, sancionada em 07 de agosto de 2009, os crimes sexuais, que anteriormente eram definidos como os crimes contra os costumes, passaram a ser tratados como crimes contra a dignidade sexual. Essa mudança concretiza uma transformação significativa na concepção desses, representando-os como objetos de proteção, quanto as normas jurídicas a dignidade sexual. A lei em questão demonstra a preocupação efetiva em categorizar os crimes sexuais, assim como, promover a unificação dos gêneros para a ocorrência desses crimes. Se havia uma forte corrente sobre maior incidência de crimes sexuais com pessoas do sexo feminino, com o a nova Lei 12.015/09, as pessoas do sexo masculino são inseridas nesse contexto legal de proteção contra crimes sexuais.

É importante enfatizar que essa lei contempla os crimes sexuais por diferentes modalidades, como anuncia e tipifica o artigo 228, *favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual*. A ação penal pública no artigo 225, parágrafo único, apresenta-se condicionada a representação ou incondicionada se as vítimas forem menores de 18 anos, entre outras significativas modificações, tanto em terminologias, como no combate e tipificação de penas contra a violência sexual, no caso específico, exploração sexual comercial de crianças e adolescentes (ARRUDA & FARIA, 2009).

O capítulo V da referida lei trata do lenocínio e do tráfico de pessoas para fins de prostituição ou outra forma de exploração sexual, e configura-se mais efetivamente, quanto as suas tipificações e penalizações correlatas a essa violência:

Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual

Art. 228. Induzir ou atrair alguém à prostituição ou outra forma de exploração sexual, facilitá-la, impedir ou dificultar que alguém a abandone:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

§ 1º Se o agente é ascendente, padrasto, madrasta, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância:

Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos.

Art. 229. Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente.

Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual

Art. 231. Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro.

Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos.

- § 1º Incorre na mesma pena aquele que agenciar, aliciar ou comprar a pessoa traficada, assim como, tendo conhecimento dessa condição, transportá-la, transferi-la ou alojá-la.

§ 2º A pena é aumentada da metade se:

I - a vítima é menor de 18 (dezoito) anos; ...

III - se o agente é ascendente, padrasto, madrasta, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância;

IV - há emprego de violência, grave ameaça ou fraude.

§ 3º Se o crime é cometido com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa.” (NR)

Tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual

Art. 231-A. Promover ou facilitar o deslocamento de alguém dentro do território nacional para o exercício da prostituição ou outra forma de exploração sexual:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos.

§ 1º Incorre na mesma pena aquele que agenciar, aliciar, vender ou comprar a pessoa traficada, assim como, tendo conhecimento dessa condição, transportá-la, transferi-la ou alojá-la.

§ 2º A pena é aumentada da metade se:

I - a vítima é menor de 18 (dezoito) anos;...

III - se o agente é ascendente, padrasto, madrasta, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; ou

IV - há emprego de violência, grave ameaça ou fraude.

§ 3º Se o crime é cometido com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa.” (NR)

Torna-se necessário ressaltar alguns avanços quanto à compreensão em dimensões políticas, legais e éticas desse fenômeno, problematizando questões como cidadania e os direitos humanos. No entanto, é essencial o acesso a políticas sociais públicas, que promovam o suporte nesse embate contra a inserção de crianças e adolescentes no mercado de exploração sexual, contra a pobreza e a exclusão socioambiental (em todos os segmentos que comporta). Por fim, percebe-se que a rede protetiva se construiu a partir de mobilizações sociais e de um sistema de legislações pertinentes a proteção e a assistência social às vítimas da exploração sexual. Serviços e instituições foram criados para o combate dessa violência. Diversos segmentos sociais, políticos e jurídicos foram direcionados para o atendimento, a prevenção, a defesa e a responsabilização de todos os membros constituintes da rede de exploração sexual (aliciadores, intermediários, agressores). As crianças e adolescentes envolvidos na exploração sexual necessitam acessar as redes protetivas e ser de fato protegidas. Nesse sentido, o presente estudo visa a identificar a incidência da ESCA no município do Rio Grande, verificar a rede de proteção existente e sob a ótica dos serviços contatados na pesquisa e das crianças e adolescentes vítimas da exploração sexual, bem como investigar a percepção da vítima de exploração sexual sobre a violação propriamente dita e o seu conhecimento, acesso e avaliação da rede de proteção existente.

CAPÍTULO IV

MÉTODO – ESTUDO I

O Estudo I buscou mapear a realidade da exploração sexual de crianças e adolescentes (ESCA) na cidade do Rio Grande e identificar a rede de proteção construída no município para o enfrentamento dessa violação.

4.1. DELINEAMENTO E CONTEXTO DO ESTUDO

Para atender aos objetivos do Estudo I foi necessária a inserção ecológica da pesquisadora e de sua equipe no contexto da rede de proteção das crianças e dos adolescentes vítimas de exploração sexual (CECCONELLO E KOLLER, 2003; PRATI, COUTO, POLETTO, & KOLLER, 2008). Para tal, foram privilegiadas diferentes ações desde a construção do diário de campo, conversas informais, contatos telefônicos e por e-mail e visitas regulares no Centro de Referência de Assistência Social (CREAS) e no Conselho Tutelar – como previsto no projeto de dissertação. O Conselho Tutelar foi escolhido por ser a porta de entrada das denúncias e o CREAS pelo trabalho direto no acolhimento/atendimento das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e suas famílias.

No município do Rio Grande o Conselho Tutelar configura sua organização funcional com 15 conselheiros tutelares eleitos por voto popular que atendem três microrregiões, sendo que cada microrregião conta com cinco conselheiros responsáveis. Cada um dos conselheiros possui um mandato por um período de três anos e os conselheiros podem contar com uma única recondução. Dentre as atividades desempenhadas nesse serviço, verifica-se o zelo pelo cumprimento dos direitos da infância e juventude (contra qualquer ameaça ou violação desses), conforme o disposto no artigo 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. O Conselho Tutelar ainda realiza o atendimento, o encaminhamento e a aplicação de medidas de proteção as vítimas da ESCA (especificamente em relação à pesquisa desenvolvida). Já o Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) é coordenado por uma assistente social e composto por uma equipe multiprofissional e especializada na garantia de direitos, no combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Ao prestar serviços profissionais especializados, contempla crianças e adolescentes vítimas e suas famílias, com suporte técnico e contínuo, desenvolvendo serviços sócio-assistenciais, desde o

atendimento, proteção e prevenção no enfrentamento da exploração sexual na infância e na juventude.

Essa imersão contextual nos locais selecionados foi necessária para analisar as relações estabelecidas entre a rede e a situação de exploração sexual, bem como foi importante para avaliar as parcerias, os obstáculos e as possibilidades de enfrentamento propostas pelos serviços entrevistados.

4.2. PARTICIPANTES

Participaram do estudo I três conselheiras tutelares, cada uma representando uma microrregião I, II e III (subdivisão utilizada para atuação do Conselho Tutelar na cidade do Rio Grande) e uma representante do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), compondo um total de quatro pessoas entrevistadas na fase de Mapeamento da ESCA e da Rede de Proteção no município do Rio Grande.

4.3. CONSIDERAÇÕES ÉTICAS, INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS

O presente estudo baseia-se nas preocupações éticas e metodológicas discutidas nas Diretrizes e Normas Regulamentadoras da Pesquisa envolvendo Seres Humanos (Resolução 196/96). O projeto de pesquisa foi aprovado e autorizado pelo Comitê de Ética em Pesquisa na Área da Saúde dessa universidade (CEPAS-FURG) e está cadastrado sob o número de protocolo n. 11/2010. Um termo de consentimento livre e esclarecido foi entregue aos representantes do CREAS (ANEXO A) e do Conselho Tutelar (ANEXO B) informando sobre os objetivos, benefícios e os riscos existentes na pesquisa. A participação de todos foi voluntária, sendo respeitada a decisão do convidado a participar ou não, além disso, ficou a critério desse a desistência da participação ou a negação das respostas às perguntas incluídas no roteiro do protocolo de Mapeamento da ESCA na cidade do Rio Grande.

Tendo em vista a proposta de um mapeamento da realidade da ESCA a inserção ecológica nos dois serviços de proteção selecionados foi priorizada e norteou todas as atividades do estudo (CECCONELLO & KOLLER, 2003; PRATI, COUTO, POLETTO, & KOLLER, 2008). Visitas e conversas informais no CREAS e no Conselho Tutelar deram início as atividades de coleta de dados. Depois de identificados os representantes de cada um dos locais como participantes do estudo foi solicitado o preenchimento de um protocolo de mapeamento (ANEXO C). Tal protocolo é uma versão adaptada do instrumento de pesquisa

utilizado por Motti, Contini e Amorim (2008) no Programa de Ações Integradas Referenciais no Enfrentamento à Violência e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (PAIR). A versão utilizada no presente estudo buscou investigar os registros quanto às denúncias de ESCA, informações sobre o perfil das vítimas e de seus agressores e a rede de proteção existente no município de Rio Grande. Durante o período inicial da coleta de dados os registros sobre ESCA mantiveram-se de forma sigilosa. Os respondentes não ofereciam muitas informações ou esclarecimentos, afirmavam dificuldade no acesso aos dados quantitativos e resistiam em atender aos encontros marcados. Por esse motivo, novos contatos e visitas frequentes foram priorizados para possibilitar maior interação com o contexto, com o cotidiano do serviço e com os participantes. Essa proximidade possibilitou a realização de entrevistas individuais com os respondentes, fato que favoreceu a revelação dos dados existentes e o esclarecimento dos casos atendidos. Esse momento também teve como objetivo a solicitação de indicação dos participantes para o Estudo II. Ao responsável pelo CREAS foi solicitada a indicação de crianças e/ou adolescentes envolvidas com a exploração sexual que estavam sendo atendidas no momento da pesquisa, já aos conselheiros foi solicitada a indicação de crianças e/ou adolescentes envolvidas com a exploração sexual nas ruas da cidade. Foram contemplados os seguintes critérios de inclusão para as vítimas de ESCA indicadas por cada um dos participantes: sexo feminino ou masculino, idade até 18 anos e envolvimento em alguma forma de exploração sexual (prostituição, turismo sexual, pornografia, tráfico para fins sexuais).

4.4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As entrevistas realizadas no Conselho Tutelar I, II e III e no CREAS evidenciaram a ocorrência da ESCA no município do Rio Grande, no entanto, os dados coletados ainda não refletem a realidade vivenciada pelas vítimas dessa violação. Tal afirmação pauta-se no fato de que os serviços contatados não possuem em seus registros a representação real dessa violência. Os próprios entrevistados reconhecem a existência dos casos da exploração sexual de crianças e adolescentes, mas não contam com dados precisos, exatamente pela falta de sistematização das informações e, até mesmo, pela falta de notificações. Tais serviços contam com um controle manual dos casos atendidos, mas nem sempre fazem uso do mesmo, tornando difícil o acesso dos registros quantitativos necessários para fins de diagnóstico, especialmente, nos casos da ESCA. Essa constatação foi verificada durante a pesquisa, pois muitos dados foram fornecidos com base em observações visuais ou depoimentos do que

propriamente na sistematização dos registros de ocorrência (o levantamento dos dados não se apresentava de forma precisa). A falta de sistematização sugere uma dentre as inúmeras dificuldades enfrentadas pelas redes de proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual.

É sabido que o enfrentamento da ESCA necessita de uma boa base de dados que revele o problema, a ausência desse mapeamento torna invisível a realidade. Leal (1999) já afirmava que a visibilidade da exploração sexual no contexto brasileiro é uma tarefa árdua exatamente pela necessidade de uma sistematização de dados eficiente, a qual nem sempre está disponível.

No entanto, essa lacuna em relação à visibilidade e enfrentamento da ESCA parece estar alicerçada em outros elementos que vão além da quantificação de dados. Na entrevista com a representante do CREAS foi destacado que outras forças, como uma rede de exploração bem estruturada, agem para que as denúncias não sejam realizadas, *“pois ninguém quer denunciar, nem as autoridades.”* Durante a inserção ecológica ficou evidente que a falta de formação específica dos profissionais que atuam na área dificulta a apreensão desse fenômeno nas suas diferentes faces e vertentes, assim como, as formas/estratégias encontradas diariamente por crianças e adolescentes vítimas da exploração sexual, por seus clientes e principalmente, pela rede de exploração também contribuem com a manutenção desses círculos de violência e desigualdade de poder. Nessa direção, Dos Santos (2007) destacou que as vítimas e as redes de exploração buscam a invisibilidade através de diversas estratégias, podendo se esconder em boates, bares e agências de modelo, se deslocar de uma região para outra ou ainda informar idades falsas. A exploração sexual ainda é muito velada, inclusive nos serviços que deveriam expor e combater essa realidade.

Após diversos encontros e entrevistas individuais os dados quantitativos solicitados foram informados. Segundo as rotinas e os registros mantidos nesses serviços (Conselho Tutelar das microrregiões I, II e III e o CREAS), foi possível identificar a seguinte distribuição quantitativa de casos de exploração sexual, praticada contra crianças e adolescentes nos anos de 2008/2009:

Tabela 1

Registros da distribuição quantitativa da ESCA na cidade do Rio Grande (2008/2009)

Tipo de Violência	Registros	CREAS	CT Microrregião I	CT Microrregião II	CT Microrregião III	Total do CT	Totais de Registros
A - Prostituição	Denunciados	01	16	10	09	35	36
	Atendidos	01	11	10	09	30	31
	Acompanhados	01	11	10	09	30	31
	Desligados	0	05	01	02	08	08
B - Pornografia infanto- juvenil	Denunciados	02	0	0	01	01	03
	Atendidos	01	0	0	01	01	02
	Acompanhados	02	0	0	01	01	03
	Desligados	0	0	0	0	0	0
C - Turismo sexual	Denunciados	0	0	0	0	0	0
	Atendidos	0	0	0	0	0	0
	Acompanhados	0	0	0	0	0	0
	Desligados	0	0	0	0	0	0
D - Tráfico para fins de exploração	Denunciados	0	0	0	0	0	0
	Atendidos	0	0	0	0	0	0
	Acompanhados	0	0	0	0	0	0
	Desligados	0	0	0	0	0	0

Segundo os dados apresentados na Tabela 1 verifica-se maior incidência de registros nas situações de prostituição e pornografia infanto-juvenil. Até o momento da coleta de dados, nenhum caso de turismo sexual e tráfico para fins de exploração sexual haviam sido identificados nos serviços entrevistados. Entretanto, os próprios representantes dos serviços reconheceram que nem todos os casos chegam a ser denunciados, revelando que os registros nem sempre traduzem a realidade vivenciada em um município. A análise dos dados também possibilita identificar uma incompatibilidade nos números apresentados pelos dois serviços (considerando o mesmo período pesquisado). O fato de apenas um caso de prostituição, dentre o total de 35 denunciados nas três microrregiões do Conselho Tutelar, ter alcançado o serviço

de atendimento CREAS revela que não existe um fluxo ou um caminho da denúncia até a proteção da vítima. É necessária a interlocução permanente, pois quando o fluxo de denúncias e ocorrências se dispersa em contextos de risco a infância e juventude se tornam ainda mais fragilizadas.

Ao questionar a avaliação que os entrevistados faziam das ocorrências no município, as conselheiras tutelares de cada microrregião e a coordenadora do CREAS afirmaram que nos últimos anos (2008-2009) houve um aumento no número de notificações de exploração sexual. Na percepção das entrevistadas esse crescimento se deve ao consumo de drogas e a problemática do desemprego, vulnerabilidade social e familiar e a mão de obra temporária no Pólo Naval. Verifica-se nessa percepção o reflexo do contexto exossistêmico proposto por Bronfenbrenner (1979/2002). O movimento que está ocorrendo no município do Rio Grande, foco da investigação, devido aos investimentos no Pólo Naval tem propiciado um cenário que comporta grandes canteiros de obras e mão de obra itinerante. Embora esses avanços estejam repercutindo de forma positiva no crescimento político e econômico da região como anunciado pela mídia, reflexos negativos referentes a problemas socioambientais, culturais e políticas públicas continuam crescendo proporcionalmente e atingindo grande parcela da população. Não se discute os possíveis benefícios que tais investimentos trarão para o município, no entanto, problemas também serão potencializados, nesse caso analisando a ESCA. A oferta de trabalho tem atraído uma demanda crescente de mão-de-obra masculina advinda de outros municípios e estados brasileiros que somada às características da cidade portuária reforça o mercado do sexo. Outro fator exossistêmico citado pelas entrevistadas foi a droga, principalmente o uso de *crack* por parte das vítimas que acabam utilizando o seu corpo e a sua sexualidade para acessar a droga. A literatura tem discutido o papel da droga como um suporte paliativo na rotina de violação, uma vez que no contexto da exploração sexual a droga se encontra alicerçada na falta de redes de apoio familiar e institucional e na articulação firme com as redes de exploração sexual, oportunizando o consumo/vício ou, até mesmo, agindo como uma fuga dessa violência que lhes é imposta (LIBÓRIO, 2005).

Para delimitar um perfil das vítimas e os fatores de risco existentes informações sobre a pessoa foram privilegiadas. Por esse motivo, questões sobre o sexo e idade das crianças e dos adolescentes e dos agressores envolvidos nos casos registrados no Conselho Tutelar e no CREAS foram solicitadas. Os dados obtidos estão apresentados na Tabela 2.

Tabela 2
Perfil das Vítimas da Exploração Sexual

Tipo de violência	Instituição	0-6 anos	7-12 anos	13-17 anos	Feminino	Masculino	Autores da Agressão
Prostituição	CT Microrregião I	0	02	16	11	02	Tio, avô, primo, padrasto, mãe e padre
	CT Microrregião II	0	04	06	09	01	Maioria homens (com faixa etária de 17 anos até idosos), caminhoneiros, amigos e vizinhos
	CT Microrregião III	0	04	05	05	04	Parentes e desconhecidos
	CREAS	0	0	01	01	0	Padre
	Total	0	10	28	26	07	-
Pornografia Infanto- Juvenil	CT Microrregião I	0	0	0	0	0	-
	CT Microrregião II	0	0	0	0	0	-
	CT Microrregião III	0	0	01	01	0	Amigo da escola (fotos)
	CREAS	0	02	0	02	0	Irmã (adolescente) Desconhecido
	Total	0	02	01	03	0	-

A primeira observação que pode ser feita refere-se ao número de casos identificados pela microrregião I do Conselho Tutelar, embora na Tabela 1 o representante tenha indicado o registro de 16 casos, quando quantificaram os casos por faixa etária esse número aumentou para 18 e quando indicou por sexo o número caiu para 13. Essa informação evidencia a falta de uma sistematização adequada. De qualquer forma, os dados oferecidos sinalizam as principais características dos casos atendidos nos serviços.

Os registros revelam que as meninas com idades entre 13 e 17 anos ainda são as principais vítimas da prostituição, mas não são as únicas. Os casos notificados evidenciam que os meninos nessa faixa etária também tem sido alvo dessa violação. De acordo com o balanço realizado nas campanhas de combate ao abuso e a exploração sexual de crianças e

adolescentes no Brasil, Dos Santos (2007) destaca que não existe uma idade mínima para a vitimização quanto a ESCA. Entretanto, o autor aponta um levantamento do Núcleo Cearense de Estudo e Pesquisa sobre a Criança da Universidade Federal do Ceará (NUCEPEC/UFC, 1993), em que as meninas com idades entre 11 e 17 anos têm sido identificadas como as principais vítimas da prostituição, sendo que existe uma predominância da faixa etária de 15 aos 17 anos, sugerindo que existe um número maior de adolescentes sendo exploradas pela prostituição quando comparado as crianças.

Ao analisar os registros apresentados pelos serviços pesquisados sobre os agressores vinculados a ESCA constata-se que a maioria é do sexo masculino, adulto e conhecido das vítimas. Os casos de prostituição revelaram que os familiares, inclusive as mães, tem sido intermediarias nessa violência. De acordo com os conselheiros tutelares da microrregião II os autores/aliciadores buscam através da exploração sexual de seus filhos o consumo de drogas e a obtenção de bens materiais. A justificativa apontada para o envolvimento de familiares e das próprias vítimas esteve diretamente relacionada a inversão de valores que permeia as relações cotidianas e de vulnerabilidade social, no que tange ao universo capitalista ou de um consumo escravizador, em que o apelo pelo ter justifica qualquer ação violadora. Agressores extrafamiliares também foram citados (ver Tabela 2). Caminhoneiros, vizinhos, desconhecidos e religiosos foram lembrados. Cabe destacar que o fato de caminhoneiros estarem envolvidos com essa violação revela a vulnerabilidade do município portuário e do acesso fácil às rodovias como locais de exploração. Os dados fornecidos pelo CREAS mostram uma realidade semelhante. O caso de prostituição atendido envolveu uma menina agredida por um religioso, sendo que a mãe era aliciadora.

Já os casos de pornografia infanto-juvenil envolveram meninas com idades entre os sete e 17 anos. Tal dado corrobora a literatura sobre o tema quando os autores afirmam que o aliciamento na pornografia ocorre na maioria das vezes com crianças do sexo feminino, inclusive na mais tenra idade (LEAL, 1999; FALEIROS, 2007). As autoras destacam que existe uma diferença entre o envolvimento de crianças e adolescentes na pornografia, sugerindo que as crianças utilizadas nos materiais pornográficos são vítimas de roubo, seqüestro e tráfico de crianças, enquanto as adolescentes são utilizadas e atraídas para a realização de shows eróticos, revistas e vídeos pornográficos. Ao pensar em distinções fundamentais a serem analisadas é possível refletir ainda sobre o desenvolvimento emocional, sexual e social em contraste ao poder exercido pelos adultos exploradores. Embora tenham diferentes características, a pornografia de crianças e de adolescentes não deixa de ser uma

forma lucrativa, clandestina e organizada, em geral, por grupos criminosos da rede de exploração.

Essa rede de exploração não foi identificada no município pesquisado. Os casos de pornografia infanto-juvenil registrados na microrregião III e no CREAS apresentaram como autores da ESCA dois homens e uma adolescente que produziram material fotográfico e imagens pornográficas. Na situação apontada pelo conselho III, a menina vítima de pornografia tinha na época mais ou menos 13 anos e havia sido seduzida por um rapaz de 20 anos através da *internet* e, por solicitação dele, enviava fotos nuas. O rapaz queria fotos em posições ousadas, mas a menina não entendia. Sua proposta era vender as fotos, sendo que chegou a distribuir na escola as fotos enviadas. Essa situação foi rompida pela mãe da vítima que descobriu por acaso essa violação. O caso foi bem investigado pelas autoridades e pela rede de proteção. Já os outros dois casos apresentados pelo CREAS referem-se a uma adolescente que mostrava filmes pornô a irmã menor e era abusada sexualmente por ela e a um homem adulto (pedófilo) que comprava fotos nuas de vítimas de pornografia infanto-juvenil.

Quando questionados sobre as condições socioeconômicas das famílias das crianças e adolescentes em situação de exploração sexual, os representantes das microrregiões I, II e III do Conselho Tutelar e do CREAS informaram que as vítimas de prostituição vivenciavam um contexto de extrema vulnerabilidade e pobreza, sobrevivendo com um salário mínimo ou ainda sem nenhuma renda, possuindo apenas benefícios do governo federal como, por exemplo, a Bolsa Família e a Bolsa Escola. A pobreza tem sido apontada como um fator de risco para a inclusão de crianças e adolescentes no trabalho infantil, tendo na exploração sexual a sua pior faceta (FALEIROS, 2007; LEAL, 1999).

Constata-se que a vulnerabilidade social desempenha ainda nos dias de hoje um papel de agravante desse fenômeno, no entanto, não se apresenta como única e absoluta causa da incidência da ESCA. Famílias que não configuram situação de vulnerabilidade social também foram identificadas nos casos registrados de prostituição. Nesses casos, outros fatores de risco foram apontados pelos entrevistados como a busca por bens de consumo da moda e tecnologia e a inversão de valores. De acordo com a representante da microrregião II do Conselho Tutelar, muitas vítimas buscam a prostituição para acessar o consumo: *“é uma questão de inversão de valores. Não envolve somente drogas e vulnerabilidade social, mas sim uma questão de consumo, querem tudo do bom e do melhor. Existem famílias muito pobres em que não tem esse tipo de caso.”* Tal relato evidencia que ter é muito mais importante que ser revelando que as crianças e adolescentes envolvidos com a ESCA também são consumidos

por desejos, anseios e sonhos como qualquer outra criança e/ou adolescente. A pesquisa realizada por Cerqueira-Santos (2009) mostrou que 65,10% crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual usaram o dinheiro recebido em troca de sexo para comprar objetos como celular, tênis ou blusa da moda. Segundo o autor, a lógica de mercado esta alicerçada em uma cultura consumista, “impondo valores e modos de existência baseados na aquisição de bens materiais, como forma de inclusão social” (CERQUEIRA-SANTOS, 2009, p.2) sendo por tal lógica e ótica, o corpo infantil e juvenil é valorizado no mercado do sexo.

A literatura corrobora que a exploração sexual está presente em todas as camadas sociais, mesmo assim, ainda é mais forte o pacto de silêncio nas camadas mais altas, o que dificulta a notificação para o enfrentamento da ESCA (ALENCAR, RIBEIRO, GORENSTEIN, SANCHEZ, 2009). Essa situação pode ser verificada no município do Rio Grande ao registrar que famílias que não vivenciavam situação de pobreza também foram identificadas na análise dos casos de pornografia infanto-juvenil. O registro existente na microrregião III do Conselho Tutelar referia-se a uma família de classe média e o caso atendido no CREAS indicava uma renda mensal de aproximadamente de R\$1.460,00.

A fim de complementar tais informações, foram solicitadas as indicações dos bairros de origem e as localidades de ocorrência dos casos notificados.

Tabela 3
Localidades de ocorrência da ESCA e Origem das Vítimas

Tipo de violência	Instituição	Bairro/localidade de origem da vítima	Bairro/localidade de ocorrência
Prostituição	CT Microrregião I	Bairro Getúlio Vargas – BGV e Dom Bosquinho (Beira da Praia)	Barra Nova, Bairro Getúlio Vargas (BGV) e Dom Bosquinho.
	CT Microrregião II	Castelo Branco, Bernadeth, Henrique Pancada, Roberto Socoowski e Cidade de Águeda	Henrique Pancada, Cidade de Águeda, Castelo, Lagoa, Bernadeth (Green Bar), Junção e São Miguel
	CT Microrregião III	Querência, Vila da Quinta, Povo Novo e Parque Marinha	Querência, Vila da Quinta, Povo Novo e Parque Marinha
	CREAS	Centro	Centro
Pornografia Infanto-Juvenil	CT Microrregião I	-	-
	CT Microrregião II	-	-
	CT Microrregião III	Parque Marinha	Parque Marinha
	CREAS	Vila Maria	Vila Maria

A partir da análise dos dados da Tabela 3 é possível constatar que a maioria das vítimas de prostituição reside na periferia do município e nas regiões que concentram maior pobreza corroborando as informações sobre a condição socioeconômica oferecidas pelos entrevistados. Os dados sugerem ainda que as meninas e meninos estão sendo prostituídos em seus próprios territórios, conforme mapa do município (vide Figura 1, 2 e 3 em anexo)⁵. Tal situação pode ser explicada pela localização e pela proximidade dos bairros nomeados com as rodovias e a zona portuária, fato que favorece e aumenta o risco para essas violações. Boates, motéis e postos de gasolina foram citados como pontos estratégicos para a exploração sexual nesses bairros. Nesses casos os agressores envolvem os caminhoneiros, homens mais velhos e vizinhos. Ou ainda pode ser explicada pelo envolvimento direto de familiares na exploração (ver Tabela 2).

Já os casos relacionados a pornografia envolveram famílias que residem na Vila Maria e no Parque Marinha. Como esperado os casos ocorrem na mesma localidade de origem da vítima, especialmente pelo fato de que os autores dessa violência fazem parte do contexto intrafamiliar (irmã) e do contexto escolar (colega).

O período de ocorrência (dias e horários) da ESCA também foi investigado. Os conselheiros tutelares das microrregiões I, II e III e o CREAS apontaram que a prostituição, em geral, acontece à noite, mas pode ocorrer em qualquer período do dia, pois está presente diariamente no cotidiano das vítimas. O registro de pornografia notificado no CREAS havia acontecido durante o dia, enquanto o caso identificado no Conselho Tutelar havia ocorrido a noite. Esses dados sugerem que não existe um padrão fixo de horário ou turno mais favorável para a ocorrência da exploração sexual, evidenciando que o cuidado e a defesa da criança e do adolescente devem acontecer 24hs diariamente.

O reconhecimento do perfil da vítima e do seu agressor, assim como a identificação e a caracterização dos locais em que essas violações ocorrem, fornecem subsídios fundamentais para o combate e a defesa dos direitos da criança e do adolescente. Entretanto, para que esse enfrentamento ocorra, é necessário que as ações estejam articuladas com a rede de proteção, defesa e atendimento. No Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, segundo Castanha (2006), a rede de proteção segue uma estrutura organizacional, com decisões descentralizadas, constituídas em sua dinamicidade, na democracia, flexibilidade, mobilização e autonomia de seus membros. Sua função é enfatizar a integração e intersetorialidade. Conforme o Fórum Goiano de Enfrentamento à violência Sexual contra

⁵ Figuras 1 e 2: Mapa da Cidade - Rio Grande e Cassino – www.contato@minimapa.com.br e Figura 3: Martins Mapas - Rio Grande 2010 – www.rs1editora@ig.com.br

Crianças e Adolescentes, no contexto da rede de proteção, “articulação política entre atores iguais e/ou instituições, não-hierárquica, que se fundamenta nos princípios de reconhecimento, colaboração, cooperação e associação.” (CASTANHA, 2006, p.15)

Nessa perspectiva, uma busca documental possibilitou identificar a seguinte rede de no município do Rio Grande:

Tabela 4
Rede de Proteção no Município de Rio Grande/RS

Tipo	Instituições	Bairro
Conselhos, Comissões, Corregedoria, Comitê	Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA	Centro
	Conselho Tutelar I, II e III	Centro
	Corregedoria do Conselho Tutelar	Centro
	Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência Familiar (COMEVI)	Centro
Defesa	Defensoria Pública	Centro
	Juizado da Infância e da Juventude	Centro
	2ª Promotoria de Justiça especializada - Infância e Juventude	Centro
	Polícia Civil/ 24 h - 197	Centro, Parque Marinha, Cassino Vila da Quinta - BR-392, s/n Av. Itália
	Polícia Rodoviária Federal – PRF	
Polícia Rodoviária Estadual		
Entidades Governamentais	18ª Coordenadoria Regional de Educação	Centro
	Prefeitura Municipal do Rio Grande	Centro
	Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social - SMCAS	Centro
	Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC	Centro
	Secretaria Municipal de Saúde	Centro
Entidades e Programas da Área da Assistência Social	Associação Riograndina Pró-Crianças e Adolescentes	Lagoa
	Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas de Rua da FURG – CEP-Rua	Carreiros
	Centro de Referência de Assistência Social – CRAS	Cidade de Águeda/Hidráulica Cidade Nova
	Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS	
	Pastoral da Criança	Centro
	Pastoral do Menor	Cidade Nova
	Projeto Ametista e Renascer	Vila Militar
	Programa de Prevenção à Violência	Centro
Rede Família	Centro	
Entidades e Programas da Área da Saúde	CAPS AD	Centro
	CAPS Conviver	Parque
	CAPS I	Centro
	Associação Comunidade Terapêutica El Shammah	Parque
	Comunidade Terapêutica Vida Nova	Centro
	PIM: Primeira Infância Melhor	Centro
	Unidades Básicas de Saúde da Família – UBSF	Aeroporto, Bernadeth, CAIC, Castelo Branco, Marluz, Profilurb, Santa Rosa, São João, São Miguel I, São Miguel II, Cidade de Águeda, Quinta, Quintinha, Povo Novo, Domingos Petrolino, Ilha da Torotama, Ilha dos Marinheiros, Taim.

Cont. Tipo	Instituições	Bairro
Entidades e Programas na Área de Educação	E.E. Adelaide Alvim	Junção
	E.E. Agnella do Nascimento	Cidade Nova
	E.E. Alcides Barcelos	Vila Militar
	E.E. Alfredo Ferreira Rodrigues	Povo Novo
	E.E. Almirante Tamandaré	Parque Marinha
	E.E. Bibiano de Almeida	Centro
	E.E. Professor Carlos Loréa Pinto	COHAB IV
	E.E. Ernesto Pedroso	Santa Teresa
	E.E. Pedro Francisco Bertoni	Domingues Petrolina
	E.E. Juvenal Miller	Centro
	E.E. Coronel Juvêncio Lemos	Marcílio Dias
	E.E. Lília Neves	Vila da Quinta
	E.E. Lemos Júnior	Centro
	E.E. Emilio Luiz Mallet	Rural
	E.E. Getúlio Vargas	COHAB II
	E.E. Nossa Senhora Medianeira	Cidade Nova
	E.E. Engenheiro Roberto Bastos Tellechea	Parque Marinha
	E.E. Silva Gama	Cassino
	E.E. Saldanha da Gama	4ª Secção da Barra
	E.E. Brigadeiro José da Silva Paes	Lar Gaúcho
	E.E. Treze de Maio	COHAB II
	E.E. José Mariano de Freitas Beck - CIEP	São João
	E.M. Altamir de Lacerda Nascimento	Vila Bernadete
	E.M. Admar Corrêa	Vila Santa Teresa
	E.M. Ana Neri	Bolaxa
	E.M. Cidade do Rio Grande – CAIC	FURG/Carreiros
	E.M. Cipriano Porto Alegre	Henrique Pancada
	E.M. França Pinto	Dom Bosco
	E.M. Helena Small	Centro
	E.M. Mate Amargo	Avenida Itália
	E.M. Porto Seguro	Parque Marinha
	E.M. Viriato Corrêa	Getúlio Vargas
	E.M. Wanda Rocha Martins	Cassino
	E.M. Bento Gonçalves	Vila da Quinta
	E.M. São Miguel	São Miguel
	E.M. Coriolano Benício	Vila da Quinta
	E.M. Olavo Bilac	Vila da Quinta
	E.P. Escola São Luis	Cidade Nova
	E.P. Escola Hebe Marsiglia - HEMA	Centro
	E.P. Colégio Adventista de Rio Grande	Centro
	E.P. Colégio Albert Einstein Escola de 2º Grau	Centro
	E.P. Colégio Kyrius	Centro
	E.P. Colégio Bom Jesus Santa Joana D'Arc	Centro
E.P. Educandário Coração de Maria	Presidente Vargas	
E.P. Escola Criança Feliz Ltda	Centro	
E.P. Escola Jardim do Sol	Jardim do Sol	
E.P. Escola Liceu Salesiano Leão XIII	Centro	
E.P. Colégio Marista São Francisco	Centro	
Entidades de Acolhimento Institucional	Abrigo Residencial Laço de Amor	Cidade Nova
	Abrigo Residencial Integração	Municipal
	Orfanato Maria Carmem	Centro
	Lar da Criança Raio de Luz	Hidráulica
	Casa do Menor	Cidade Nova

Rio Grande conta com uma extensa rede que trabalha em prol dos direitos da criança e do adolescente. Em atendimento direto a problemática de exploração sexual de crianças e adolescentes na cidade do Rio Grande podem ser identificados além do Conselho Tutelar e do CREAS, o COMDICA, a Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência Familiar (COMEVIFF), todas as instituições de defesa e as Entidades de Acolhimento Institucional. No entanto, de acordo com o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes (CASTANHA, 2006) a proteção integral só pode ser alcançada através do trabalho em rede, ou seja, através do trabalho coletivo, integrado e intersetorial. Portanto, todas as instituições listadas na Tabela 4 compõem a rede local de proteção do município.

Para verificar o conhecimento que o CREAS e o Conselho Tutelar possuem da rede existente no município do Rio Grande, diversas questões foram direcionadas para esse fim. Todos os entrevistados afirmaram conhecer os serviços que compõem a rede do município, contudo perguntas mais específicas sobre a função de cada um revelaram que o Conselho Tutelar e o CREAS ainda se mostram confusos quanto ao papel de cada instituição na proteção integral da criança e do adolescente. Ao analisar os serviços existentes no município, as participantes destacaram que Rio Grande ainda não conta com um Posto Policial para Criança e Adolescente. Diante dessa afirmação, a conselheira tutelar da microrregião II destacou que o posto mencionado *“faz muita falta, pois muitas coisas não são da incumbência do Conselho Tutelar”* e argumentou que seria fundamental contar com um atendimento específico para a infância e juventude na situação da ESCA.

Dentre os serviços existentes foi questionado aos participantes se tinham conhecimento sobre a quantidade das instituições listadas. Discordâncias nas respostas foram encontradas, por exemplo, as entrevistadas informaram diferentes números para as unidades de Delegacia de Polícia, sendo que a microrregião I do Conselho Tutelar indicou três, a microrregião II duas, a microrregião III citou uma, enquanto o CREAS afirmou não saber a quantidade de unidades existentes na cidade. Comparando essa informação com o mapeamento apresentado na Tabela 4, o município conta com três unidades de Delegacia de Polícia e apenas um representante soube informar corretamente. É fundamental que a rede se reconheça para que possa atuar de forma conjunta e cooperativa.

Números diversos foram citados quando questionadas a quantidade de unidades da Polícia Rodoviária Federal e Estadual, da Unidade Básica de Saúde e da Unidade Básica de Saúde da Família. Pode-se constatar ainda nenhuma participante soube informar o número de unidades das Escolas Estaduais, Municipais e Particulares e Postos de Saúde. Os dados permitem perceber que os próprios agentes que fazem parte da rede apresentam-se confusos,

desconhecendo o número de serviços constituintes da rede de proteção investigada, confirmando que a articulação no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes se mantêm muito longe de ser uma ação efetiva e eficaz.

Na mesma direção, as participantes da pesquisa apresentaram alguns equívocos ao analisar as atribuições que os serviços listados prestam no enfrentamento da exploração sexual. Alguns serviços da rede de proteção e defesa foram elencados como não atuantes no atendimento de vítimas da exploração sexual na infância e juventude. Para as entrevistadas a Rede Família (citado pela microrregião II), a Defensoria Pública (citado pela microrregião II e III), a Unidade Básica de Saúde/Unidade Básica de Saúde da Família (citado pela microrregião II), as Escolas (citado pela microrregião II e CREAS), o CRAS (citado pela microrregião II), as ONGs (citado pela microrregião II) não atendem diretamente a questão da exploração sexual na infância e juventude. Dados contrários têm sido apontados pela literatura, especialmente, no que diz respeito à escola:

A escola tem também a função de atendimento, ou seja, de proteger seus estudantes, crianças e adolescentes contra qualquer violação de seus direitos e de oportunizar-lhes condições de pleno desenvolvimento escolar, mental, psicológico, sexual moral e social. Evidentemente, essas responsabilidades não são exclusivas da escola, mas de toda a rede de proteção, da qual ela é parte integrante e na qual tem papel preponderante (FALEIROS E FALEIROS, 2008, ps.85)

Quando as escolas não são citadas como parte de atendimento ou prevenção de vítimas da exploração sexual, está se pensando de maneira burocrática e distante da realidade contextual vivenciada por meninas e meninos atingidos pela ESCA. A escola deve ser parceira nessa luta, não somente na denuncia, mas no atendimento a família, na prevenção dessa violência, sendo discutida e divulgada entre crianças e adolescentes, a comunidade escolar e a sociedade de maneira geral.

Neste sentido, os serviços contatados na pesquisa mostraram-se informados em relação à quais são os serviços existentes, mas não sabem exatamente quem são seus parceiros na luta contra a violência sexual e nem reconhecem o papel de cada instituição no enfrentamento a ESCA. Para os entrevistados a rede de combate a exploração sexual é composta pelo Conselho Tutelar, Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA, Juizado da Infância e da Juventude, Promotoria da Infância e da Juventude, Brigada Militar, Polícia Civil e Federal e CREAS. Verifica-se no estudo, uma subdivisão quanto ao que compreendem sobre o atendimento prestado pelos serviços da rede, nos casos da ESCA, ou seja, a atuação e articulação ficam limitadas as denúncias, registros, encaminhamentos e cuidados (referindo-se as áreas da Saúde e Assistência Social).

Reconhecer como parceiros, os serviços da rede que agem de maneira mais imediata, direcionados a defesa e responsabilização, e não perceber os serviços de proteção e prevenção, como a escola, Rede Família, ONGs, configura uma rede desarticulada, que não viabiliza maiores intervenções/estratégias no enfrentamento da violência sexual, sem constituir ações coletivas mobilizadoras e efetivas entre os atores e instituições envolvidas.

Para compreender a avaliação que o Conselho Tutelar e o CREAS fazem da rede existente na percepção delas (citada no parágrafo anterior), perguntas sobre a atuação e a articulação dos serviços citados foram priorizadas. Para as representantes do Conselho Tutelar das microrregiões I e III tais serviços são atuantes na ESCA, no entanto, para a microrregião I ainda existem obstáculos no trabalho conjunto, citando a resistência relacionada a atuação do Conselho Tutelar: *“existem os encaminhamentos, mas há resistência de alguns órgãos, em relação ao Conselho Tutelar, devido às dificuldades encontradas nas solicitações, como se o Conselho Tutelar representasse um inimigo, e não parte da rede de proteção e atendimento”*.

Uma avaliação diferente foi realizada pelo Conselho Tutelar da microrregião II. Para a sua representante a atuação da rede no âmbito do enfrentamento da ESCA apresenta-se ineficiente devido à falta de técnicos capacitados para atender a demanda relacionada a essa problemática: *“tem que ter especialização para tratar de exploração sexual”*. A participante sugere ainda que existe uma distorção quanto ao papel do Conselho Tutelar e uma omissão de todos os órgãos diante de casos de violência sexual que desfavorecem o trabalho em rede. Para o CREAS a rede de proteção está despreparada e atuando de maneira fragmentada: *[...] ainda muito despreparada, a rede não sabe bem o que fazer”*.

No que tange a articulação da rede, uma avaliação positiva é feita pela microrregião I do Conselho Tutelar. As microrregiões II e III também afirmaram que a articulação entre a rede de proteção acontece de forma eficiente e que os encaminhamentos são realizados seguindo todos os trâmites legais necessários. O representante da microrregião II declarou: *“[...] eficiente (articulação), assim que o conselho acolhe uma denúncia de exploração sexual é encaminhada a rede e quando a denúncia é da rede ou da comunidade, a situação é averiguada pelo conselho, aplicam-se as medidas de proteção, onde, são dados os devidos encaminhamentos.”* Nessa mesma direção, a fala do Conselho Tutelar III reitera a avaliação positiva: *“existe um trabalho conjunto e articulado buscando resolver as denúncias e posteriormente, realizar atendimentos e encaminhamentos necessários; foram feitas ações juntamente com o Ministério Público, Polícia Civil, Polícia Militar e GT III.”*

Ao contrário, o representante do CREAS avalia de forma negativa a articulação da rede, afirmando: *“[...] a rede apresenta dificuldade no atendimento e entendimento da*

dinâmica do processo de exploração sexual - social, financeira, cultural, ética, moral, como se estabelece todo o processo.”

Para o fortalecimento da rede no enfrentamento a ESCA, os conselheiros tutelares entrevistados sugeriram a implantação da Delegacia Especializada no Atendimento a Criança e ao Adolescente, programas de geração de renda para as famílias das vítimas, a criação de uma escola integral, o desenvolvimento de programas sociais e o atendimento de usuários de drogas vítimas de violência sexual. Para o representante do CREAS o combate a esse problema só será possível quando a rede de proteção se apropriar da realidade que pretende enfrentar.

Após os questionamentos sobre a rede de proteção, sua atuação e sua articulação, foi solicitado a cada um dos entrevistados informações sobre a rede de exploração sexual através da indicação de meninos e meninas envolvidos nessa violação. Aos representantes do Conselho Tutelar foi solicitada a indicação de crianças ou adolescentes com idade até 18 anos, envolvidos em alguma forma de exploração sexual que ainda estão circulando nas ruas sem atendimento da rede de proteção ou que já tenham recebido algum tipo de atenção em algum momento. Enquanto que ao CREAS foi sugerida a indicação de crianças ou adolescentes com idade até 18 anos e com envolvimento (atual ou recente) em alguma forma de exploração sexual e que estão ou estiveram em tratamento nesse serviço.

Nesse sentido, o Conselho Tutelar indicou nove vítimas da exploração sexual de crianças e adolescentes na cidade do Rio grande, sendo seis delas do sexo feminino e três do sexo masculino. Em relação às informações fornecidas nas respectivas indicações, alguns dados e características das vítimas da ESCA foram destacados, a saber: 1) G. W, 14 anos, reside no bairro Henrique Pancada, cabelos ondulados, loira, olhos verdes, estatura média, 2) A. D, 16 anos, morena, de estatura alta, magra, olhos castanhos, 3) Índia (apelido), 15 anos, estatura baixa, olhos castanhos, cabelos negros e compridos, reside no bairro Getúlio Vargas, mas o local provável de permanência na exploração sexual é no centro da cidade, especificamente em um trailer que comercializa lanches, 4) A. M, de 14 anos, morena, estatura baixa e reside no bairro São Miguel, 5) P. M, 17anos, estatura alta, morena, magra, reside no bairro Bernadete, principal local de ocorrência da exploração sexual é na boate GreenBar e 6) S. M, 16 anos, estatura baixa, morena, cabelos cor de mel, olhos castanhos, reside na Vila da Quinta. Em relação aos horários possíveis para encontrar as vítimas indicadas não souberam precisar, deixando de forma vaga, pelo turno da tarde, principalmente à noite e até durante o dia inteiro.

Quanto às indicações sobre possíveis vítimas da ESCA do sexo masculino, foram apontadas as seguintes características/informações: 1) D, 17 anos, loiro, olhos verdes, magro e de estatura alta, traços femininos, reside no bairro São Miguel, e o local de permanência para a exploração sexual é em frente ao Motel Houston (Junção), 2) Natasha (apelido), 17 anos, loiro, alto, fica nas intermediações das praças da Silva Paes (Centro) e Sete de Setembro, morador do bairro Getúlio Vargas 3) D, 15 anos, cabelo crespo, estatura média, magro, olhos castanhos escuros, reside na Vila da Quinta.

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS indicou duas vítimas da ESCA, ambas do sexo feminino, que já haviam sido atendidas no serviço, mas não se encontravam em atendimento no momento da inserção. A fim de possibilitar o encontro o CREAS realizou os primeiros contatos com o pai (responsável pelas meninas) para que a pesquisadora pudesse acessá-lo posteriormente. Após essa aproximação e autorização as respectivas indicações foram positivas e geraram entrevistas, as quais se realizaram no espaço do serviço mencionado. As vítimas da ESCA, T, 11 anos, estatura baixa, morena, olhos castanhos claros, cabelos ondulados, residente no bairro São Miguel e L, 14 anos, estatura alta, morena, olhos e cabelos castanhos escuros, também residente no bairro São Miguel.

Devido a troca dos Conselheiros Tutelares (período de pré-eleitoral), outros profissionais passaram a colaborar com o estudo e indicaram três vítimas do sexo feminino e uma vítima do sexo masculino, reiterando uma das primeiras indicações do Conselho Tutelar. As vítimas do sexo feminino, com a faixa etária de K, 12 anos, J, 15 anos e L. 17 anos, provenientes de bairros da periferia do município, poderiam ser encontradas no bairro de origem (Getúlio Vargas e Vila da Quinta). Todas possuíam histórico de atendimento no Conselho Tutelar. Apresentavam como características físicas: estatura baixa (as vítimas indicadas K. e J.) e média (a vítima indicada L.), duas meninas possuíam cabelos castanhos (K. e J.) e a outra adolescente era loira (L.), todas de olhos castanhos, duas das vítimas – J e L estavam com os pais presos (algum deles ou ambos) por tráfico de drogas. Quanto à vítima do sexo masculino chamado D., que novamente foi indicado pelo Conselho Tutelar, esse tinha 15 anos, cabelo crespo, estatura média, magro, olhos castanhos escuros e reside na Vila da Quinta.

Essas informações foram importantes para impulsionar a coleta de dados para a etapa seguinte do estudo. A trajetória percorrida, os obstáculos e as estratégias utilizadas estão descritas no capítulo seguinte.

CAPÍTULO V

MÉTODO - ESTUDO II

O Estudo II teve como objetivo investigar a percepção da vítima de exploração sexual sobre a violação propriamente dita e o seu conhecimento, acesso e avaliação da rede de proteção existente.

5.1 DELINEAMENTO E CONTEXTO DO ESTUDO

A inserção ecológica da pesquisadora e de sua equipe no contexto da rede de proteção de crianças e/ou adolescentes vítimas foi privilegiada nessa etapa do estudo (CECCONELLO E KOLLER, 2003; PRATI, COUTO, POLETO, & KOLLER, 2008). Como planejado, foi solicitado ao CREAS e ao Conselho Tutelar a indicação dos participantes do presente estudo. No entanto, foram constatadas dificuldade no acesso as crianças e adolescentes vítimas indicadas pelos serviços. As informações consistiam em locais e horários que não correspondiam com a realidade ou ocorria um desencontro entre as possíveis participantes da entrevista e a pesquisadora. Foram realizadas visitas frequentes da pesquisadora aos locais e aos bairros sugeridos, mas sem sucesso. Pesquisadores corroboram os desafios enfrentados na investigação da ESCA, sejam pelo acesso as vítimas, clientes ou intermediários, bem como os locais em que se transaciona a exploração sexual, “devido à natureza ilegal ou estigmatizadas de prostituição” (ENNEW, J.,2008, p.22).

Tendo em vista as dificuldades existentes outros serviços que compõem a rede de proteção foram consultados na tentativa de recolher novas indicações e compor a amostra. Casas de acolhimento institucional, que tem a função protetiva quando os direitos de crianças e adolescentes são violados e que objetivam garantir o retorno desses as famílias de origem, foram visitadas. Outro serviço contatado foi a Pastoral do Menor,⁶ que desenvolve um trabalho de apoio em busca de estratégias para a inclusão social de crianças e adolescentes, nas mais diversas situações de vulnerabilidade e risco, no caso, também as vítimas de exploração sexual. E, por fim, foram realizados encontros com os profissionais do Rede Família, um programa municipal que tem como proposta atenção, educação e apoio sociofamiliar a fim de garantir o retorno da criança e do adolescente abrigado para a família

⁶ Disponível em <www.pastoraldomenornacional.org/site/mse/mse>, acesso em novembro de 2010.

de origem, fortalecendo e auxiliando na constituição de novos vínculos para essa família e seus membros. Essa busca foi ampliada para a rede de exploração, visitas a casas noturnas e a pontos reconhecidos no município como locais vulneráveis a exploração sexual subsidiaram as observações sistemáticas e análises do processo, pessoa, contexto e tempo da realidade cotidiana das vítimas de exploração sexual. A inserção ecológica foi uma importante ferramenta metodológica para a imersão nessa temática de difícil acesso e pouca revelação.

5.2 PARTICIPANTES

O projeto inicial previa a organização de dois grupos de crianças e/ou adolescentes vítimas: um que está institucionalizado ou em atendimento indicado pelo CREAS e outro que deveria estar ainda circulando pelas ruas indicado pelo Conselho Tutelar. Ambos os grupos deveriam contemplar os seguintes critérios de inclusão para as vítimas de ESCA: sexo feminino ou masculino, idade até 18 anos e envolvimento em alguma forma de exploração sexual (prostituição, turismo sexual, pornografia, tráfico para fins sexuais). Diante dos obstáculos encontrados no transcorrer da pesquisa, os critérios de inclusão foram mantidos, mas o grupo de participantes tornou-se único, constituído por características em comum. Essa mudança ocorreu pelo fato de que as participantes alcançadas já haviam sido atendidas no Conselho Tutelar e algumas dessas no CREAS, mas no momento da pesquisa, nenhuma estava sendo atendida por esses serviços da rede, como também nenhuma estava circulando diretamente nas ruas. Ao final do estudo, participaram cinco meninas, com faixa etária de 11 a 17 anos ($M=14,8$; $dp=2,38$) que já estiveram envolvidas com a exploração sexual, na modalidade de prostituição infanto-juvenil. A maioria das entrevistadas encontra-se matriculada e estudando, no entanto, com atraso e baixo rendimento escolar, o que pode ser constatado, de acordo com as séries cursadas: 1ª a 6ª série ($M= 4,4$; $dp= 2,07$). Todas são provenientes de situação de vulnerabilidade social/ambiental e a obtenção de dinheiro é o grande motivador no envolvimento das entrevistadas quanto a ESCA.

5.3 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS, INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS

Como já ressaltado, o presente projeto de pesquisa foi aprovado e autorizado pelo Comitê de Ética em Pesquisa na Área da Saúde dessa universidade (CEPAS-FURG) e está cadastrado sob o número 11/2010.

Esta etapa objetivou a escuta das meninas e dos meninos vítimas da exploração sexual na cidade do Rio Grande a fim de avaliar o que esses pensam sobre a exploração sexual, quais

as redes que conhecem, quais as funções que percebem da rede e como avaliam o serviço oferecido. Diante disso, um termo de consentimento livre e esclarecido, informando sobre os objetivos, benefícios e os riscos existentes na pesquisa foi entregue aos representantes legais e/ou familiares das (os) respectivas(os) entrevistadas(os) (ANEXO D). Da mesma forma, foi solicitado termo de consentimento livre e esclarecido as crianças e/ou adolescentes vítimas da ESCA indicados para o estudo (ANEXO E). Estes foram assinados em duas vias, sendo um oferecido ao próprio responsável legal e/ou familiares e a participante e outro sob a responsabilidade da pesquisadora. A participação de todos foi voluntária, sendo respeitada a decisão do convidado a participação ou não. Além disso, ficou a critério do(a) mesmo(a) a desistência da participação ou a negação das respostas às perguntas incluídas no roteiro da pesquisa. O sigilo total dos dados coletados foi garantido, bem como o acesso aos resultados do estudo.

A coleta de dados das entrevistas com as vítimas da ESCA ocorreu logo a seguir ao consentimento e a inserção ecológica norteou todas as atividades dessa coleta (CECCONELLO & KOLLER, 2003; PRATI, COUTO, POLETTI, & KOLLER, 2008). Para tanto, foram realizadas observações, visitas aos locais onde estão inseridas as vítimas de exploração e conversas informais, sendo que cada atividade foi registrada no diário de campo. Após realizou-se uma entrevista semi-estruturada, baseada no instrumento desenvolvido por Serpa (2009), com as vítimas da ESCA a fim de avaliar a sua percepção em relação a essa violência propriamente dita, o conhecimento da rede de proteção e a avaliação que fazem das práticas, das interações e das intervenções dessa rede (ANEXO F). Para analisar os dados obtidos nas entrevistas semi-estruturadas uma análise qualitativa foi priorizada segundo os passos indicados por Creswell (2007).

A priori dois grupos (um que havia tido acesso a rede e outro sem acesso) seriam investigados para o controle dessa percepção da rede protetiva, mas devido à trajetória percorrida na pesquisa o grupo de vítimas da ESCA configurou-se como único, mas singular nas diferentes experiências vivenciadas quanto essa violência. As entrevistas foram gravadas em áudio e, posteriormente, transcritas.

5.4. INSERÇÃO ECOLÓGICA: A TRAJETÓRIA PERCORRIDA

As indicações fornecidas pelo CREAS e pelo Conselho Tutelar deram início a busca de participantes para o estudo. Contudo, ao realizar a inserção nos locais e nos horários indicados nenhum possível participante foi encontrado. Dessa forma, horários alternativos foram selecionados para o percurso nos bairros, mas novamente não se obteve êxito na busca.

A escassez de vítimas nos locais indicados revela o quanto à rede de proteção ainda encontra-se distante das meninas e meninos envolvidos com essa violação e tornando-as ainda mais vulneráveis e desprotegidas.

Ao retomar o vínculo estabelecido com o CREAS foi esclarecido que os casos de ESCA existiam, mas que por falta de denúncias, não era possível efetivar os registros e encaminhamentos, como também as vítimas não tinham interesse em participar do estudo. A representante ainda destacou que não havia nenhum novo caso em atendimento, por esse motivo não tinham outras informações para oferecer. O Conselho Tutelar também não apontou nenhuma nova indicação, no entanto, os profissionais contatados sugeriram algumas hipóteses para o desencontro, revelando situações que vivenciam em seu cotidiano de trabalho. Para os conselheiros, muitas vítimas da ESCA são usuárias de drogas e tem medo de sofrer alguma punição ou de ser retirada de circulação e de suas famílias, colocando-as em abrigos, podem ainda perder dinheiro, presentes e/ou favores. Nesse sentido, pode-se verificar que a própria rede de proteção compreende que pode ser percebida de forma negativa pela vítima, pois as meninas e meninos envolvidos com a exploração ficam receosos com a presença desses.

Diante desse cenário, outras fontes da própria rede de proteção do município foram acessadas. A Pastoral da Criança foi acionada e intermediou um encontro com as possíveis vítimas da exploração sexual no bairro Getúlio Vargas. O encontro ocorreu na paróquia da comunidade. As duas meninas eram irmãs, uma possuía 13 e a outra 15 anos e estavam acompanhadas pela avó. Durante o contato inicial declararam terem sido abusadas sexualmente pelo padrasto, sendo que a adolescente de 15 anos estava grávida do agressor, no entanto, as meninas relataram não ter envolvimento com situação de exploração sexual. Embora tenham insistido nessa afirmação, a equipe pode observar elementos contraditórios. A menina mais nova estava com uma vestimenta incompatível com a temperatura e com a ocasião (vestia um vestido curtíssimo, modelo festa/noturno, com muitos brilhos, sapato de salto alto e com muita maquiagem) e mostrava muito incomodada com o rumo que a conversa tomava, enquanto a outra adolescente (grávida) vestia agasalho e tênis. Durante a conversa informal comentaram que o padrasto dava presentes, roupas, sapatos, lingerie sensuais, para deixar elas mais bonitas e atraentes. O fato de objetos serem trocados pelo ato sexual sugeria a possibilidade de exploração sexual, mas como as meninas insistiram no abuso e não autorizaram a entrevista essa não pode ser realizada. Tal caso mostra que a rede ainda apresenta certa confusão conceitual sobre abuso sexual e exploração sexual. A literatura não aponta como determinante que uma vítima ao ser abusada sexualmente será também

explorada (pelo caráter de suas especificidades, pelo atendimento e tratamento que contemple suas peculiaridades). Segundo Cunha, Giovanetti, Santos & Felizardo Junior (2009, p.76): “a violência sexual infanto-juvenil é um fenômeno complexo, que se divide em dois tipos específicos: abuso e exploração sexual [...] esses tipos, assumem formas variadas, o que torna a identificação e tipificação do fenômeno uma tarefa delicada.”

Em seguimento a etapa das entrevistas, as próximas indicações foram apresentadas pelo CREAS, ocorrendo às respectivas entrevistas no espaço desse serviço com duas vítimas de ESCA, ambas do sexo feminino, no entanto, como já mencionado, essas não se encontravam em atendimento (rede de proteção) no momento da pesquisa.

Ainda tentando auxiliar com indicações de vítimas da ESCA no município a coordenadora do CREAS sugeriu contato com as casas de acolhimento institucional. Tais serviços recebem crianças e adolescentes afastados temporariamente do lar de origem e, muitas vezes, o motivo que os leva a esses locais é a ESCA. Por esse motivo, visitas foram agendadas com duas casas. Em conversa informal, a coordenadora da instituição A, que atende apenas meninas, relatou que recebeu em torno de cinco casos de vítimas da exploração sexual entre os anos de 2008, 2009 e 2010 que tinham idades entre 13 a 15 anos de idade. Essas tinham sido encaminhadas devido a pornografia e a prostituição, no entanto, a permanência delas no acolhimento foi muito rápida, sendo no máximo de 15 dias. A entrevistada revelou que algumas meninas ficavam apenas um dia, a saída delas estava sempre relacionada ao uso de drogas ou a fissura, uma vez que elas se tornavam agressivas por causa do desejo pela droga, pulavam muros e quebravam vidros das janelas. Segundo a coordenadora, as meninas tinham como aliciadores “coroas” (termo utilizado pela entrevistada) e não percebiam a vitimização que sofriam, pois utilizam o seu corpo para conseguir drogas, presentes, favores e dinheiro. Já na instituição B que atende meninos, a coordenadora do local informou que houve apenas um caso registrado de prostituição no ano de 2009 de um menino de 17 anos. De forma semelhante o menino ficou apenas 15 dias no abrigo, mas foi reinserido a família de origem. Para a entrevistada, a ESCA entre meninos pode ter menor incidência ou maior silêncio. Embora tenham trazido contribuições para o entendimento da exploração sexual, no momento da inserção ecológica, as coordenadoras não tinham nenhum caso sendo atendido e não puderam oferecer nenhuma indicação.

Dentre as nove indicações fornecidas pelo Conselho Tutelar ao final do estudo I e, após muita persistência em encontrar as vítimas da ESCA, foi possível contatar com uma adolescente em sua própria casa e após a autorização a entrevista foi realizada. Para compor a amostra a busca ativa por meninos e meninas se manteve. Um membro da equipe de pesquisa

conseguiu intermediar o contato com a coordenadora pedagógica de uma escola estadual no município, evidenciando que a escola está atenta a realidade de seus alunos e famílias e que pode e deve ser parceira no enfrentamento de qualquer tipo de violência, no caso específico, a ESCA. A coordenadora indicou um caso, mas ao conhecer maiores detalhes, se verificou que se tratava de uma mãe que buscava ajuda para o seu filho de 6 anos, pois a mesma suspeitava que seu filho de 18 anos e usuário de drogas estava abusando sexualmente do irmão. A situação não contemplava o objetivo da pesquisa por isso a entrevista não foi realizada, mas uma orientação foi oferecida a escola e a mãe. Novamente foi possível verificar a confusão entre abuso e exploração sexual.

Simultaneamente foi mantido contato contínuo com o CREAS e com o Conselho Tutelar. Nesse momento, o Conselho estava passando por uma situação delicada, era um período de transição, onde os conselheiros que participaram do Estudo I seriam substituídos por novos conselheiros provisórios durante 6 meses até a nova eleição e posse dos conselheiros eleitos. Diante dessa situação, alguns procedimentos e acompanhamentos pertinentes às atribuições do Conselho Tutelar se tornaram bastante lentos, assim como as estratégias de enfrentamento da ESCA na vida das vítimas. Contudo surgiram novas indicações de vítimas da ESCA (agora dos representantes temporários do Conselho Tutelar), que contemplaram três meninas e um menino, mas somente uma indicação de fato procedeu, oportunizando a entrevista. Através da indicação de uma ex-conselheira tutelar também foi possível realizar a entrevista, com uma menina vítima de exploração sexual.

O Conselho Tutelar microrregião III sugeriu alguns nomes no Bairro Getúlio Vargas. Essas indicações foram averiguadas e a inserção no contexto da comunidade foi se construindo, mas como já mencionado, a problemática da ESCA caminha muitas vezes, lado a lado com o tráfico de drogas, como se percebe em alguns setores visitados nessa localidade. A vulnerabilidade social/ambiental/cultural/econômica e o descaso político com as mazelas vivenciadas nesses bairros impulsionam o fortalecimento da rede de exploração sexual de crianças e adolescentes em detrimento a uma rede de proteção longe dessa realidade e de seus problemas mais urgentes.

Outra vítima indicada, uma menina de 12 anos, estava em sua residência, por esse motivo a pesquisadora e sua equipe foram até o local indicado. Após a explanação da pesquisa, a mãe permitiu a entrevista, mas a menina não demonstrou interesse, nem em conversar informalmente, o que refletiu de forma expressa, sua negação quanto qualquer envolvimento com a ESCA (no entanto a mesma já foi atendida pelos serviços da rede em relação a exploração sexual). Não perceber-se como vítima de exploração é um dado

recorrente nessa pesquisa, apontado por algumas vítimas entrevistadas. Visitas freqüentes e em horários alternativos foram feitas a outra menina de 15 anos, moradora do bairro Getúlio Vargas, tendo sido indicada também pelo conselho tutelar III, no entanto, ela não foi encontrada em sua moradia. O não acesso as vítimas permite que essas sejam cada vez mais silenciadas nesse universo de violência.

Três adolescentes do sexo masculino também foram indicados como vítimas de exploração sexual pelo Conselho Tutelar I, II, III. Em bairros distintos no âmbito do município pesquisado, somente um dos indicados foi encontrado no local em que reside. Uma conversa inicial com a mãe revelou a homossexualidade do filho e a possibilidade do mesmo estar envolvido com a exploração sexual. A partir da autorização da mãe, iniciou-se uma conversa informal com o jovem. O adolescente de 15 anos declarou muitas respostas confusas e estava constrangido em afirmar sua orientação sexual, que em seu entender era mais agravante do que ter algum envolvimento com ESCA. Segundo Alencar, Ribeiro, Gorenstein & Sanchez (2009, p. 178), “A formação machista, patriarcal e preconceituosa quanto a orientação sexual da sociedade brasileira induz o pensamento dominante a invisibilizar a violência sexual sofrida pelos meninos, que também são freqüentemente alvos desse tipo de prática.” As crianças e adolescentes do sexo masculino ainda são mais prejudicados nessa prática violadora, pois o preconceito, a vergonha, a falta de apoio quanto a orientação sexual, possibilita a perpetuação desses meninos e jovens no mundo da exploração sexual. Assim não reconhecer a existência da exploração sexual na vida de crianças e adolescentes do sexo masculino, torna seu enfrentamento uma tarefa mais difícil, por que as situações não são percebidas e, portanto, veladas (ALENCAR, RIBEIRO, GORENSTEIN & SANCHEZ, 2009). A inserção ecológica revelou que se para as meninas e adolescentes as oportunidades de expressar suas angústias, buscar seus direitos torna-se algo muito distante, para as vítimas do sexo masculino essa realidade é quase inexistente.

E para finalizar, foram seguidas as contribuições oferecidas pelo Programa Rede Família, o qual sugeriu visitas as casas das profissionais do sexo e boates/bordéis. Visitas sistemáticas foram feitas aos estabelecimentos que estão localizados em uma “zona de meretrício” reconhecida no município, sendo que em uma delas foi possível uma conversa informal com uma mulher adulta trabalhadora do local. Essa mulher indicou uma boate na mesma rua e apontou que lá seria possível encontrar adolescentes realizando “programas”. Ao chegar no estabelecimento mencionado, duas meninas aparentando ter 16 e 17 anos, ou menos, adentram a boate, mas não retornaram. A pesquisadora aguardou alguma resposta até o momento em que surgiu uma espécie de segurança ou “cafetão” que questionou a presença e

com gestos intimidadores não permitiu qualquer conversa mais esclarecedora sobre a pesquisa desenvolvida. A preocupação com os lucros/negócios e a organização do mercado do sexo com crianças e adolescentes faz com que a rede de exploração se estabeleça na vida de meninos e meninas.

Na trajetória percorrida pela pesquisa, a inserção ecológica (CECCONELLO E KOLLER, 2003) foi fundamental como metodologia utilizada em diversos aspectos, ou seja, oportunizou a imersão contextual necessária para a análise das relações e interações entre as vítimas da ESCA, seus ambientes de desenvolvimento, as redes de proteção e as redes de exploração. Como pesquisa qualitativa, na conjuntura de um universo de significados, motivos, expectativas, crenças, valores e atitudes, a inserção se faz presente na construção dessa teia de interações que se constituem, interferindo em diferentes esferas e etapas no desenvolvimento humano, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos ambientes (MINAYO, 2001).

As indicações fornecidas para as entrevistas significaram um caminho árduo e desafiador. Muitas vezes tais informações não correspondiam à realidade encontrada ou estavam distantes da dimensão de vulnerabilidade social/ambiental em que as crianças e adolescentes vítimas da ESCA e suas famílias se encontravam. Em um trabalho permanente e contínuo, procurando contemplar todos os locais indicados e em diferentes horários, e, mesmo contando com uma equipe de estudos e pesquisa de campo, verificou-se a dificuldade em acessar as vítimas e estar presente em todos os momentos. Até mesmo em relação à equipe de trabalho entraves surgiram quanto a disponibilidade: horários noturnos e locais ermos, correspondiam situação de perigo. Os aliciadores também foram obstáculos, pois representavam o papel de donos das vítimas, movidos pelo lucro, violência e criminalidade. Não é possível esquecer-se das próprias vítimas, que procuravam se esconder na tentativa de não serem retiradas das ruas ou de suas famílias, e, pior do sistema de exploração sexual: seja pelo dinheiro, presentes ou drogas, seja por aceitação no universo do consumo. Na busca de informações, nas inserções realizadas, tanto nos serviços de proteção como em outras fontes da rede, e, ainda nas comunidades que vivenciam a exploração de crianças e adolescentes, foi possível verificar o quanto a denúncia é fundamental, no entanto, a rede de proteção precisa estar atenta e preparada, com profissionais especializados, cientes da dinâmica e organização estrutural das redes de exploração no município investigado. Aliado a essas reflexões a necessidade imprescindível de políticas públicas efetivas no combate a ESCA, sob um novo olhar social, menos preconceituoso quanto às crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual, na orientação e apoio as famílias dessas vítimas, sem estigmatizar ou punir a infância

e juventude violada. Enfim, a pesquisa foi realmente uma tarefa complicada, mas essencial na relevância como registro, denúncia e enfrentamento da ESCA no município do Rio Grande.

5.5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos resultados das entrevistas foi baseada na proposta apresentada por Serpa (2009), em que resultados foram organizados de maneira categorizada conforme a Abordagem Bioecológica do Desenvolvimento Humano com o estudo por meio da interação de quatro núcleos inter-relacionados: o processo, a pessoa, o contexto e o tempo (Bronfenbrenner & Morris, 1998). Partindo desses quatro elementos, foram construídas as seguintes unidades de análise, categorias e subcategorias, conforme tabela 5 :

Tabela 5
Unidades da análise, categorias e subcategorias do estudo II

Unidades da análise	Subcategorias
Pessoa	Características das vítimas de ESCA
Processo	Relação com a ESCA Relação com os clientes
Contexto	O microsistema familiar e a ESCA O mesossistema das vítimas da ESCA O exossistema das vítimas da ESCA O macrossistema das vítimas da ESCA
Tempo	Linha do tempo quanto a ESCA e as situações vivenciadas pelas vítimas Projetos de futuro das vítimas de ESCA

5.5.1. Pessoa

Características das vítimas de ESCA

Ao conceituar a pessoa, Bronfenbrenner e Morris (1998) identificam a existência de características que são determinadas biopsicologicamente e aquelas que se constituem nas interações com o ambiente. Nesse estudo, a pessoa contemplou cinco meninas vítimas da ESCA, com idades entre 11 e 17 anos, que tiveram envolvimento com a exploração sexual.

Embora tais meninas estejam vivenciando a adolescência, a violência, o risco e a sexualidade já fizeram parte da vida delas. Todas as meninas foram exploradas através da prostituição infanto-juvenil, algumas sendo aliciadas por adultos que deveriam ser cuidadores e outras sendo aliciadas pela droga e pela fome.

Com exceção da participante A., todas afirmaram estar afastadas da ESCA e foram encontradas morando com as suas famílias ou com um representante legal. Esse registro confirma que mesmo em situação de vulnerabilidade social/ambiental e do envolvimento com a exploração sexual, as participantes formaram um grupo que não perambula pelas ruas e que também não estava recebendo, no momento de cada entrevista, algum atendimento por parte da rede de proteção (mas todas já foram atendidas em algum dos serviços da rede).

Vivenciar ou ter vivenciado a exploração sexual pode significar diferentes enfoques: a vulnerabilidade e risco presente no cotidiano, a negligência familiar, o aliciamento, a falta de políticas públicas no enfrentamento da exploração sexual, a violação de direitos por parte da rede de proteção e de seus familiares. Esses eventos somados a características da pessoa podem favorecer ainda mais o risco. A participante D., por exemplo, apresenta em seus recursos psicológicos uma limitação mental, pois de acordo com a sua representante legal (que a entrevistada considera como avó), a menina apresenta um distúrbio mental moderado. Analisando as características da pessoa da participante C. é possível identificar que suas forças assumiram um caráter desorganizador aumentando o risco ao qual já estava exposta por uma gravidez gerada através da exploração sexual. Segundo a conselheira tutelar, a menina andava na rua sendo explorada por diferentes homens, fato que gerou a sua gravidez. Da mesma forma, as participantes A., B. e E. também apresentaram características desorganizadoras, seja pela droga que direcionava o seu comportamento, seja pela negativa da violação ou ainda pela percepção da exploração sexual em sua vida como algo natural. De acordo com Bronfenbrenner (1979/2002), as características da pessoa são tanto produtoras quanto produto do desenvolvimento e resultado da interação conjunta dos elementos que se referem à pessoa, ao processo, ao contexto e ao tempo. Como no momento da entrevista, todas as participantes estavam afastadas da ESCA (com exceção da participante A.) e estavam morando com suas famílias ou responsáveis, um contexto mais protetivo poderia estar sendo favorecido para as características pessoais de cada uma das meninas entrevistadas. A família (microsistema) pode representar fatores de proteção e de superação da situação vivenciada na ESCA. Elementos como o apoio emocional e afetivo, o relacionamento com outras pessoas e a valorização da auto-estima podem refletir de forma positiva quanto aos eventos da vida e

atuar como facilitadores nesse processo singular de percepção e enfrentamento dos riscos que se efetivam na exploração sexual (PESCE, ASSIS, SANTOS & OLIVEIRA, 2004).

As participantes/vítimas da ESCA referiram ser provenientes dos seguintes bairros: São Miguel (participantes A. e B.), Vila da Quinta/Centro (participante E.) e Vila da Quinta/Santo Antônio (participantes C. e D.). Constata-se que as entrevistadas residem em bairros da periferia do município e pertencem a famílias que enfrentavam dificuldades financeiras. A maioria estava envolvida em condição socioeconômica bastante difícil, pois em todos os casos ou o pai ou a mãe estavam desempregados, sendo que a entrevistada E. relatou que sua mãe encontrava-se presa por tráfico de drogas. Bronfenbrenner (1979/2002) já destacava as influências exossistêmicas na vida da pessoa. Diante dessa situação, o sustento da casa era proveniente do programa bolsa-família, da pensão do pai, da aposentadoria de algum familiar, da aposentadoria por invalidez e, ainda, ajuda de parentes ou namorado (a participante C. afirmou que o namorado fornece rancho para a família). Para duas entrevistadas o acesso ao dinheiro e a comida foram motivadores para a inserção delas na exploração sexual.

A sexualidade se manifestou cedo na vida das meninas. O primeiro namoro aconteceu quando as entrevistadas tinham idade entre 10 e 14 anos e, até o momento da conversa já tinham tido em torno de quatro namorados, sendo que a participante E. afirmou ter tido somente um. A primeira relação sexual de A. aconteceu quando ela tinha 9 anos através da exploração sexual. A iniciação sexual já é uma situação difícil de ser vivenciada na adolescência, quando vem acompanhada da violência viola todos os direitos de qualquer pessoa. A participante D., embora não recorde qual era sua idade quando teve a primeira relação sexual, declarou que foi com um desconhecido revelando que sua sexualidade foi iniciada através da violência também. Essa menina esteve duplamente vitimizada, pois sua condição - portadora de um distúrbio mental moderado - identificado pela sua cuidadora aumentou o risco que vivenciava. Segundo Groce (2005) as crianças e adolescentes com alguma necessidade especial são vítimas mais fáceis pela dificuldade de discernimento do que está realmente acontecendo. No âmbito da violência sexual, a autora Paola Sanchez enfatiza que tais crianças e adolescentes “são mais propensas a sofrer com esta situação [...] São mais prováveis em uma proporção de 2 a 10 vezes mais do que o resto da população” (2007, p.10).

Já as participantes B., C. e E. tiveram as suas experiências com seus namorados, sendo que B. teve sua primeira relação com o namorado aos 13 anos, C. aos 14 anos com seu namorado que na época tinha 36 anos e E. aos 14 anos com um amigo. Tal fato não ameniza a violação sofrida posteriormente, até porque a relação descrita por C. caracteriza um abuso por

parte do homem que manteve relações sexuais com ela. As experiências vivenciadas na exploração sexual por essas meninas foram diversas.

As participantes A. e B. afirmaram terem sido obrigadas a manter relações sexuais com um religioso (caso de repercussão municipal), a participante D. foi obrigada pela cunhada, enquanto as participantes C. e E. afirmaram não terem sido obrigadas a manter relações sexuais por ninguém. Nesse caso, percebe-se que alguns autores da exploração sexual podem ser extrafamiliares (no caso do religioso) e intrafamiliares (com a atuação da cunhada e da mãe no aliciamento). Embora as participantes C. e E. não tenham tido uma figura concreta que tenha obrigado essas a se envolverem na exploração, elas foram prostituídas e exploradas pela droga e pela fome. Isso não quer dizer que as participantes tenham escolhido essa situação, mas evidenciam um contexto que estigmatiza, violenta, colocando-as em risco e vulnerabilidade social/ambiental.

Outras experiências sexuais abusivas foram investigadas. Ao questionar se haviam fotografado o seu corpo, a participante E. afirmou ter compartilhado essa situação com o seu namorado nos momentos de intimidade. Da mesma forma, as meninas (exceto a participante D) referiram os namorados quando perguntadas se alguém havia solicitado a elas que o tocassem. Quanto à assistir um filme pornográfico, somente a participante D. afirmou não ter tido essa experiência. As participantes A., B. e E. afirmaram ter assistido com as amigas, enquanto a participante C. assistiu com o namorado. A violência sexual só foi manifestada quando perguntas sobre mexer no corpo e forçar uma relação sexual foram feitas. A participante A. afirmou ter passado por esses constrangimentos com o padre e com outro homem, sendo que sua irmã a participante B. que também estava envolvida no mesmo caso, afirmou que somente o seu namorado mexeu em seu corpo e que não foi forçada a manter relação sexual com o padre (a entrevistada em questão mostrou-se confusa, pois ora afirmava ter sido explorada sexualmente, ora tentava silenciar ou transparecer que nada havia acontecido com ela).

A participante D. relatou que desconhecidos mexeram em seu corpo e forçaram relação sexual, já as participantes C. e E. vivenciaram a situação dos namorados mexerem no corpo e afirmam não terem sido forçadas a manter relações sexuais com ninguém, até porque ressaltaram a todo o momento que elas buscaram a exploração. Para Diógenes (2009, p.211), “o sentimento de culpa quando se trata de exploração sexual [...] é quase sempre associado a uma inversão de papéis: quem se sente culpado, no geral, é a própria vítima. O sentimento de sentir-se culpada associa a dor e a negação [...] a uma sensação de ‘não ter mais nada a perder’.

Embora tenham vivenciado momentos difíceis, o lazer também fez e ainda faz parte de suas vidas. Todas as entrevistadas citaram alguma atividade em que estavam envolvidas: dança, ginástica, esporte, procura por curso profissionalizante (informática), atividades domésticas e, no caso da participante grávida, o pré-natal realizado no posto de saúde da comunidade. As participantes, como qualquer criança ou adolescente, tem interesses, sonhos e expectativas, percebe-se na fala de todas as participantes o prazer em manter essas atividades diárias citadas, a importância em fazer parte do mercado de trabalho (no caso da entrevistada B, que procura qualificação) e a busca por uma melhor qualidade de vida, inclusive para seu bebê, no caso da entrevistada C.

5.5.2 Processo proximal

5.5.2.1. Relações estabelecidas com a ESCA

O processo proximal se caracteriza por interações recíprocas e contínuas, que se desenham, de forma mais complexa e progressiva, incidindo nas relações entre pessoas, objetos e símbolos, em ambientes externos imediatos, constituindo uma evolução biopsicológica (Bronfenbrenner & Morris, 1998). Nessa categoria foram analisadas as relações que as meninas entrevistadas estabelecem com a ESCA.

A participante A. revelou que sua primeira experiência de exploração ocorreu quando tinha 9 anos, em um caso de repercussão no município pesquisado conhecido como o “Caso do Padre”. A participante B. também esteve envolvida nesse mesmo caso quando tinha 11 anos, mas apresentou respostas confusas e tentou negar seu envolvimento direto, ao mesmo tempo, que descreveu com bastante carga emotiva o que sentiu com a violência sofrida. A participante C. declarou ter sido envolvida aos 15 anos e a D. não soube revelar detalhes da sua iniciação, provavelmente devido ao seu distúrbio mental moderado, mas sua responsável legal (avó) afirmou que as violações iniciaram quando D. tinha 12 ou 13 anos, enquanto que a participante E, iniciou a ser explorada sexualmente aos 16 anos. Percebe-se que a exploração sexual pode acontecer em qualquer etapa da vida de suas vítimas, mas os relatos indicam que a maioria dos casos teve início durante a adolescência.

A inserção das meninas revela os processos de violência, vulnerabilidade e risco que permeiam a ESCA. As participantes A. e B., que estiveram envolvidas no mesmo caso, alegaram que uma amiga contou através da exploração poderiam obter dinheiro, presente ou favores. Segundo a entrevistada A.: *“é uma amiga, que não é amiga, quem é amiga, não faz isso, né (...)”*. No entanto, foi o padre que as forçava a participar das atividades sexuais. Já a

participante C. relatou que ninguém lhe forçou a nada, nem lhe contou que dessa forma poderia obter dinheiro, presente ou favores. A participante E. afirmou que a exploração era uma forma dela obter dinheiro para comprar a droga que ela desejava “*tu tendo dinheiro, tu compra*” e que ninguém forçou seu envolvimento na exploração sexual “*era por causa da droga*”. O relato da participante D. destacou a presença de uma aliciadora. A entrevistada vivia com sua mãe na casa do irmão, com a cunhada e seus filhos. Como a mãe da entrevistada estava sempre fora de casa a menina permanecia sozinha na casa, assim a cunhada a forçava a realizar programas, alegando que iria conseguir presentes, dinheiro, favores e comida. Seus clientes eram homens, segundo D.: “*qualquer homem*”.

De acordo com uma pesquisa desenvolvida em João Pessoa foram identificados como exploradores todos aqueles que compõem a clientela. Tais exploradores coexistem ao se organizar e planejar como uma rede que contempla o contato com o tráfico de drogas, o envolvimento de terceiros, a realização de festas em estabelecimentos noturnos e a relação de poder com as crianças e adolescentes. Neste âmbito os exploradores se protegem através de ‘influências políticas e do poder aquisitivo’ e ainda contam com a ‘impunidade, inoperância das leis e da complacência da polícia’ (ALBERTO, DA SILVA, GOMES, ARAÚJO & DE OLIVEIRA, 2009). Os autores ressaltam que os clientes e os intermediários da exploração sexual apresentam-se para os entrevistados na pesquisa: “[...] no primeiro caso, como usuários, pessoas de todas as classes sociais e enfatizam as categorias ‘autoridades’ e ‘políticos’. No segundo caso, dos que lucram, apontaram os ‘agenciadores’, ‘os pais’ e os ‘traficantes’(2009, p.53)”.

Já em um estudo realizado no Peru o cliente sexual de menores de idade, “necessariamente não é um pedófilo, um degenerado sexual ou outro semelhante, sendo que o cliente pode ser qualquer pessoa [...] que procura para satisfazer suas necessidades sexuais” (ECPAT, 2005, p.59). Novamente, a desigualdade de poder prevalece na relação estabelecida com as vítimas da ESCA. Quando um adulto é aliciador ou intermediário, contempla-se uma relação explorador-vitimizado/explorado, representada na obtenção do lucro contido na exploração sexual infanto-juvenil, em que se manifesta o processo de domínio e de violências recorrentes a que crianças e adolescentes são submetidas (FALEIROS, V. 2007).

Os processos que vítimas de exploração sexual estão inseridas revelam relações permeadas de violação, que se tornam progressivamente mais duradouras, perpetuando as desigualdades, desrespeitando direitos e garantias, consolidando um mercado do sexo fácil, sem limites, com a imposição de um poder escravizador.

Embora todas as meninas tenham tido de fato experiências com a exploração sexual, a percepção que apresentam sobre a ESCA propriamente dita é diversa. A entrevistada A. afirmou perceber a situação de violação que vivenciou (e que provavelmente ainda vivencia, pois elencava clientes e valores de programa nas suas falas, embora não tenha confirmado essa informação), mas alegou não gostar quando começou, pois achava ruim *“não tenho idéia e muitas coisas não lembro.”* A entrevistada deixou claro que, no caso do padre, não sabia o que iria acontecer, mas que a irmã e a mãe estavam cientes. Hoje pensa que por ter sofrido com a ESCA, a vida mudou um pouco e já pensou em trocar de escola devido aos comentários. No entanto, se mostrou mais tranqüila, pois o padre foi preso. Para a sua irmã, a participante B., a situação é um pouco diferente. A menina negou o tempo inteiro a sua participação, mas apresentou respostas contraditórias. Para ela, a ESCA *“é um descuido das mães e dos pais”*. Por outro lado, afirmou que quando começou a se envolver na exploração sexual: *“acho horrível, por que gente mais nova transando com gente mais velha não acho legal”*. Tudo a incomodou, a tentativa de agarrar a força e a obrigação de fazer coisas que não queria, para ela o padre (seu violentador): *“Ele é um monstro... ele ameaçava, se a gente não fizesse o que ele queria, ele iria matar os irmãos onde a gente morava”*.

Ao definir a situação de exploração sexual a participante C. afirmou: *“(...) a minha mãe estava passando trabalho aí não sabia o que fazer, aí foi que eu arrumei essa pessoa e fiquei com essa pessoa e a pessoa me deu o dinheiro e eu comprei as coisas pra dentro de casa.”* C. declarou que o seu envolvimento com a exploração era normal, não se incomodou com nada em momento algum. Hoje avalia que o que viveu já passou e como seu namorado a está ajudando o sustento, não será necessário mais ter que passar por tal situação.

A participante D. declarou: *“(...) ruim, é ruim”*. Segundo a avó, a entrevistada ainda pensa sobre o que sofreu com a ESCA, sempre comentando algo em casa e na escola, *“mandavam eu fazer”* e, isso a incomodava muito. Como a participante D., além de ser vítima de exploração sexual, era vulnerável também devido a sua saúde mental, a sua manipulação era mais fácil e as suas aliciadoras aproveitavam a proximidade, pelo fato de ser mãe e cunhada, para assumir o controle. Quando os agentes da exploração sexual são mais próximos das vítimas, como pessoas da família ou conhecidos, existe uma relação de dominação e dominada, sendo que a vítima explorada comporta-se como propriedade de seu agressor, sujeitando-se a ser objeto sexual de oferta e lucro, em posição social subalterna, e de maneira recorrente (DIÓGENES, 2009).

Por fim, a participante E. alegou: *“acho um absurdo, para entrar é fácil, para sair é difícil, tem amigos para te oferecer, tem um monte, para te tirar, não tem nenhum, a não ser a*

tua família. Se não tiver cabeça boa, tu vai pru saco, é cadeia ou é o caixão. Vai para o caixão mesmo". E. começou a ser vitimizada por causa da droga, a necessidade do crack a levava aos programas: *"Vou fazer, vou comprar e vou fumar. Vou fazer, vou comprar e vou fumar. Depois quando acabava a gente ia de novo. Isso foi uma época, quando comecei tinha para fumar (seu padrasto fornecia, para entrevistada e para sua mãe, era traficante), eu não pensava muito no que tinha que fazer para fumar. Comecei com 15 anos, um ano todo eu tinha para fumar, e depois aos 16 anos (...) eu tinha que fazer, que procurar para sustentar o meu vício*". A entrevistada explicou que existiam dificuldades na atividade de exploração sexual, *"sentia, porque eu ficava com quem eu não queria, não porque gosta, mas para conseguir o dinheiro. Ficava obrigada praticamente, não que ela (o cliente) te obrigava, mas a droga te obrigava*". Segundo Trindade (2010) as drogas podem ser um "aditivo químico é quase pré-requisito para trafegar no submundo e na prostituição. Estabelece um ciclo vicioso, já que a dependência de álcool e drogas torna mais difícil a saída de uma situação de exploração" (2010, p.364).

5.5.2.2. Relações que se estabelecem com os clientes

Nesta categoria foram analisadas as características e percepções estabelecidas quanto ao papel do cliente na vida das vítimas da ESCA.

Quanto aos clientes, a participante A. enfatizou que eram somente homens. Ao falar do padre afirmou não pensar nele e em relação aos outros clientes que já teve pensava com respeito, especialmente, um homem que sempre procurava quando não tinha comida em casa *"não tinha comida em casa (...) aí eu procurava ele..."*, assim se percebe que as relações estabelecidas entre vítima da exploração sexual e seu explorador, em alguns momentos, se confundem com proteção. As próprias vítimas acabam acreditando que aquele cliente pode ajudar e tornar-se um amigo, não representando perigo ou violação, mas uma forma de obter auxílio, atenção, favores e dinheiro. A literatura nos mostra que as vítimas da ESCA acabam criando laços com alguns de seus clientes, e que não percebem esses como agressores, e sim como protetores. De acordo com Trindade (2010), as crianças e os adolescentes têm dificuldade para reconhecer os seus clientes e, até mesmo os seus familiares, no papel de exploradores, sendo que essas situações mantêm um movimento cíclico violador, instalando-se a ilusão, a falsa idéia de parceria, em que a exploração sexual é romantizada como forma de sobrevivência das vítimas.

A menina afirmou procurar os clientes (com ressalva do padre), sendo o local dos encontros a casa de uma amiga, na Cidade de Águeda. Poderia ser durante qualquer horário

do dia, só precisava pedir ao pai para dormir na casa da amiga. Nesse relato, a participante A. informa que mesmo ao estar morando com o pai (pois a guarda da mãe foi retirada após o episódio de exploração que envolveu o padre), continuava envolvida na ESCA. Em geral recebia entre 2 a 6 reais que utilizava para comprar comida e cigarros. Quanto a indicação de locais na cidade do Rio Grande em que exista maior procura de meninas e meninos para exploração sexual a participante apontou o Psiu Motel, no bairro Henrique Pancada. Ao contar a quantidade de clientes que tinha por dia, a participante afirmou que estava sempre com o mesmo cliente, contudo, se mostra confusa, pois em algumas respostas refere a palavra no plural - clientes. Quanto ao que sentia quando fazia sexo, a participante A. afirmou: “*nojo, só nojo!*”. A dificuldade de aceitar que é uma vítima e que está sendo explorada sexualmente, em conjunto com a vergonha, com os sonhos roubados, com a infância e adolescência sendo marcadas por essa violência faz com que a vítima encare com normalidade a situação de violação ou tente mascarar o que vivencia diariamente.

A participante B. declarou não realizar programas ou procurar clientes. Quanto à indicação de locais na cidade do Rio Grande em que exista maior procura de meninas e meninos para exploração sexual a participante apontou o Titanic (boate no centro da cidade) e também na beira da faixa. Salientou que as meninas precisam de dinheiro e vendem seu corpo. Nessa etapa da entrevista a participante B. inicia uma negativa quanto à questão de exploração sexual, contradizendo algumas de suas falas anteriores que relacionavam o agressor a um “monstro” por obrigá-la a fazer sexo.

Negar a situação é mais comum do que parece, pois pode amenizar a vergonha e a realidade. Quanto ao que sentia quando fazia sexo, a participante B. afirmou que sua sensação era de nojo (ênfatisando muito). De acordo com notícia veiculada na internet sobre o julgamento do padre pedófilo,⁷ “a magistrada [...] salientou ser marcante o número de vezes em que a menina ressaltou ter nojo de homem, alegando que o único que pode beijá-la é seu pai e que assim será a vida toda.”

A participante C. percebe os clientes como pessoas legais referindo-se “*como gente fina, gente boa*”. Novamente, ratifica-se o que vem sido discutido e apresentado por autores no contexto dessa temática quanto aos elos e representações que surgem entre as vítimas da ESCA e alguns de seus clientes. C. afirmou também afirmou que tanto procura como é procurada pelos clientes. Os encontros costumam ser na casa do cliente (somente homens),

⁷ Disponível em <www.jusbrasil.com.br.../cadeia-de-13-anos-para-padre-pedofilo-de-rio-grande> e <www.veredictum.adv.br/.../pedofilia-advogado-e-condenado-por-crime-contra-dignidade-sexual-de-duas-meninas/>, acesso em agosto de 2010.

tendo dois clientes por dia. Não soube precisar com quantos clientes esteve no ano, mas enfatizou não sair com ninguém no ano de 2010 (nesse momento a entrevistada se atrapalha como em outras etapas da entrevista, pois ora diz que foi somente um cliente, depois afirma que foram mais, e agora, declara que a última vez que realizou um programa foi em agosto de 2010 e depois voltou a afirmar que era em 2009). Mesmo afirmando considerar a situação de exploração sexual normal (motivada pela necessidade de alimentação) e de falar abertamente sobre essa experiência, a participante fica envergonhada em colocar essas informações em números, no caso, quantos clientes, quantas vezes foi vítima de exploração sexual no ano, enfim, não se percebe como vítima, mas reflete sua fragilidade e vulnerabilidade, escondidas em uma proteção que ela mesmo constrói quando afirma essa “normalidade”. A entrevistada coloca tal situação como uma decorrência natural justificada pela necessidade de sobrevivência básica, no entanto, se constata alguns fatores como a negação, sentimento de culpa e estigmatização no que se refere à exploração sexual. Como processo que atua sobre as vítimas da violência sexual, ao internalizar o estigma e a baixa auto-estima, a discriminação e a exclusão social, essas passam a introjetar esses elementos, na vulnerabilização emocional e ao constituir suas identidades (LIBÓRIO, 2007, p.34). Vários efeitos psicológicos tomam conta da vida das vítimas da ESCA. Como salienta Green (1994), a maioria das crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual manifestam atitudes de rejeição por tudo que representam e sentem também essa mesma rejeição por parte das outras pessoas, seja na família, seja na comunidade. O sentimento de vergonha e confusão são elementos recorrentes em relação à ESCA.

Sobre a indicação de lugares na cidade do Rio Grande em que exista maior procura de meninas e meninos para exploração sexual a participante C. não soube apontar nenhum local. Quanto ao que sentia quando fazia sexo, a participante C., diferente das outras entrevistadas, alegou sentir prazer. Ao falar da experiência com o prazer, destaca-se uma temática ainda tratada como tabu, assim, é importante perceber e diferenciar as sensações provenientes da exploração sexual, como nojo e raiva, sem esquecer da outra dimensão, como o fato de que crianças e adolescentes têm e vivenciam sua sexualidade (DIÓGENES, 2009).

Conforme pesquisa dos Indicadores de risco, vulnerabilidade e proteção em relação às vítimas da ESCA (Cerqueira-Santos, 2009), o prazer aparece como a sensação mais apontada no sexo. Percebe-se, segundo o autor, uma contradição entre o sexo naturalizado, a exploração sexual de crianças e adolescentes e o pensamento mitificado de como as vítimas lidam com tal violação, assim, “sentir prazer sexual, passar por descobertas, namoros [...] podem preservar uma característica de fruição saudável. Faz-se necessário a distinção [...] entre violência e

gozo que, muitas vezes, é mal interpretada pelas próprias instituições de atendimento” (2009, p.10).

Já a participante D. revelou que a aliciadora a maquiava e a arrumava com o intuito de obter dinheiro. A menina revelou que não procurava clientes, mas era procurada e indicada (no caso pela aliciadora - cunhada). Os encontros costumavam ser na casa da aliciadora ou na casa do cliente (meninos e homens – em sua maioria), no horário noturno. Em média chegou a atender dois clientes por dia e foram mais ou menos 10 clientes por ano. Relatou ter sido explorada pelo filho da aliciadora. D. afirmou sentir nojo das relações que tinha e achava tudo ruim. A participante E. afirmou que procurava e era procurada pelos clientes (todos homens) e que o local dos encontros era na casa de uma amiga que fumava também, ou casa dos clientes ou na faixa. Alguns clientes eram caminhoneiros, de fora do município, “*eles vem por causa do Porto, aí eu e uma amiga ficava na beira da faixa e acabava conhecendo, né*”. No entanto, a maioria dos programas acontecia no bairro em que residia na Vila da Quinta em qualquer horário do dia (de acordo com a necessidade de consumir a droga e se o corpo não estivesse cansado). Quanto à indicação de locais na cidade do Rio Grande em que exista maior procura de meninas e meninos para exploração sexual a participante E. apontou a faixa da Santa Rosa, na Vila da Quinta, nos fundos de um posto (de gasolina) e no bairro Getúlio Vargas, “*elas já tem o cliente certo nos bairros e todo o bairro tem um traficante*”. De acordo com Dos Santos (2007, p.104), “embora não se possa fazer uma associação mecânica entre drogas e prostituição pode-se afirmar que o maior contingente faz uso de substâncias lícitas e ilícitas”. O mesmo autor (2007) afirma que os próprios aliciadores fornecem ou incentivam o uso de álcool e diferentes entorpecentes, na manutenção de sua autoridade e controle, sendo que as crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual podem ser envolvidas também com o narcotráfico (venda de drogas) ou fazendo programas com os próprios traficantes e seus clientes.

A quantidade de clientes que a participante tinha por dia era de no mínimo dois clientes e em um ano o número seria de 30 ou mais clientes. Quanto ao que sentia quando fazia sexo, a participante E. afirmou sentir primeiramente nojo e depois raiva, mas raiva do que ela estava fazendo, não das pessoas que lhe procuravam. Para ela os clientes não eram responsáveis pela vitimização: “*eles faziam isso (ser cliente de programa), eles até falavam – para com isso, não faz isso, me incentivavam, davam conselhos. Eles precisavam (...), e eu era moça, bonitinha, era até certos e também errados, mas tentavam fazer eu enxergar. Alguns, alguns, não é todos*”.

Nesse último relato a exploração sexual parece configurar-se como uma escolha em um momento difícil (por necessidade), e em outras vezes, para adquirir drogas ou dinheiro. Essa forma de entender, por parte das vítimas, que através do corpo podem conseguir a solução imediata para alguns problemas, aliado a aceitação por parte da sociedade, de governantes e da própria rede de proteção de que essas crianças e adolescentes em alguns momentos são motivadas a se inserir no mundo da exploração sexual, não somente pela miserabilidade e falta de perspectivas ou por um histórico de exclusão e marginalidade, mas sim, em função de um desejo de consumo. Cequeira-Santos (2009) mostrou que a inclusão no universo do consumo exige uma reflexão sobre o envolvimento das vítimas na ESCA, o qual pode interferir na maneira em que se percebe essa violência, silenciando e estigmatizando mais suas vítimas. Sim, verifica-se que são inúmeras as exigências, e que a inserção no mundo da moda, dos eletrônicos, do consumismo em geral é um grande motivador da ESCA. Aceitar que a exploração pode ser uma escolha é uma forma de esquecer a violência sofrida, os direitos violados, as etapas do desenvolvimento de crianças e adolescentes (nos processos proximais, contextos, pessoa e tempo), como ainda, apagar todo um histórico de vida estigmatizador e que perpetua a rede de exploração, revitimizando essas crianças e adolescentes, que não se percebem como violadas ou negligenciadas em seus direitos.

5.5.3 Contexto

Nesta categoria foram analisadas as relações estabelecidas nos quatro níveis: microsistema familiar, o mesossistema, o exossistema e o macrosistema.

5.5.3.1. O microsistema familiar e a ESCA

Como já ressaltado todas as meninas estavam sob a proteção das suas famílias no momento da entrevista. Porém ao investigar a relação que seus familiares tinham com a ESCA foi possível adentrar na dinâmica entre risco e proteção que permeia essa interação.

A violência sofrida pelas meninas entrevistadas não se restringiu a exploração sexual. Todas relataram ter vivenciado algum evento violento dentro do ambiente doméstico - discussão, ameaça de castigo e castigo (ficar em casa, sem sair), bronca exagerada, ameaça de soco, tapa e empurrão. A participante E. não vivenciou nenhuma das situações violentas elencadas no roteiro, mas declarou que sofria violência psicológica ao ver sua mãe sendo espancada pelo padrasto. As entrevistadas trazem situações recorrentes de falta de diálogo, abuso de autoridade, violência doméstica (seja física, verbal, psicológica ou sexual), assim, a manutenção de vínculo familiar, que em muitos casos, significaria a presença de fatores de

proteção, pode exercer o papel inverso em que a qualidade dessas relações são mediadas pela violência no núcleo familiar (CERQUEIRA-SANTOS, 2009). Perceber essas diferentes situações de violência, que cotidianamente se instalam no microssistema-família, é atentar para um contexto que deveria ser protetivo.

As participantes A. e B. afirmaram que a família sabia do envolvimento com a ESCA. A mãe era a aliciadora, após a descoberta do caso a mãe perdeu a guarda e as meninas foram morar com o pai. A participante A. declarou *“o pai tem vergonha, nem converso com ele. É difícil para um pai saber...”*. As relações vivenciadas no microssistema ocorrem face-a-face e de forma bidirecional, nesse caso as relações foram disfuncionais. A mãe expôs as filhas (participantes A. e B.) a violência e buscava lucro através da sexualidade das meninas. As amigas também foram parte importante na inserção delas, pois foi através delas que souberam que poderiam conseguir dinheiro, presente ou favores através do sexo. Novamente as relações microssistêmicas não favoreceram o desenvolvimento saudável. Esse dado pode ser reiterado quando a participante A. afirma que depois de ter se envolvido na exploração sexual ela mudou: *“mudou... mais aberta, converso mais com as pessoas, mais namoradeira”*. A menina revela o seu comportamento de risco ao ressaltar que é mais namoradeira. Cabe lembrar que ela tem 11 anos e pode se envolver em outras situações de risco. Segundo Prado e Pereira, *“a exposição precoce a situações sexuais [...] pode levar a criança a atitudes exageradamente sedutoras, masturbação compulsiva, brincadeiras repetidas de conotação sexual e comportamentos francamente desadaptados (2008, p.280)”*. Ao verificar o envolvimento com a violência sexual, de maneira precoce, é fundamental atentar para a erotização das crianças, principalmente quanto ao apelo da mídia, colocando-as no patamar de objetos de desejo e de interesse sexual, *“a erotização da criança na mídia desperta, precocemente, um exercício de sexualidade inapropriada para sua fase de vida” (HAZEU & FONSECA, 1998, p.35)*. Os autores, neste sentido, confirmam o domínio que um adulto submete sobre a vida sexual da vítima, na relação desigual de abuso de poder que é exercido.

A participante B. tem uma avaliação diferente da sua irmã, para ela a exploração *“mudou tudo... a gente (a respectiva entrevistada e a participante A) teve que fazer tratamento com psicólogo, além de tomar remédio, calmante”*.

A família da participante C. também tinha conhecimento de seu envolvimento com a ESCA, no entanto, revelou que *“eles não falam nada, mas eles ficam brabos, eles me falam um monte de coisa, me xingam”*. A aceitação ou não de um membro da família inserido na exploração sexual, a falta de diálogo e de orientação especializada no enfrentamento desse fenômeno são fatores que afetam as relações entre as vítimas da ESCA e seus familiares.

Principalmente nesse contexto de vulnerabilidade e risco, em que as vítimas entrevistadas relataram as dificuldades encontradas no relacionamento familiar e as poucas possibilidades dessas famílias terem acesso a informações e a orientações para o enfrentamento da exploração sexual e proteção as respectivas vítimas. Conforme aponta Carvalho e Almeida, “a família é apontada como elemento-chave não apenas para a ‘sobrevivência’ dos indivíduos, mas também para a proteção e a socialização de seus componentes, [...] bem como das relações de gênero e de solidariedade.” (2003, p. 109). Os autores referem-se a família como uma instância mediadora entre o indivíduo e a sociedade, como um espaço de práticas culturais que organiza o cotidiano de seus integrantes e produz recursos para satisfazer as necessidades básicas de seus membros (CARVALHO & ALMEIDA, 2003).

Neste sentido, a família aparece como elemento fundamental no contexto de desenvolvimento humano, uma vez que possibilita interações representativas na vida de seus integrantes e desses no âmbito de diversos contextos ecológicos. Portanto, significa vai além de uma simples rede de apoio social, propicia relações de afeto, auto-estima e suporte para o enfrentamento de desafios e no aprendizado quanto assumir responsabilidades (RODRIGO & PALÁCIOS, 1998). Ainda sobre a perspectiva de um ambiente familiar protetivo é essencial destacar que para que as famílias das participantes possam promover o bem estar, a garantia de direitos e de uma vida saudável/digna, torna-se imprescindível o apoio e ações efetivas das instituições sociais/agentes de proteção, consolidadas nas políticas públicas, auxiliando-as nessa tarefa.

Interessante destacar que a participante C. a prostituição possibilitou a ela o acesso a 150 reais e que depois de ter se envolvido na exploração sexual “*ah, mudou muita coisa (...) eu fiquei feliz em ajudar a minha mãe*”. Não perceber a exploração sexual como uma violência e sim como forma de resolver algum problema, no caso a entrevistada aponta o sustento da casa, é um indicativo de que a vítima (que afirma não realizar mais programas) pode a qualquer momento, retornar a essa problemática, pois como ela mesma declarou, sentiu-se feliz em ajudar a sua mãe. Quando a entrevistada alega sentir-se feliz em ajudar a mãe, de certa forma, não percebe que para alcançar seu objetivo foi violada e esteve envolvida diretamente com a ESCA. Delaney (2006) salienta que além dos problemas físicos como doenças sexualmente transmissíveis e gravidez na adolescência resultante da exploração sexual, os danos psicológicos como depressão, senso de vergonha, a perda de confiança e de estima da si mesma também surgem.

A família da participante D. e seus parentes mais próximos tinham conhecimento de seu envolvimento com a ESCA e não gostavam da situação. No seu caso, ela morava com a

cunhada e a mãe, ambas com participação no aliciamento. O microsistema familiar que deveria protegê-la, ser um bloco sustentador e construtor no desenvolvimento saudável da vítima, a explorava sexualmente e eliminava qualquer forma de defesa, por ser a entrevistada portadora de necessidade especial e, portanto, duplamente vulnerável. D. afirmou que tinha muitos clientes por dia, era conhecida como “10 reais”, mas não recebia nada. Permaneceu na casa da cunhada, mas passou um tempo na rua também se apresentando como alvo fácil e vulnerável aos agressores. Na busca por clientes (obrigada pela aliciadora) a entrevistada destacou que a cunhada ficava com o dinheiro ou bens de consumo, mas que muitas vezes os homens que mantinham relações com ela (desconhecidos da rua) deixavam de pagar o programa, usando-a de diferentes formas, como mero objeto de posse, sujeitando-a a toda espécie de violências e violações. A entrevistada esteve grávida quando andava na rua e perdeu o bebê em um aborto espontâneo (não sabia quem era o pai). A avó afirmou que a participante não se relaciona bem com a mãe (que sabia da exploração sexual), tem pavor e fica nervosa com as visitas. Entretanto, o cuidado oferecido pela sua avó modificou a sua condição: *“quando andava fazendo programas, andava suja. E agora sem ter que passar por essa situação, melhorou. Se sente bem, toma banho”*. A família extensa assumiu o papel protetivo que até então não havia sido disponibilizado.

Os familiares de E. sabiam do uso de drogas, mas nunca conversou sobre os relacionamentos sexuais e sobre a sua história de exploração. Enquanto usuária de drogas, a entrevistada não se importava com família, relacionamentos de amizade e nem com sua própria vida. Sua inserção ao universo da exploração sexual foi motivada pelo vício do crack, em um contexto em que a própria mãe e padrasto estavam envolvidos com a droga. Sua mãe fornecia drogas para E., mas quando foi presa, ela teve que buscar outras alternativas para acessar a droga, nesse momento se deparou com a exploração. Através da sexualidade E. recebia dinheiro (em média 60 a 70 reais), presentes, favores e drogas *“quando não tinha (os clientes) era 30 reais. Se não tivesse os 30 reais partia para outro, porque eu não ia fazer de graça. Já me conheciam”*. O dinheiro era utilizado para comprar a droga, objetos de uso pessoal (brincos, meias), e comida. Além do uso de drogas, a participante declarou que não se descuidava da alimentação, e procurava obter objetos para o uso pessoal quanto precisava ou lhe interessava. Hoje avalia que *“mudou muita coisa, não é a mesma coisa com a relação da família. A família fica de cara contigo (...) tu fica com muita depressão, né, tu tem vontade de te matar, chega ao ponto de querer te matar. E vive brigando com a tua mãe, né. Até por que a minha mãe se envolveu nisso também. (...) na época que eu usava, ela usava também(...) eu pensava tinha que sair dessa coisa, tinha que sair, tinha que sair e consegui(...)*.

Assim o microsistema que contempla a família apresentou-se contraditório, ora fator de risco quando permitiu o envolvimento das entrevistadas com a ESCA, ora protetivo quando tenta afastar as meninas da ESCA através do vínculo familiar. Segundo Poletto e Koller, “[...] seja qual for o contexto (familiar, instituição ou escola) este pode se configurar como risco ou proteção. No entanto, isto dependerá da qualidade das relações e da presença de afetividade e reciprocidade que tais ambientes propiciarem” (2008, p.414). É também importante perceber o contexto em que a maioria das famílias brasileiras estão inseridas, boa parte dessas foram abandonadas pelo Estado, pela sociedade e encontram-se sozinhas, em meio a dura tarefa de sustentar, educar e proteger suas crianças e adolescentes, “vivem elas num país que não cuida de seus cidadãos” (FALEIROS, E., 2000).

5.5.3.2. O mesossistema das vítimas de ESCA

Essa categoria buscou analisar o conjunto de microsistemas presentes no cotidiano das vítimas da ESCA. Bronfenbrenner (1979/2002) afirma que o mesossistema é ampliado sempre que a pessoa entra em contato com um novo ambiente. A análise revelou que a rede de proteção das meninas era muito escassa e fragilizada, enquanto a rede de exploração havia assumido um papel mais atuante no cotidiano das meninas entrevistadas.

Isso significa que os principais microsistemas de proteção – família e escola – não estavam atuantes na percepção das entrevistadas. Embora no momento das entrevistas a família tenha se mostrado presente e positiva, quando as meninas estavam envolvidas com a ESCA as famílias não estavam assumindo seu papel protetivo. Da mesma forma a escola. Para as entrevistadas, a escola é um espaço que têm conexão direta com as expectativas futuras de qualificação profissional e de melhora na qualidade de vida dessas, mas não foi reconhecida como espaço de proteção para a violência sexual quando estavam passando por essa realidade. Diante desse frágil cenário, outros microsistemas que fizeram parte da vida das meninas durante as violações sexuais foram investigados – os serviços da rede de proteção. Novamente, os dados revelaram falhas importantes na vinculação das meninas com os contextos que se inseriam.

Quando questionadas sobre a rede de proteção, atendimento e defesa existentes para as crianças e adolescentes no município do Rio Grande as participantes revelaram o quanto estão desprotegidas. A maioria afirmou conhecer os serviços quando esses foram nomeados, mas tiveram dificuldade para identificar as funções desses no que diz respeito à ESCA. Por exemplo, a participante A. atribuiu a função evidente para cada serviço a escola é para

estudar, o posto de saúde para tomar remédios e cuidar de doenças. As participantes A. e B. que foram atendidas no CREAS (mesmo explicando que se tratava do antigo Sentinela) não reconheceram o espaço como um local para atendimento da exploração. Porém souberam indicar grupos de jovens e associações comunitárias como parte da rede que poderiam acessar.

A participante C. demonstrou pouco conhecimento em relação aos diferentes serviços da rede de proteção: Conselho Tutelar, Posto Policial, Posto Policial da Mulher, Escolas Municipais, Posto de Saúde, Unidade Básica de Saúde da Família – PSF. A entrevistada não percebia a atuação e articulação da rede de proteção quanto a ESCA, se manteve alheia a seus direitos, não se importando em perguntar mais sobre esses serviços e para servem. Mesmo já tendo sido atendida no Conselho Tutelar e nas casas de acolhimento institucional, tais serviços não foram reconhecidos por ela. Esse desconhecimento e desinteresse incitam uma reflexão sobre a atuação dos serviços no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes. A rede quando não é reconhecida por aqueles que se utilizam dela perde totalmente a sua função. Segundo Silva (2009), a violência sexual sofrida por crianças e adolescentes por si só causam prejuízos imensuráveis. E quando as vítimas não são devidamente acolhidas, recebendo os cuidados e proteção por parte dos agentes sociais, em qualquer instância, seja família, autoridades, e especificamente, a rede de proteção, essas passam a ser duplamente violadas, em um processo de revitimização. O não-reconhecimento ou a falta de percepção quanto ao papel desempenhado pelas redes de proteção, distancia ações efetivas de enfrentamento da ESCA, mantendo a realidade de exploração na vida das vítimas.

Já participante D. praticamente desconhece a rede de proteção, com exceção, da casa de acolhimento institucional que esteve, pois ao ser retirada do convívio de sua mãe a entrevistada foi acolhida nessa instituição e tem boas recordações da coordenadora do abrigo, assim como, das meninas com quem conviveu, no período de sua permanência. Apesar de não conhecer os serviços da rede, nem de ter real consciência de seus direitos, a participante D. percebe a rede de proteção em sua vida, de maneira atuante, como um local agradável, de bem estar. Nesse espaço ela sai da rua, do aliciamento, da exploração sexual e volta a sentir que as pessoas gostam dela, que pode confiar e ser protegida.

A participante E. se mostrou mais informada sobre os serviços, incluindo as ONGs, o CRAS, as associações de bairro e os grupos de jovens. Embora tenha mostrado conhecer mais serviços que as outras participantes, E. tem um conhecimento superficial da ação e articulação dessa rede de atendimento, proteção e enfrentamento da exploração sexual. A participante E.

já vivenciou o atendimento em alguns dos serviços mencionados, mas não percebe a ação protetiva, nem a garantia de seus direitos.

A rede de proteção existente no município do Rio Grande é bem diversificada, no entanto, não é percebida pelas vítimas da ESCA. Conforme o relato das entrevistadas, elas conhecem alguns desses serviços, mas não os identificam como um aparato de proteção ou garantia de direitos violados, o que toma proporções alarmantes quanto ao fato da existência de uma rede protetiva que não atinge as vítimas, nem se faz percebida em sua atuação e articulação no enfrentamento da exploração sexual. Quando as vítimas da ESCA não percebem as redes de proteção e desconhecem a estrutura construída em prol da garantia de seus direitos e enfrentamento da violência sexual, uma lacuna imensurável se constitui, não permitindo que efetivas intervenções sejam realizadas nesse âmbito.

A análise evidenciou que o conjunto de microssistemas das meninas é empobrecido e frágil. Através do relato das participantes as relações face a face e significativas aconteciam com maior frequência com os exploradores/agressores. Por esse motivo, é preciso destacar a importância e a necessidade da família, da escola e da rede como um todo para que o ciclo de violência seja rompido. A família apresenta-se como um fator de proteção, desde que contemple um ambiente de respeito mútuo, de apoio e suporte para enfrentar a exploração sexual vivenciada (PESCE, ASSIS, SANTOS & OLIVEIRA, 2004).

5.5.3.3. O Exossistema das vítimas da ESCA

O exossistema envolve os ambientes que a pessoa não frequenta como participante ativo, mas esses desempenham uma influência indireta sobre seu desenvolvimento. (BRONFENBRENNER 1979/2002). Sendo Rio Grande um município portuário essa característica torna-se elemento pontual a ser contemplado na análise do exossistema. A circulação de pessoas, especialmente homens que ficam muito tempo afastados de suas famílias (caminhoneiros e marinheiros), o fluxo nas rodovias e a mão de obra itinerante no Pólo naval são fatores de risco para a ESCA. Conforme o Mapeamento de Pontos Vulneráveis à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Federais (PRF, 2009/2010) cinco estados foram apontados como os locais mais vulneráveis por deter as maiores malhas viárias e 45,88% dos pontos indicados estão concentrados nos principais eixos rodoviários.

Outro fator exossistêmico que pode ser identificado no estudo foi a droga. A situação vivenciada pela participante E. evidencia essa relação. E. usuária de drogas tinha acesso ao crack através do seu padrasto que era traficante e com a sua mãe que também era usuária.

Quando sua mãe e o seu padrasto foram presos E. passou a buscar a droga em outros contextos, inclusive o da exploração sexual, para a manutenção do seu vício.

A droga pode surgir como uma forte aliada a violência sexual. As participantes declararam ter consumido drogas lícitas e ilícitas (cigarro comum, álcool, maconha e cocaína), salvo a participante D. que afirmou nunca ter utilizado nenhuma droga. A entrevistada E. afirmou ter utilizado além das substâncias citadas o solvente/cola e o *crack*. O uso da droga é algo bem presente na vida de vítimas da ESCA, conforme ressaltam Nunes e Andrade (2009), o comércio do próprio corpo e a utilização de drogas estão estreitamente ligados, na medida em que a droga possibilita a entrega do corpo como mercadoria, “[...] para que se possa desfrutar desse eficaz anestésico, necessita do pagamento que esse ato de comércio envolve, engendrando-se, assim, um ciclo que se retroalimenta (2009, p.51)”.

Neste contexto de ESCA, o uso de drogas e a violência cotidiana andam de mãos dadas. Todas as participantes afirmaram ter experienciado alguma situação violenta no dia-a-dia. Os eventos mais recorrentes com desconhecidos ou pessoas da rua foram discussão e bronca exagerada, ameaça de soco, tapa e empurrão, tentativa de mexer no corpo e beijar e violação de fato (mexer de fato no corpo, beijar de fato e abuso sexual).

Diante de todas essas situações de vulnerabilidade e risco apresentadas no exossistema (cidade portuária, uso de drogas, violência cotidiana) estava uma rede de proteção ineficiente. A participante E. enfatizou: *“ah, muda né, não queria ter tido essa experiência. Foi bom que eu aprendi, um ensinamento né, uma escola para mim. Eu tenho pena das pessoas que não passaram por isso e vão passar (...) a policia não consegue combater isso(...).”*

O exossistema como um conjunto de ambientes que influencia indiretamente a vida das participantes envolveu a violência sofrida no contexto da rua, a ação da droga, o atual crescimento econômico e político na cidade pesquisada em contraponto a falta de políticas públicas e a frágil atuação da rede de apoio social/protetivo no enfrentamento da exploração sexual na infância e juventude.

5.5.3.4. O Macrossistema das vítimas da ESCA

Essa categoria buscou analisar as crenças que as próprias meninas vítimas da exploração sexual possuem da ESCA. Bronfenbrenner (1979/2002) refere que o macrossistema representa a cultura e os valores em que as pessoas estão inseridas.

Todas as entrevistadas avaliaram as vítimas demonstrando compaixão ou pena, mas mostraram distanciamento desse “papel” como se essa situação não fosse vivenciada por elas:

“nem sei (...) as crianças não tem nada haver com isso (...) pena de quem são obrigadas” (Participante A)

“eu acho que elas estão fazendo aquilo por que precisam de dinheiro (...) muitas vezes para comer” (Participante B)

“sei lá... dói o peito quando vejo isso daí” (Participante C)

A exploração sexual, como fenômeno complexo, de violação de direitos de crianças e adolescentes envolvidos, representa diversos discursos a serem decodificados. Quando questionadas sobre a ESCA, as vítimas desconversam, apresentando opiniões imprecisas e distantes da realidade vivenciada, “a percepção de quem vê ‘de fora’, por identificação e/ou estigma confere o rótulo; [...] a percepção de quem vivencia ‘por dentro’, [...] inicia-se através de uma negação (DIÓGENES, p. 43, 2009). Para Machado (2006, p.6), “o estigma é criado pela fofoca contínua, intensa, excludente”. A autora destaca que ao criar representações imaginárias sociais perversas, tais significados são introjetados como o silêncio, a culpabilidade, a exclusão e uma auto-imagem negativa nas próprias vítimas da exploração sexual (MACHADO, 2006). Ainda Diógenes (2009) enfatiza que o estigma significa a suposta confirmação de culpa, como se as crianças e os adolescentes envolvidos com a violência sexual, ratificassem socialmente essa culpa. Neste sentido as vítimas da ESCA, experimentam em seu cotidiano o isolamento proveniente do estigma, que se reforça e se intensifica, limitando a atuação dessas em diferentes esferas da vida, como a família, a escola, ou na busca por qualificação profissional. Para a autora o preconceito/estigma é algo muito grave na vida das crianças e adolescentes envolvidos com a exploração sexual, “deixarem que uma atribuição externa, capaz de rotulá-las, estreite e obstrua outras possibilidades de si [...] é uma ameaça que espreita, recorrentemente, suas existências” (2009, p.215).

As meninas entrevistadas trouxeram algumas informações sobre o tratamento que recebiam da comunidade e das pessoas que tinham algum tipo de contato. As participantes A. e B., as irmãs que sofreram com a exploração sexual cometida pelo padre que foi amplamente divulgada no município, revelaram que sofreram muitas repreensões nos contextos que estavam inseridas (escola e no bairro). A. enfatizou a sua indignação quanto às manifestações de algumas pessoas: *“A putinha da vila”, não dou bola (...) mas às vezes me irrita*”.

A participante C. também demonstrou muita mágoa e sofrimento quanto às manifestações de algumas pessoas, principalmente parentes, sobre a forma que conduz sua vida sexual/afetiva: *“que eu sou uma menina ajogada, por que tem muitas pessoas que me querem ver na rua”*. Da mesma forma, a participante E. relatou: *“falavam mal, (...) as*

peças falavam muito mal, não entendem, por que ela faz isso (...) te julgam, só quem passa por isso é que entende que vê a moral da história”.

De maneira cultural ainda prevalecem conceitos adultocêntricos (focado no desejo do adulto e no controle das populações infanto-juvenis) e androcêntricos (centrado na figura masculina) e nesse sentido um dos maiores desafios encontrados em relação à ESCA é solucionar o problema entre proporcionar autonomia a infância e juventude, em especial, no que tange a sexualidade, considerando cada especificidade e singularidade desse desenvolvimento, e oportunizar práticas que não facilitem a omissão de quem deveria proteger (governantes, rede de proteção, instituições, sociedade) e na efetiva ação de punir os violadores de direitos das crianças e adolescentes, sem responsabilizar as vítimas por sua vulnerabilidade e risco vivenciados na ESCA (CONTINI & AMORIM, 2009). Ainda Leal aponta algumas ponderações quanto à opinião pública sobre a violência sexual, que se apresenta contraditória quando de forma conservadora percebe e responsabiliza duplamente crianças e adolescentes, ao mesmo tempo em que procura a defesa e garantia dos direitos violados dos mesmos, “[...] a idéia, no imaginário popular, de fazer os sujeitos violados co-responsáveis em alguma medida, pela consecução de uma violência, transforma o violado co-participe do crime.” (1999, p.62).

5.5.4 Tempo

Nessa unidade foi analisado como as entrevistadas percebem o envolvimento na exploração sexual ao longo do tempo e os seus projetos de vida para o futuro.

O tempo reflete as alterações ao longo da vida e as transições em diferentes segmentos do desenvolvimento humano, oferecendo dinâmica aos processos estabelecidos entre pessoas e ambientes (GARCIA, SILVEIRA & YUNES, 2008). Assim foi delineada uma linha do tempo quanto a ESCA e as situações vivenciadas pelas vítimas participantes da pesquisa: a idade que começou e quanto tempo esteve envolvida com a ESCA, como também, quando parou ou não de estar envolvida com essa violência sexual.

5.5.4.1. Linha do tempo quanto a ESCA e as situações vivenciadas pelas vítimas

A inserção da participante A., no mundo da exploração sexual ocorreu muito cedo, aos 9 anos, assim como com as participantes B. e D., respectivamente aos 11 anos e 12 ou 13 anos de idade. No caso específico, a participante D. relatou em sua trajetória de vida uma violação em que percebe como uma fase “*ruim*” e atualmente uma fase “*boa*”. Por possuir um distúrbio mental moderado, suas percepções não são bem articuladas, mas expressa com a

propriedade de quem vivenciou uma das piores formas de escravidão que se conhece atualmente. A entrevistada D. não sabe precisar quando iniciou seu envolvimento com a exploração sexual, mas segundo a avó seria entre os 12 ou 13 anos (mas pode ter sido anterior). Já as participantes C. e E. relataram seu envolvimento com a ESCA como recente, ocorrendo aos 15 anos e 16 anos respectivamente.

Atualmente todas as entrevistadas, com exceção da participante A. que apresentou respostas confusas e contraditórias (hoje com 11 anos), declararam não estar envolvidas com a exploração sexual. A participante A. ao manter esse envolvimento há dois anos, reflete a continuidade de processos imediatos e interações com o contexto de violência sexual sofrida precocemente, já as entrevistadas B., C., D. e E. mencionaram não prosseguir vivenciando tal violência, portanto, não houve uma continuidade nas interações imediatas estabelecidas pelos processos proximais, como também não existiu uma periodicidade desse fenômeno violador. No caso da participante C. essa brevidade pode esconder um histórico mais contínuo em relação ao seu envolvimento com a exploração sexual (do que expresso pela entrevistada), pois de acordo com as suas declarações, se necessário, faria novamente os programas. Para a participante D. a situação de exploração sexual se prolongou durante pelo menos três anos (dos 12/13 até seus 15 anos) quando foi retirada de sua mãe e recebeu o atendimento da rede de proteção.

Entre as participantes da pesquisa, somente uma afirmou continuidade no envolvimento com a ESCA, enquanto as outras entrevistadas relataram cada trajetória, no contexto dos processos proximais estabelecidos, nas continuidades/descontinuidades, periodicidades e mudanças em cada episódio vivenciado, assim como, quanto suas expectativas do futuro. Para Narvaz e Koller, “na análise do elemento tempo é fundamental levar em conta não só as mudanças que ocorrem em relação à pessoa, mas também, em relação ao ambiente e à relação dinâmica entre esses dois processos” (2005, p.64).

Portanto, o tempo permitiu analisar as influências, mudanças e continuidades que surgiram ao longo da vida das vítimas da exploração sexual, suas causas e efeitos, imediatos ou não, afetando ou sendo afetados pelos processos e resultados que se seguem no desenvolvimento de cada uma das participantes.

5.5.4.2. Projetos de futuro das vítimas de ESCA

A participante A. estava estudando e tendo aulas de dança em seus momentos livres. A menina afirmou não perceber mudanças da fase de criança para adolescente, talvez pelo fato de ter apenas 11 anos. Contudo, já possui planos para o futuro, a saber: comprar uma casa,

casar e trabalhar (ser secretária ou dançarina). Mesmo tendo vivenciado a exploração sexual na infância o desejo de construir uma vida afetiva e sexual com outra pessoa foi mantido. A participante B. também revelou que considera importante o amor na vida das pessoas e que no futuro pretende casar e constituir uma família. No momento, esclareceu que tem vontade de realizar um curso profissionalizante na área da informática e conseguir um emprego, mas planeja terminar o colégio e fazer faculdade. Esses dados mostram que as meninas, mesmo tendo seu desenvolvimento saudável interrompido por um agressor, conseguem enfrentar a situação e planejar ações futuras que envolvem inclusive relações afetivas.

Por outro lado, a participante C. que se encontrava grávida no momento da entrevistas não tinha planos: *“eu não sonho, por enquanto não... o mais importante é o presente”*. Ela afirmou não pensar em casamento e nem no futuro, mas deseja ter uma família: o namorado, o filho e ela. Embora o seu namorado não seja o pai biológico do seu filho acredita que eles poderão formar uma família feliz: *“A coisa mais boa é ter o meu filho, meu namorado, minha família. Me sinto muito feliz com isso”*.

Projetos e planos também não foram revelados pela participante D. A menina, portadora de um distúrbio, contou apenas que sonha que está caminhando pela noite (fruto da lembrança de suas saídas noturnas rotineiras para arrumar dinheiro para a aliciadora). Também declarou que não tinha nada de bom para contar, apenas lembranças dolorosas que povoam seu dia-a-dia, tanto em casa e na escola, como em seus sonhos.

E. destacou que pretende ser feliz, estudar e constituir família: *“(no futuro) ...quero dar para o meu filho tudo que a minha mãe não pode me dar, quero ser para ele o que a minha mãe nunca foi para mim, que ela foi legal comigo, mais ela se deixou levar pela droga de novo.”* A participante que teve a sua vida dominada pelas drogas valoriza muito a sua superação, para ela nada é mais importante do que ter se livrado da droga. Conseqüentemente, conseguiu se afastar da exploração sexual, já que usava o seu corpo como forma de acesso ao crack. Nos seus planos futuros, E. deseja estudar, ser feliz com quem gosta, chegar onde quer, com um bom emprego *“comprar um carro, ter bastante saúde, sempre saúde, para dar e vender... para aproveitar as coisas boas da vida”*.

A maioria das participantes demonstrou manter sonhos e planos para o futuro, no entanto, nem todas conseguiram superar essa situação. As participantes A. e B. (a 1ª ainda inserida na ESCA) buscaram apoio, compreensão e orientação no combate ao contexto de vulnerabilidade e risco vivenciado na exploração sexual no CREAS. B. referiu que gostaria que sua vida fosse modificada e ter mais oportunidades. A participante C. salientou que a ESCA afetou sua vida, demonstrando que as expectativas futuras podem ser influenciadas

pelo tempo vivenciado com o envolvimento na exploração sexual. Quando se recusa a pensar sobre projetos de vida e planos para o futuro está tentando escapar da idéia de que sua vida poderia ter sido diferente e dos possíveis sonhos que agora parecem distantes. Também o tempo em que a participante D. vivenciou a ESCA foi marcante pela continuidade desse processo e pela periodicidade nas interações com tal contexto. Seu contato foi profundo com a exploração sexual: teve como experiência a violência propriamente dita, vivenciou o descaso com sua situação de saúde mental, foi prostituída com diversos homens, não recebia nada da aliciadora, esteve grávida (como reflexo desse contexto) e abortou espontaneamente. Viveu enfim, o silêncio das vítimas da ESCA e o silêncio das pessoas especiais, sendo duplamente invisível. Enquanto que a participante E. depositou toda a sua energia na superação das drogas e, conseqüentemente, em relação a exploração sexual. Aliada a sua força de vontade em constituir uma vida nova, a entrevistada atentou para a importância quanto o apego à família, aos laços afetivos, que em sua fala parecem ter se rompido devido ao histórico de vulnerabilidade e de inserção nas drogas. Para a participante E. a exploração sexual surgiu do descaso, falta de proteção, falta de afetividade e de oportunidades.

Neste contexto percebe-se o quanto o envolvimento com a ESCA pode afetar a vida de suas vítimas. Ao pensar na situação de violação e os fatores de risco que mantém e perpetuam essa estrutura de violência na infância e juventude, somada a uma rede de proteção que não é reconhecida (pelas entrevistadas) em sua atuação e existência é algo preocupante. Diante desse cenário, é preciso refletir como as meninas poderão superar a violência e a desigualdade de poder conferida pela exploração, pelo estigma, pela dignidade e pelos sonhos perdidos.

De acordo com Yunes e Szymanski (2001), o termo resiliência contempla um conjunto de processos ou sistemas de desenvolvimento que explicam a superação e enfrentamento de adversidades. Ao pensar em cada relato das entrevistadas, quanto ao envolvimento com a ESCA e a perspectiva individual desse evento, verifica-se que apesar dos momentos e trajetórias semelhantes algumas participantes estão conseguindo enfrentar os momentos de violação vividos, enquanto outras ainda não. As características individuais somadas a uma rede de apoio social ativa e protetiva podem ajudar nesse processo. Nesse sentido, a rede que compõem a defesa, o atendimento e a proteção da criança e do adolescente e família podem ser importantes aliados no enfrentamento a violação sofrida. Nesse estudo, as redes mesmo tendo exercido seu papel não foram reconhecidas pelas vítimas. As famílias representaram papéis dúbios, ora representando risco, ora representando proteção. O processo de enfrentamento ainda está sendo construído.

Resiliência em família descreve a trajetória da família no sentido de sua adaptação e prosperidade diante de situações de estresse, tanto no presente como ao longo do tempo. Famílias 'resilientes' respondem positivamente a estas condições de uma maneira singular, dependendo do contexto, do nível de desenvolvimento, da interação resultante da combinação entre fatores de risco, de proteção e de esquemas compartilhados (HAWLEY & DEHANN apud YUNES, p.60, 2006).

Portanto, a resiliência não é algo estanque, inerte, nem um atributo fixo do indivíduo. De acordo com Yunes, Garcia e Albuquerque (2007) descarta-se a idéia de pessoas resilientes e não resilientes, pois essas superações das adversidades devem ser compreendidas como conjunto de processos complexos e dinâmicos, de interação, no cotidiano dos indivíduos, e deles com os diferentes ambientes. Assim o processo de superação da exploração sexual passa pelas características da pessoa, das relações que estabelece com aqueles que a cercam e com os contextos em que está inserida em determinado momento de vida.

CAPÍTULO VI

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse estudo procurou-se identificar e mapear a incidência da exploração sexual de crianças e adolescentes na cidade do Rio Grande, como também ter acesso as vítimas envolvidas, investigando suas percepções quanto a ESCA e quanto a rede de proteção no enfrentamento dessa violência.

A abordagem bioecológica do desenvolvimento humano proposta por Urie Bronffebrenner (1979/2002) subsidiou a discussão e a interlocução entre a pessoa, os processos proximais, o tempo e os contextos nos quais as vítimas da ESCA estão inseridas. Através da inserção ecológica foi possível mergulhar na problemática da exploração sexual de crianças e adolescentes no município. O caminho percorrido foi árduo, muitos entraves se constituíram ao longo do percurso.

O contato com os serviços da rede de proteção selecionados previamente para a pesquisa revelou o silêncio em que a exploração sexual ainda se mantém no município do Rio Grande. A dificuldade de acesso aos dados quantitativos evidenciou uma série de fatores. Primeiro, a escassez de denúncia dos casos da ESCA apresenta-se recorrente nas afirmações das participantes, fragilizando o combate e a busca de estratégias no enfrentamento desse sistema violador da infância e juventude que acaba permanecendo em uma postura mais burocrática do que efetiva ação. Outro problema verificado contempla a falta de sistematização dos dados que compromete a funcionalidade e acompanhamento dos casos registrados e das novas notificações que surgem. E, ainda, a necessidade do aprofundamento técnico e especializado para enfrentar as dinâmicas que permeiam as redes de exploração sexual (bem estruturadas e organizadas, em torno da criminalidade, poder, violência).

Além de buscar nesses espaços informações sobre a situação registrada quanto a ESCA, verificou-se o conhecimento e a percepção que os serviços participantes, Conselho Tutelar I, II e III e o CREAS, possuem sobre a atuação e articulação da rede no enfrentamento dessa violência sexual. Nesse sentido os serviços contatados não reconhecem seus parceiros, apontam problemas na atuação e articulação com alguns serviços da rede de proteção, restringindo ações e intervenções efetivas no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes no município do Rio Grande. Da mesma forma, os serviços contatados apresentaram dificuldades em apontar locais de circulação das vítimas da ESCA, o que

ratifica a falta de acesso as denúncias, ao contexto da rede de exploração e sua dinâmica como forma de buscar estratégias de enfrentamento a essa violência.

Indicações de vítimas da ESCA foram solicitadas para a próxima etapa da pesquisa. Nesse momento, as dificuldades tornavam a surgir, pois os serviços da rede mencionados não conseguiam fornecer um número considerável de informações e indicações dessas vítimas. Somente duas indicações foram oferecidas pelo CREAS, após muita insistência. Na procura incessante, em diferentes horários e dias da semana nos locais indicados pelo Conselho Tutelar nenhuma vítima era acessada, por esse motivo outras fontes da rede foram contatadas. A Pastoral da Criança e do Menor, Casas de Acolhimento Institucional, as Escolas, o Rede Família e os agentes sociais contribuíram nessa etapa. Até mesmo a própria rede de exploração foi acessada. Cada passo construído na investigação proposta era um desenho de diferentes percursos, realidades e ações para transformá-las.

Assim as indicações de crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual começaram a tomar forma. Meninos foram localizados, porém nenhuma participação masculina aconteceu. A recusa revelou o quanto o estigma, a vulnerabilidade e o risco, a vergonha e o silêncio estão presentes na vida daqueles envolvidos com exploração sexual. O acesso as meninas também evidenciou o estigma, o medo e a resistência. No entanto, a proximidade com aquelas que seriam entrevistadas possibilitou compreender esse comportamento, da mesma forma, que propiciou diversas percepções, ora recorrentes entre elas, ora muito específicas e singulares.

As participantes representam uma parcela que vive em vulnerabilidade social e ambiental, que buscam o universo do consumo como forma de pertencimento e inclusão social. Possuem os desejos e sonhos pertinentes a infância e juventude, somado a dura realidade de estarem inseridas na rede de exploração e de violência sexual. A falta de percepção de sua condição de vítima facilita a manutenção e perpetuação da exploração, e nessa conjuntura, o papel dos aliciadores e dos clientes é reforçado. O aliciador utiliza-se de uma relação de desigualdade de poder na obtenção de lucros com os serviços sexuais das vítimas, enquanto o cliente usufrui desses serviços (CERQUEIRA-SANTOS, MORAIS, MOURA & KOLLER, 2008). Neste sentido, a investigação desenvolvida destacou a organização estrutural, a violência velada e silenciosa em que a rede de exploração está constituída, em contrapartida, também verificou uma rede de proteção, sem um apoio efetivo por parte de governantes e instituições, carente de políticas públicas engajadas no combate a exploração infantil e juvenil, em que a atuação e a articulação estão longe de se aproximar da realidade, de tantas meninas e meninos atingidos pela exploração sexual. As instituições,

redes protetivas e a sociedade como um todo deve transcender um imaginário social construído, em que crianças e adolescentes envolvidos com a ESCA, merecem desdém ou compaixão (TRINDADE, 2010). Segundo a autora “Ainda não fomos capazes de reconhecer e intermediar diferenciações para irmos além no campo das intervenções sociais que circundam esse foco de violação” (2010, p.63).

No microsistema familiar constatou-se a grande influência nas relações estabelecidas com as vítimas entrevistadas e com a situação do envolvimento com a ESCA. Todas as entrevistadas relataram experiências em que a família poderia ter protegido e não o fez. A família foi representada no presente estudo, ora protetiva, ora como fator de risco. Segundo Rebouças, “a miséria social produz um impacto nas relações familiares: salário baixo, o desemprego, a alimentação escassa, a moradia precária e a falta de perspectivas de um projeto de vida digna” (2006, p.86). Para o autor toda essa conjuntura pode causar sentimentos de desesperança, frustração, em relação aos esforços dispensados pelos membros da família, na busca de superação de tais entraves (REBOUÇAS, 2006). Essas barreiras, muitas vezes, representadas como intransponíveis podem impulsionar crianças e adolescentes a vivenciarem a violência na forma de exploração sexual.

No entanto, destaca-se que a família tem um papel fundamental como fator de proteção e superação das adversidades que se constituíram ao longo do envolvimento das vítimas com a exploração sexual. Nesse sentido, é importante enfatizar que todos os responsáveis atuais pelas entrevistadas mostraram-se interessados, cautelosos em auxiliar na pesquisa, sem trazer mais prejuízos na vida das vítimas. Como forma de proteção e de parceria na busca de soluções e enfrentamento a ESCA, essas famílias mostraram uma outra face, possível em ambientes que antes foram locais de risco, sofrimento e vulnerabilidade.

Os casos investigados se misturam e se assemelham em alguns elementos. A vulnerabilidade social/ambiental foi um fator comum, como foi possível verificar nas respostas das entrevistadas. As dificuldades econômicas, principalmente, relacionadas a questões de sobrevivência como a alimentação básica ainda figuram como fatores relevantes nesse estudo. Outros elementos surgiram de maneira representativa, como o uso de drogas e a inclusão ao mundo do consumo.

O mesossistema também foi analisado contextualizando as percepções das entrevistadas quanto a escola e as redes de proteção. Cabe enfatizar que a escola também faz parte da rede de proteção e que muitos serviços dessa mesma rede não a reconhecem. Esse reconhecimento é fundamental para que estratégias sejam articuladas e intervenções realizadas em sua efetividade. As entrevistadas, apesar de não identificar a escola como parte

da rede que combate a ESCA, percebem nesse ambiente a possibilidade de oportunidades e valorização através de qualificação, identificando a comunidade escolar como um espaço de inclusão. A mesma situação não ocorre com as redes de proteção, ou seja, não são reconhecidas em sua atuação protetiva, nem percebidas como tal, o que impossibilita e distancia as principais interessadas (vítimas da ESCA) na composição desse elo de enfrentamento. Quando as vítimas deixam de reconhecer ou nem percebem a existência de uma rede de proteção que lhes garanta os direitos que foram violados constata-se a fragilidade dessa rede. Se ela não é identificada, não é eficaz e pouco atinge seus propósitos torna-se invisível. Uma rede de proteção deve ser capaz de promover atenção integral, atendendo a dinâmica que a exploração sexual comporta, resgatando nas vítimas da ESCA o bem estar, a confiança em si e nos outros, a auto-estima e reintegrando crianças e adolescentes nos diferentes contextos de desenvolvimento (familiar/social/ambiental).

Quanto ao exossistema, duas considerações pontuais podem ser feitas. Primeiro a droga como suporte para vidas carregadas de violência, exploração, vergonha, estigma e motivadora para a inserção ao mundo da ESCA e a vulnerabilidade socioeconômica das participantes. Essa situação somada as características do município investigado permeado de risco (rodovia, porto, crescimento do pólo naval com mão de obra temporária) está vivenciando ativamente um crescimento econômico e político, não nas mesmas proporções que deveriam crescer as ações destinadas a infra-estrutura, a educação, a segurança e a saúde. A vulnerabilidade social e ambiental constatada nas entrevistas corrobora a necessidade de oportunizar cuidados especiais e específicos, no que diz respeito às crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual, assim como, estender a suas famílias, orientação e possibilidades de garantir o direito de seus filhos. E, ainda, no contexto macrossistêmico, ao pensar de forma ampla sobre crenças, ideologias e valores, as entrevistadas colocam seus anseios e angústias quanto ao estigma, ao preconceito e a não aceitação de sua vitimização, sentindo-se culpada da sua condição de explorada sexualmente.

Após a análise de alguns elementos apontados no presente estudo, tornou-se fundamental apresentar não somente fatores de risco contemplados no mapeamento da exploração sexual de crianças e adolescentes na cidade do Rio Grande, como fatores de proteção, de superação, encontrados nos relatos e percepções das entrevistadas participantes quanto à violência vivenciada, quanto as rede de proteção, em sua atuação e articulação no combate a ESCA.

De acordo com os resultados, verificou-se: 1) A incidência da exploração sexual de crianças e adolescentes na cidade do Rio grande; 2) A rede de proteção não reconhece seus

parceiros e salientam alguns problemas, como a necessidade de uma rede protetiva mais atuante e articulada, e para tanto, composta de profissionais especializados, cientes da dinâmica que comporta a rede de exploração sexual; 3) As crianças e adolescentes vítimas da ESCA (participantes da pesquisa), não percebem o fenômeno da exploração sexual, em toda a sua complexidade, perpassam pela culpa, estigma, normalidade, drogadição, vulnerabilidade e risco social e ambiental; 4) As participantes não reconhecem a rede de proteção, não identificam atuações, nem articulações dos serviços protetivos no que tange o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes no município, nem quanto a garantia de seus direitos; 5) A denúncia se faz imprescindível para que os registros e encaminhamentos se realizem, sendo além de meras estatísticas e estimativas, que não representam a realidade da ESCA, assim como, é relevante a sistematização dos dados, como forma de agilizar e efetivar procedimentos referentes a suas atribuições, como estratégias de enfrentamento; 6) O atendimento e a assistência multiprofissional, direcionada as crianças e os adolescentes envolvidas na exploração sexual e suas respectivas famílias, é urgente; 7) Atividades de cultura, lazer e qualificação profissional devem ser priorizadas; 8) As redes de proteção precisam ser reconhecidas pelos seus pares e por aqueles e aquelas que necessitam de suas ações; 9) As políticas públicas direcionadas ao enfrentamento da ESCA precisam ser contempladas para a garantia dos direitos da infância e juventude; 10) Os governantes, as instituições e a sociedade como um todo precisam perceber esse fenômeno complexo e escravizador, que arrasta inúmeras crianças e adolescentes, seja por alimentação, drogas ou pela inclusão ao mundo do consumo, a vivenciar cotidianamente, como única saída, a exploração sexual. Violência essa que direta ou indiretamente, é mantida pelo preconceito, omissão e desumanidade.

Diante dos resultados apurados, algumas limitações podem ser apontadas no estudo. O propósito de contemplar na pesquisa, *a priori*, dois grupos de vítimas da ESCA, sendo um composto por meninas e meninos institucionalizados e outro constituído de meninas e meninos que circulam pelas ruas não foi atingido, permanecendo inquietações sobre a realidade vivenciada pelos mesmos, como também sobre suas percepções da exploração sexual e das redes protetivas na ação e intervenção quanto à violência propriamente dita e aos direitos dessas vítimas. A pesquisa não atingiu um maior contingente de crianças e adolescentes vítimas da exploração sexual devido à falta de informações dos serviços da rede de proteção contatados, a complexidade do próprio fenômeno e a dinamicidade das redes de exploração que impediam o acesso as vítimas. O estudo também não conseguiu contemplar a inclusão de vítimas do sexo masculino, ficando mais uma vez essa parcela sem manifestar

suas angustias, anseios, perspectivas, enfim, suas histórias no contexto da ESCA. De acordo com o delineamento escolhido apenas dois serviços da rede de proteção foram contemplados, por esse motivo é preciso considerar que os resultados do estudo revelam a percepção parcial da rede sobre a própria rede.

Para um estudo mais detalhado quanto à exploração sexual de crianças e adolescentes sugere-se que essas limitações sejam superadas. No entanto, esse é apenas um primeiro passo nessa temática. O presente estudo buscou trazer contribuições e reflexões sobre a delicada relação entre violência e exploração sexual, crianças e adolescentes e a rede de proteção. Reconhecer que o tema ainda é complexo e velado mostra que uma barreira foi ultrapassada. Esse estudo alerta, denuncia e desacomoda, tornando-se uma evidencia importante de que a ESCA existe no município (mesmo em números distantes da realidade existente) e precisa urgentemente ser repensada.

REFERÊNCIAS:

ABRAPIA – **Relatório Anual de Denúncias de Abuso e Exploração Sexual – Indicadores de 2002.**

Disponível em < www.observatoriodainfancia.com.br>

Acesso em 25/11/2009

ALBERTO, M. F, DA SILVA, A.C, GOMES, V., ARAÚJO, A. & DE OLIVEIRA, D. A exploração sexual infanto-juvenil sob a ótica de membros da população. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 41-59, dez. 2009

ALBUQUERQUE, B. **Análise Bioecológica de um serviço de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual** - Dissertação de Pós-Graduação em Educação Ambiental não-publicada - Universidade Federal do Rio Grande, 2010.

ALENCAR, V., RIBEIRO, P., GORENSTEIN, F & SANCHEZ, M. Violência sexual contra crianças e adolescentes e seus mitos. In: **A defesa de crianças e adolescentes vítimas de violências sexuais – reflexões sobre a responsabilização a partir de dez situações acompanhadas por centros de defesa dos direitos da criança e do adolescente no Brasil.** São Paulo: ANCED, p. 177-181, 2009.

ARIÈS, P. **A história social da criança e da família** (Dora Flaksman, trad.). Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ARRUDA, J. S. & FARIA, T. D. Defesa e Responsabilização. In: **Capacitação dos Assessores Locais do PAIR.** Brasília- DF, 2009.

BASTOS, B. R. Violência contra a criança e o adolescente: Exploração sexual infanto-juvenil e Prostituição Infantil. **Monografia de Especialização em Direito da Criança e do Adolescente.** Fundação da Escola Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Cuiabá/MT, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Diário Oficial da União. Lei Federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Brasília, DF.

BRASIL. **Lei 12.015 de 7 de agosto de 2009.** Altera o título VI da Parte Especial do decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. Diário Oficial da União, Brasília, 2009.

BRONFENBRENNER, U. **A Ecologia do Desenvolvimento Humano: experimentos naturais e planejados.** Tradução: Maria Adriana Veríssimo Veronese, 2ª Reimpressão, Porto Alegre: Ed. Artmed, 2002. (Original publicado em 1979)

BRONFENBRENNER, U & MORRIS, P. **The ecology of developmental process**. In: Lerner, R. M. (org.) *Handbook of child psychology: Theoretical model of human development*, 1998.

CARVALHO, I., ALMEIDA, P. H. Família e Proteção social. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, 17(2): 109-122, 2003.

CARVALHO, I.C.M.. **Educação Ambiental: A formação do Sujeito Ecológico**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2006.

CASTANHA, N. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil – Uma Política em Movimento – Relatório do Monitoramento 2003-2004**. Comissão Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes - Brasília - 2006.

CECCONELLO, A. **Resiliência e vulnerabilidade em famílias em situação de risco**. Tese de doutorado não publicada, Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

CECCONELLO, A. & KOLLER, S. Inserção Ecológica na comunidade: Uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 16(3), p. 515-524, 2003.

CECRIA – **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes** – Brasília, 2000.

CERQUEIRA-SANTOS, E. **Vítimas da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes: Indicadores de Risco, Vulnerabilidade e Proteção**. Relatório Técnico. São Paulo: World Childhood Foundation , 2009.

CERQUEIRA-SANTOS, E., MORAIS, N., MOURA, A. & KOLLER, S. Exploração Sexual de crianças e adolescentes: Uma análise comparativa entre caminhoneiros clientes e não-clientes do comércio sexual. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, p. 446-454, 2008.

CONTINI, M. L. & AMORIM, S. M. Crianças e Adolescentes – Sujeitos de Direitos e em condições peculiares de desenvolvimento – Algumas Reflexões In: **Capacitação dos Assessores Locais do PAIR** – UFMS – Brasília, DF, 2009.

COWAN, P. A, COWAN, C. P., & SCHULZ, M. S. Thinking about risk and resilience in families. In: **E. M. Hetherington & E. A. Blechman (Eds.), *Stress, coping, and resiliency in children and families*** (pp.1-38). New Jersey: Lawrence Erlbaum..1996.

CRESWELL, J. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativos, quantitativo e misto**; tradução Luciana de Oliveira da Rocha. – 2ª. Ed. - Porto Alegre: Artmed, 2007.

CUNHA, E., GIOVANETTI, M. SANTOS, G. & FELIZARDO JUNIOR, L. **Caderno do Agente – Enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil nos Vales do Jequitinhonha, do Mucuri e Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Edite da Penha Cunha (org.). – Belo Horizonte: PROEX, 2009

DELANEY, S. **La protection des enfants contre l'exploitation sexuelle et la violence sexuelle lors des catastrophes et des situations d'urgence.** França: ECPAT International, 2006.

DIÓGENES, G. **Os sete sentimentos capitais: exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.** 2ª Ed. São Paulo:Annablume, 2009.

DOS SANTOS, B. Contribuições para um balanço das campanhas de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. In: LIBÓRIO, R & SOUSA, S (orgs). **Exploração Sexual de crianças e adolescentes no Brasil – Reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais.** 2ª Ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, Goiânia, GO: Universidade Católica de Goiás, p. 99-147, 2007.

ECPAT (End Child Prostitution Child Pornography and Trafficking of Children for Sexual Purpose). **¿Mercancía sexual?: Cómo Hemos Creado la Demanda para la Explotación Sexual Comercial de Niños, Niñas y Adolescentes en el Peru.** Uma investigação de: CODENI (Cusco), IDEIF (Iquitos), REDES (Huancayo), Movimiento El Pozo (Lima). Bangkok, Tailândia: ECPAT Internacional, 2005

ENNEW, J. **Exploitation of children in prostitution.** Paper presented at III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, Rio de Janeiro, Brasil, 2008.

FALEIROS, E. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.** Brasília: Thesaurus, 2000.

FALEIROS, V. O fetiche da mercadoria na exploração sexual. In: LIBÓRIO, R & SOUZA, S.(Orgs.). **A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: Reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais.** 2ª Ed. Goiânia: Casa do Psicólogo/Editora da UCG, p. 51-72, 2007.

FALEIROS, V. Redes de Exploração e abuso Sexual e Redes de Proteção. In: **CECRIA – 9º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – Goiânia/Anais**, 1998.

FALEIROS, V. **A violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de indicadores: a crítica do poder, da desigualdade e do imaginário.** Brasília: CECRIA, 1997.

FALEIROS, V. & FALEIROS, E. **Escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes.** 2ª Ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

FOUCAULT, M. A Sujeito e o Poder. In: **DREYFUS, H & RABINOW, P. Michel Foucault – Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FURASTÉ, P. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico: Explicitação das Normas da ABNT.** – 15ªed. Porto Alegre: s.n., 2009.

GARCIA, N. SILVEIRA, S & YUNES, M. Inserção Ecológica e os Estudos sobre risco, proteção e resiliência – Pesquisas e Intervenções em comunidades de baixa renda no Extremo Sul do Brasil. In: **Risco, Proteção e Resiliência**, no prelo, 2008.

GREEN, J., P. **Prostitution: Children Victims. Effects of prostitution and sexual exploitation** Trabalho não publicado apresentado em uma Conferência sobre a Mulher, Sexualidade e Desenvolvimento. Sydney, de Centro de Estudos da Mulher da Universidade de Sydney, 1994.

GROCE, N. E. **Violence against Disabled Children - Summary Report**. Relatório sobre a violência contra crianças. UNICEF: New York, 2005

HALAL, F. **Pólo naval cria mais empregos**. Jornal Zero Hora On-line Disponível em <www.clicrbs.com.br/jornais/zerohora/.../default.jsp> Acesso em 19/11/2009

HAZEU, M. & FONSECA, S. Exploração e violência sexual contra crianças e adolescentes no Pará. In: LEAL, M. F. P & CÉSAR, M. A.(Eds.), **Indicadores de violência intra-familiar e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes** (pp. 57-67). Brasília, Brasil: CECRIA, 1998

INSTITUTO BRASILEIRO de GEOGRAFIA e ESTATÍSTICA – IBGE

IBGE Cidades@ - Rio Grande do Sul

Disponível em <www.ibge.gov.br/>

Acesso em 08/01/2011

JULIANO, M. C. C. & GOULART, J.S. (orgs.). Guia da Rede de Atendimento à Criança e ao Adolescente do Rio Grande. Projeto Rede Família – www.rederg.com.br, Rio Grande, 2010

LEAL, M. **A Exploração Sexual de Meninos e Meninas na América Latina e no Caribe, Relatório Final** – Brasil, CECRIA, 1999.

LIBORIO, R.. Adolescentes em Situação de Prostituição: Uma Análise sobre a Exploração Sexual Comercial na Sociedade Contemporânea. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, vol.18, nº 3, pp. 413-420, 2005.

LIBORIO, R.. Exploração Sexual Comercial Infanto-Juvenil: Categorias explicativas e políticas de enfrentamento. In: LIBÓRIO, R & SOUSA, S (orgs). **Exploração Sexual de crianças e adolescentes no Brasil – Reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais**. 2ª Ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, Goiânia, GO: Universidade Católica de Goiás, p. 19-50, 2007.

LOUREIRO, C. F. B.. **Trajatórias e fundamentos da Educação Ambiental**. Rio de Janeiro: Ed. Cortez, 2004.

MACHADO, M. **A fofoca, o estigma e o silêncio: crianças e adolescentes em situação de exploração sexual**. Arquivos Brasileiros de Psicologia, v. 58, n. 26, 2006.

MASTEN, A. S. Ordinary magic: resilience processes in development. **American psychologist**, 56(3), p. 227-238, 2001.

MASTEN, A & GARMEZY, N. **Risk, vulnerability and protective factors in developmental psychopathology.** In B. B. Lahey & A. E. Kazdin (Eds.), *Advances in clinical child psychology* (Vol. 8, p.1-52). New York: Plenum Press, 1985.

MINAYO, M.C.(org), DESLANDES, S., CRUZ NETO, O. & GOMES, R. **Pesquisa Social – Teoria, método e criatividade.** 19ª Ed. Petrópoli, RJ: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Como o Brasil enfrenta a exploração sexual-comercial de crianças e adolescentes,** s/d.

Disponível em <www.mre.gov.br/dc/textos/revista5-mat11.pdf>

Acesso: 26/11/2009

MOREIRA, J. & MIRANDA, V. Reinserção familiar: sim ou não? Diferentes facetas de uma longa e difícil história familiar. In: **Psicologia Jurídica - Temas de aplicação.** Curitiba: Juruá, 2008.

MOTTI, A, CONTINI, Mª & AMORIM, S.(organizadores). **Consolidando a experiência do PAIR.** Campo Grande, MS: Ed.UFMS, 2008.

NARVAZ, M.G. & KOLLER, S.H. O Modelo Bioecológico do desenvolvimento humano. In: KOLLER, S. (org.).**Ecologia do desenvolvimento humano. Pesquisa e Intervenção no Brasil.** 2ª Ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

NUNES, E. & ANDRADE, A. Adolescentes em situação de rua: prostituição, drogas e HIV/AIDS em Santo André, Brasil – **Psicologia & Sociedade,** São Paulo 21(1), p. 45-54, 2009.

OLIVEIRA, R & MARCON, S. **Exploração Sexual Infanto-Juvenil: causas, conseqüências e aspectos relevantes para o profissional de saúde.** Revista Gaúcha de Enfermagem, Porto Alegre – RS, 26(3), p. 345-357, 2005.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Guia para a localização dos pontos vulneráveis à exploração sexual infanto-juvenil ao longo das rodovias federais brasileiras.** Brasília: OIT, 158p, 2007.

PASTORAL DO MENOR – Disponível em < www.pastoraldomenor.org/sitemse/mse>

Acesso em 10/11/2010

PESCE, R. P, ASSIS, S. G, SANTOS, N. & OLIVEIRA, R – Risco e Proteção: Em busca de um equilíbrio promotor de resiliência – **Psicologia: Teoria e Pesquisa** – maio – agosto, 2004 – Vol.20, nº2, p.135-145.

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL. **Mapeamento dos Pontos Vulneráveis à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Federais Brasileiras-2009/2010.** Brasília: OIT, Childhood e Secretaria dos Direitos Humanos, 2010

POLLETO, M. & KOLLER, S. Contextos Ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e proteção, **Estudos de Psicologia,** Campinas 25(3), p. 405-416, 2008.

PRADO, M. C., PEREIRA, A. C. Violências sexuais: incesto, estupro e negligência familiar. **Estudos de Psicologia**, Campinas, 25(2) 277-291 abril -junho 2008

PRATI, L, COUTO, M^a C; MOURA, A; POLETTO, M. & KOLLER, S. Revisando a Inserção Ecológica: Uma proposta de Sistematização, **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, vol.21, nº13, p. 160-169, 2008.

REBOUÇAS, M. C & SANTOS, S. Crianças e Adolescentes em situação de exploração sexual e tráfico para estes fins: uma proposta de intervenção psicossocial. In: **Capacitação dos Assessores Locais do PAIR – UFMS – Brasília, DF, 2009.**

REBOUÇAS, M. R. Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes na cidade de Santos/São Paulo. In: SILVA, A; SANTOS, B. R & SEQUEIRA, C.(org). **Infância e adolescência em perspectiva.** São Paulo: Prefeitura Municipal de São Vicente, 2006.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental - 2^a Ed.** revista e ampliada – São Paulo: Brasiliense, 2009.

RIZZINI, I. & RIZZINI, I. **A Institucionalização de Crianças no Brasil.** 2^a ed. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, p.94, 2004.

RODRIGO, M.J & PALÁCIOS, J. **Família y desarrollo humano.** Madrid: Alianza Editorial, 1998.

RUTTER, M **Psychosocial resilience and protective mechanisms.** *American Journal of Orthopsychiatry Association*, 57, 1987

RUTTER, M **Resilience in the face of adversity: protective factors and resistance to psychiatric disorder.** *British Journal of Psychiatric*, 147 (6), p. 598-611, 1985.

SÁNCHEZ, P. R. Sexualidad y de los Niños, Niñas y Adolescentes Especiales Asociadas Con las necesidades educativas discapacidad. **IX Congresso Nacional da Ciência do Instituto Tecnológico da Costa Rica**, Cartago: Costa Rica, 2007.

SATO, M. **Educação Ambiental.** São Carlos – SP: RIMA, 2002.

SERPA, M.G. **Exploração Sexual e Prostituição: um estudo de fatores de risco e proteção com mulheres adultas e adolescentes –** Dissertação de Pós-Graduação em Psicologia não-publicada -Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

SILVA, N. Apontamentos contra a revitimização no sistema de justiça criminal. In: **A defesa de crianças e adolescentes vítimas de violências sexuais – reflexões sobre a responsabilização a partir de dez situações acompanhadas por centros de defesa dos direitos da criança e do adolescente no Brasil.** São Paulo: ANCED, p.85-90, 2009.

SOUSA, S. **Prostituição infantil e juvenil: uma análise psicossocial do discurso de depoentes da CPI.** Tese de doutorado não-publicada, Pontificia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

SOUZA, J. C. **A efetividade dos Direitos da criança e do adolescente**. São Paulo: Pillares, 2008. 282p.

SOUZA, R. & SOUZA, L. Os dilemas de nomeação: prostituição infanto-juvenil e conceitos relacionados. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 26, n. 2, 2009.

TOMAS, C. & FONSECA, D. **Crianças em perigo: o papel das Comissões de Proteção de Menores em Portugal**. Dados, v. 47, n. 2, 2004.

TRINDADE, E. **As Meninas da Esquina - Diários dos sonhos, dores e aventuras de seis adolescentes do Brasil** – 3ª Ed – Rio de Janeiro: Record, 2010.

VAZ, M. Meninas de Salvador. **Pesquisa sobre a População Infanto-Juvenil Prostituída** – CEDECA/UNICEF. Bahia. 1994.

YUNES, M. A. M. Psicologia positiva e resiliência: foco no indivíduo e na família. In: DELL'AGLIO, D; KOLLER, S.H.; YUNES, M, A.(org). **Resiliência e psicologia positiva: interfaces do risco à proteção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, p.45-68, 2006.

YUNES, M.A.M; GARCIA, N.M; ALBUQUERQUE, B. Monoparentalidade, pobreza e resiliência: entre as crenças dos profissionais e as possibilidades da convivência familiar. In: **Revista Psicologia: Reflexão & Crítica**, 20 (3), 2007 (no prelo)

YUNES, M. A. M & SZMANSKI, H. **Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas**. In: TAVARES. J. (Org). Resiliência e educação, São Paulo: Cortez, p.13-42, 2001.

ANEXOS

ANEXO A**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE****PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA O CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS**

A presente pesquisa tem como finalidade identificar a rede de proteção construída para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes no município do Rio Grande, bem como investigar a percepção da vítima de exploração sexual sobre a violação propriamente dita e o seu conhecimento, acesso e avaliação da rede de proteção existente. Para tanto, solicitamos a sua autorização e a sua contribuição para a realização do estudo através do preenchimento de um protocolo que visa o mapeamento das redes de proteção e das redes de exploração sexual existentes no município de Rio Grande e a incidência do registro de ocorrências dessa violação no período de 2008/2009 e a indicação de crianças e adolescentes envolvidas nessa problemática para futuro contato. Todas as informações obtidas nestas entrevistas são anônimas. No relatório dos resultados de pesquisa, os participantes, os nomes das instituições serão identificados de forma fictícia. Agradecemos a colaboração das instituições envolvidas para a realização desta atividade de pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais. A pesquisadora responsável por esta pesquisa é Luciana Barbosa da Silva Vega, aluna do Mestrado em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Simone dos Santos Paludo. Caso queiram contactar com nossa equipe, isto poderá ser feito pelo telefone 32336896.

Nome da Responsável pela Instituição pesquisada

Local e Data - Assinatura

ANEXO B

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA O CONSELHO TUTELAR

O Conselho Tutelar é o órgão encarregado pela sociedade para zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes. Tendo em vista que essa importante atribuição do Conselho Tutelar, eu Luciana Barbosa da Silva Vega, Mestranda em Educação Ambiental - FURG sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Simone dos Santos Paludo, solicito autorização dessa instituição para a participação de crianças e adolescentes envolvidos com a exploração sexual no município de Rio Grande no estudo intitulado “Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e as Redes de Proteção: Um estudo socioambiental no município do Rio Grande”.

Objetivo da Pesquisa: Esta pesquisa pretende identificar a rede de proteção construída para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes no município do Rio Grande, bem como investigar como a vítima de exploração sexual percebe a própria violência sofrida e qual é o seu conhecimento, acesso e avaliação da rede de proteção existente no município.

Procedimentos Metodológicos: Para a realização da pesquisa serão contatados o Conselho Tutelar, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e as meninas e meninos vítimas da exploração sexual. A primeira etapa será realizada no CREAS e visa a aplicação de um questionário para a identificação do problema da violência sexual e para o mapeamento das redes de proteção e de exploração sexual existentes no município e a indicação de crianças e adolescentes vítimas dessa violência, que estão sendo atendidas pelo serviço no momento da pesquisa. A segunda buscará as mesmas informações no Conselho Tutelar e solicitará a indicação de vítimas de exploração sexual de crianças e adolescentes que ainda estão nas ruas, sem atendimento da rede. A terceira etapa do estudo envolverá a participação voluntária das meninas e meninos vítimas da exploração sexual, indicadas pelos serviços contatados, em entrevistas semi-estruturadas.

Participantes da pesquisa: Na primeira etapa participará o diretor ou responsável pelo CREAS e na segunda etapa participarão três responsáveis pela coordenação das três regionais do Conselho Tutelar do município de Rio Grande. Na terceira etapa, participarão desse estudo seis crianças e/ou adolescentes, do sexo feminino ou masculino, idade até 18 anos e envolvimento em alguma forma de exploração sexual (prostituição, turismo sexual, pornografia, tráfico para fins sexuais), sendo que ao responsável do CREAS será solicitada a indicação de pelo menos três crianças e/ou adolescentes envolvidas com a exploração sexual que estão sendo atendidas na rede de proteção no momento da pesquisa. Já aos conselheiros será solicitada a indicação de pelo menos outras três crianças e/ou adolescentes com as mesmas características (idade e envolvimento na exploração sexual), no entanto, será critério de inclusão a não participação na rede de proteção, ou seja, aqueles que ainda não receberam apoio da rede e que circulam nas ruas da cidade visando a exploração sexual. A autorização oferecida pelo Conselho Tutelar será destinada a participação dos três últimos participantes citados, os quais não se encontram efetivamente protegidos pela rede de apoio social e pessoal

no momento da pesquisa, uma vez que estarão circulando pelas ruas do município em razão da exploração sexual.

Riscos e desconforto: O projeto de pesquisa em questão caracteriza-se como uma pesquisa de risco mínimo, ou seja, os procedimentos não sujeitam os participantes a riscos maiores do que os encontrados nas suas atividades cotidianas. O (A) entrevistador(a), por fazer parte de um grupo de pesquisa que tem experiência com a população em situação de risco – Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas de Rua (CEP-RUA), está devidamente preparado, de forma ética, metodológica e teórica para abordar pontos frágeis referentes aos objetivos pesquisados, mostrando-se pronto(a) para escutar e acolher sentimentos que possam surgir, assim como, minimizar/diminuir os riscos presentes. Inclusive orientado(a) a intervir e encaminhar os participantes após a entrevista, a fim de possibilitar o acesso efetivo a rede de proteção. Contudo, caso algum procedimento leve a constrangimento, ansiedade ou angústia, a pesquisa será interrompida, e será possibilitado o atendimento imediato a criança ou adolescente participante. É necessário lembrar ainda que todos os participantes serão consultados e apenas participarão se assim quiserem conforme descrito no consentimento livre e esclarecido que será oferecido a eles.

Benefícios: Os participantes da pesquisa autorizados pelo Conselho Tutelar não receberão nenhum benefício direto (ex. dinheiro, presentes ou favores). Os benefícios que esperamos alcançar são possibilitar um espaço de escuta para as crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual na cidade do Rio Grande, oferecer apoio social aos envolvidos na pesquisa e orientar/encaminhar os participantes a rede de apoio social existente. Além disso, os resultados da pesquisa permitirão o levantamento de estratégias para a prevenção, a defesa e o atendimento dessa população vulnerável.

É importante esclarecer que os participantes em questão (crianças e adolescentes envolvidos com a exploração sexual que não estão efetivamente protegidos pela rede de proteção do município) tem a liberdade de recusar a participação em qualquer fase da pesquisa, e ainda, de retirar sua permissão, a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

Confidencialidade: As informações desta pesquisa serão confidenciais, assim como, todos os dados pessoais e institucionais serão mantidos em sigilo e os resultados gerais obtidos através desta pesquisa serão utilizados apenas para alcançar os objetivos do trabalho, exposto acima, incluída sua publicação na literatura científica especializada.

Pagamento: Não haverá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Sua colaboração é de extrema importância para que possamos juntos repensar as estratégias de enfrentamento e atendimento a essa população. Durante todo o período da pesquisa você tem o direito de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento, bastando para isso entrar em contato, com alguma das pesquisadoras pelo telefone 32336896.

Autorização:

Após a leitura deste documento e os esclarecimentos oferecidos pelo pesquisador responsável, acredito estar suficientemente informado sobre o estudo em questão, ficando claro para mim o tipo de participação das crianças e adolescentes que estão envolvidos na situação de exploração sexual e que, no momento da pesquisa, não estão efetivamente protegidas pela rede de apoio social e familiar. Estou ciente que a participação dessa população é voluntária e

que, a qualquer momento, esses meninos e meninas poderão retirar o consentimento e a permissão sem qualquer prejuízo ou penalidade. Declaro, ainda, que estou ciente dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serão submetidos, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto e das atribuições do Conselho Tutelar identificadas na Lei Nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, expresso a concordância dessa INSTITUIÇÃO na participação de crianças e adolescentes envolvidos com a exploração sexual no município do Rio Grande.

Esse Termo de Consentimento é feito em duas vias, sendo que uma permanecerá poder do Conselho Tutelar e outra com o pesquisador responsável.

Assinatura do responsável pelo Conselho Tutelar

Assinatura do responsável pela pesquisa

Local e Data

ANEXO C

PROTOCOLO DE MAPEAMENTO E REGISTRO DE EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E DAS REDES DE ATENDIMENTO EXISTENTES NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE

Nome do/a Entrevistado/a:				
Cargo/função:				
Telefone(s):			E-mail:	
Data:		Local da Entrevista:		
1. Segundo as rotinas e os registros mantidos na instituição pode se afirmar a ocorrência da violência sexual contra crianças e adolescentes no município?				
<input type="checkbox"/> SIM		<input type="checkbox"/> NÃO		<input type="checkbox"/> NÃO SABE
2. Em caso positivo, qual a distribuição quantitativa de casos de violência sexual praticada contra crianças e adolescentes nos anos de 2008/2009 na instituição?				
Tipo de Violência	Denunciados	Atendidos	Acompanhados	Desligados
A - Prostituição				
B - Pornografia infanto-juvenil				
C - Turismo sexual				
D - Tráfico para fins de exploração				
3. Você acha que nos últimos anos tem aumentado o número de ocorrências de exploração sexual?				
<input type="checkbox"/> NÃO				
<input type="checkbox"/> NÃO SABE				
<input type="checkbox"/> SIM. Por que?.....				
Segundo o dia-a-dia vivenciado na instituição e as notícias que tem conhecimento:				
4. Distribuição do número de casos com relação à faixa etária das crianças e adolescentes em situação de violência sexual:				
Tipo de Violência	0-6 anos	7-12 anos	13-17 anos	TOTAL
A - Prostituição				
B - Pornografia infanto-juvenil				
C - Turismo sexual				
D - Tráfico para fins de exploração				
5. Distribuição do número de casos com relação ao sexo das crianças e adolescentes em situação de violência sexual:				
Tipo de violência	Feminino	Masculino	TOTAL	
A - Prostituição				

B - Pornografia			
C - Turismo sexual			
D - Tráfico para fins de exploração			
6. Localidades de ocorrência da violência sexual contra crianças e adolescentes:			
Tipo de violência	Localidades de ocorrência (bairros)		
A - Prostituição			
B - Pornografia			
C - Turismo sexual			
D - Tráfico para fins de exploração			
7. Período de ocorrência da violência sexual contra crianças e adolescentes:			
Tipo de violência	Período de ocorrência (dias e horários)		
A - Prostituição			
B - Pornografia			
C - Turismo sexual			
D - Tráfico para fins de exploração			
8. Origem da crianças e adolescentes em situação de violência sexual:			
Tipo de violência	Origem (bairros)		
A – Prostituição			
B - Pornografia			
C - Turismo sexual			
D - Tráfico para fins de exploração			
9. Condições socioeconômicas das famílias das crianças e adolescentes em situação de violência sexual:			
Tipo de violência	Condições socioeconômicas		
A - Prostituição			
B - Pornografia			
C - Turismo sexual			
D - Tráfico para fins de exploração			

10. Autores da violência sexual contra crianças e adolescentes:				
Tipo de violência		Autores (segmentos)		
A - Prostituição				
B - Pornografia				
C - Turismo sexual				
D - Tráfico para fins de exploração				
11. Você conhece as redes de atendimento, prevenção e defesa em relação a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes do município de Rio Grande ?				
<input type="checkbox"/> SIM		<input type="checkbox"/> NÃO		<input type="checkbox"/> NÃO SABE
Serviços				
	Você conhece?	Existe no município?	Quantos?	Atende situação de exploração sexual?
Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Rede Família				
Conselho Tutelar				
Juizado da Infância e da Juventude				
Promotoria da Infância e da Juventude				
Defensoria Pública				
Posto Policial				
Posto Policial para Mulher				
Posto Policial para Criança e Adolescente				
Delegacia de Polícia				
Polícia Rodoviária Federal				
Polícia Rodoviária Estadual				
Escolas Municipais				
Escolas Estaduais				
Escolas Particulares				
Posto de Saúde				

Unidade Básica de Saúde				
Unidade Básica de Saúde da Família				
CREAS				
CRAS				
Instituições de Abrigo				
ONG				
Programas para crianças e jovens				
Grupos de jovens				
Associações de comunidade				
Outros.				
Citar:				
12. Como a instituição (na pessoa responsável entrevistada) percebe a atuação das redes no município quanto a exploração sexual de crianças e adolescentes?				
13. Como a Instituição (na pessoa responsável entrevistada) percebe a articulação das redes no município quanto a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes?				
14. Quais as sugestões da instituição que representas para o enfrentamento da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes?				
Parte destinada ao CREAS: Você conhece alguma criança ou adolescente que foi explorada sexualmente e está ou esteve em atendimento no serviço que poderia participar do estudo?				
<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim Se sim, indique o nome e o local onde a criança e o adolescente pode ser encontrado: _____				
Parte destinada ao Conselho Tutelar: Você conhece alguma criança ou adolescente que está sendo explorada sexualmente que poderia participar do estudo?				
<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim Se sim, indique o nome e o local onde a criança e o adolescente pode ser encontrado: _____				

ANEXO D

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA OS PAIS OU RESPONSÁVEIS LEGAIS DA CRIANÇA OU ADOLESCENTE PARTICIPANTE

Eu, Luciana Barbosa da Silva Vega, Mestranda em Educação Ambiental - FURG sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Simone dos Santos Paludo, responsáveis pela pesquisa “Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e as Redes de Proteção: Um estudo socioambiental no município do Rio Grande” solicitamos a sua autorização para entrevistar o(a) seu(sua) filho(filha) ou o adolescente que está sob a sua responsabilidade legal. Para que sua autorização seja oferecida, por favor, leia o documento a seguir e esclareça qualquer dúvida com o pesquisador responsável.

Natureza da Pesquisa: Esta pesquisa pretende identificar a rede de proteção construída para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes no município do Rio Grande, bem como investigar como a vítima de exploração sexual percebe a própria violência sofrida e qual é o seu conhecimento, acesso e avaliação da rede de proteção existente no município. Sua colaboração é de extrema importância para que possamos juntos repensar as estratégias de enfrentamento e atendimento a essa população.

Procedimentos Metodológicos: Para a realização da pesquisa serão contatados o Conselho Tutelar, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e as meninas e meninos vítimas da exploração sexual. A primeira etapa será realizada no CREAS e visa a aplicação de um questionário para a identificação do problema da violência sexual e para o mapeamento das redes de proteção e de exploração sexual existentes no município e a indicação de crianças e adolescentes vítimas dessa violência, que estão sendo atendidas pelo serviço no momento da pesquisa. A segunda buscará as mesmas informações no Conselho Tutelar e solicitará a indicação de vítimas de exploração sexual de crianças e adolescentes que ainda estão nas ruas, sem atendimento da rede. A terceira etapa do estudo envolverá a participação voluntária das meninas e meninos vítimas da exploração sexual, indicadas pelos serviços contatados, em entrevistas semi-estruturadas.

Participantes da pesquisa: Na primeira etapa participará o diretor ou responsável pelo CREAS e na segunda etapa participarão três responsáveis pela coordenação das três regionais do Conselho Tutelar do município de Rio Grande. Na terceira etapa, participarão desse estudo seis crianças e/ou adolescentes, do sexo feminino ou masculino, idade até 18 anos e envolvimento em alguma forma de exploração sexual (prostituição, turismo sexual, pornografia, tráfico para fins sexuais), sendo que ao responsável do CREAS será solicitada a indicação de pelo menos três crianças e/ou adolescentes envolvidas com a exploração sexual que estão sendo atendidas na rede de proteção no momento da pesquisa. Já aos conselheiros será solicitada a indicação de pelo menos outras três crianças e/ou adolescentes com as mesmas características (idade e envolvimento na exploração sexual), no entanto, será critério de inclusão a não participação na rede de proteção, ou seja, aqueles que ainda não receberam apoio da rede e que circulam nas ruas da cidade visando a exploração sexual.

Riscos e desconforto: O projeto de pesquisa em questão, não apresenta a princípio nenhuma situação de risco social ou pessoal, lembrando que todos os participantes serão consultados e apenas participarão se assim quiserem conforme descrito no consentimento livre e esclarecido. O(A) entrevistador(a), por fazer parte de um grupo de pesquisa que tem experiência com a população em situação de risco (CEP-RUA), está devidamente preparado, de forma ética, metodológica e teórica para abordar pontos frágeis referentes aos objetivos pesquisados, mostrando-se pronto(a) para escutar e acolher sentimentos que possam surgir, assim como, minimizar/diminuir os riscos presentes. Inclusive orientado(a) a intervir e encaminhar os participantes após a entrevista, a fim de possibilitar o acesso efetivo a rede de proteção. Contudo, caso algum procedimento leve a constrangimento, ansiedade ou angústia, a pesquisa será interrompida, e será possibilitado o atendimento imediato a criança ou adolescente participante.

Benefícios: Ao participar desta pesquisa você não terá nenhum benefício direto. Os benefícios que esperamos alcançar são possibilitar um espaço de escuta para as crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual na cidade do Rio Grande, oferecer apoio social aos envolvidos na pesquisa, iniciar um banco de dados e divulgar sobre os resultados da pesquisa.

É importante esclarecer que você tem liberdade de se recusar a autorizar a participação do(a) seu(sua) filho(a) ou adolescente que está sob a sua responsabilidade ou ainda retirar a sua autorização a qualquer momento da pesquisa. Além disso, cabe ressaltar que, serão solicitados a autorização e o consentimento do(a) seu(sua) filho(a) no momento anterior a entrevista. Ele(a) terá a possibilidade de recusar o convite ou recusar continuar participando em qualquer fase da pesquisa. Nenhum prejuízo será imposto se ele(a) retirar sua permissão, a qualquer momento. Durante todo o período da pesquisa o(a) seu(sua) filho(a) ou o adolescente que está sob a sua responsabilidade legal tem o direito de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento, bastando para isso entrar em contato, com alguma das pesquisadoras pelo telefone 32336896.

Confidencialidade: As informações desta pesquisa serão confidenciais, assim como, todos os dados pessoais e institucionais serão mantidos em sigilo e os resultados gerais obtidos através desta pesquisa serão utilizados apenas para alcançar os objetivos do trabalho, exposto acima, incluída sua publicação na literatura científica especializada.

Pagamento: Não haverá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Autorização:

Eu,....., após a leitura e/ou escuta da leitura deste documento e tendo a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável para esclarecer todas as minhas dúvidas, acredito estar suficientemente informado, ficando claro que posso retirar este consentimento ou permissão, a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente de que o(a) meu(minha) filho(a) ou o adolescente que está sob a minha responsabilidade legal será convidado a participar do estudo e será entrevistado, caso aceitar. Da mesma forma, ele(a) será informado sobre o estudo e poderá consentir ou não a sua participação, desde que eu (pais ou responsáveis

legais) tenha autorizado sua participação. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar. Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento e autorização sobre a participação do(a) meu(minha) filho(a) ou adolescente que está sob a minha responsabilidade legal na referida pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo, assim como, estando livre para interrompê-la a qualquer momento.

Esse Termo de Consentimento é feito em duas vias, sendo que uma permanecerá em meu poder e outra com o pesquisador responsável.

Assinatura dos Pais ou Representante Legal

Local e Data

ANEXO E**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE****PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA AS CRIANÇAS E****OS ADOLESCENTES PARTICIPANTES**

Eu, Luciana Barbosa da Silva Vega, Mestranda em Educação Ambiental - FURG sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Simone dos Santos Paludo, convido você a participar do estudo “Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e as Redes de Proteção: Um estudo socioambiental no município do Rio Grande”. Para que sua autorização seja oferecida vamos ler o documento a seguir e esclarecer todas as dúvidas que possam surgir durante a leitura.

Estou ciente de que estou sendo convidado a participar de um estudo que tem como objetivo identificar a rede de proteção construída para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes no município do Rio Grande, compreender como a vítima de exploração sexual percebe a violência sofrida e investigar quais os serviços de proteção conhece no município do Rio Grande.

Fui informado que serão convidados a participar desse estudo meninos e meninas que assim como eu, já foram vítimas ou estão sendo vitimizados sob alguma forma de exploração sexual. Por esse motivo, tenho consciência de que vou conversar um pouco com o(a) pesquisador(a) sobre essa situação de violência que aconteceu ou ainda está acontecendo na minha vida. Estou ciente de que a minha participação é voluntária e só participarei se assim desejar e autorizar. Fui informado, ainda, de que posso recusar a minha participação ou desistir a qualquer momento da pesquisa sem sofrer qualquer prejuízo por essa decisão. Se decidir participar, a minha identidade (meu nome) será mantida em segredo, assim como qualquer outra informação que eu não queira que venha a ser conhecida por outras pessoas. Fui informado que não serei submetido a nenhum tipo de risco ou dano que comprometa a minha dignidade. Se eu necessitar de alguma orientação ao final da entrevista, poderei contar com o apoio do(a) entrevistador(a). Contudo, caso seja constatado algum constrangimento, ansiedade ou angústia em algum momento do estudo, a pesquisa será interrompida e um atendimento imediato será oferecido.

Poderei obter outras informações com as responsáveis pela Pesquisa: Luciana Barbosa da Silva Vega, aluna do Mestrado em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Simone dos Santos Paludo. Caso queira

contato com a equipe, poderei telefonar para o número 32336896 e conversar com as pesquisadoras.

Declaro que obtive todas as informações necessárias para poder decidir conscientemente sobre a minha participação na pesquisa apresentada, estando livre para interrompê-la a qualquer momento. Por esse motivo, decido consentir/autorizar assinando esse documento.

Eu, _____, idade _____, dou meu Consentimento Livre e Esclarecido, como participante voluntário do projeto de pesquisa acima citado, sob responsabilidade de Luciana Barbosa da Silva Vega, Mestranda em Educação Ambiental - FURG sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Simone dos Santos Paludo.

Assinatura do Participante

Local e Data

Assinatura do Pesquisador

ANEXO F

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES
VÍTIMAS ABRIGADAS(OS) E CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS NÃO
ABRIGADAS

Nome do/a Entrevistado/a:	
Local da entrevista:	Data:
Quem indicou:	
Dados biosociodemográficos	
1.Sexo: A <input type="checkbox"/> masculino B <input type="checkbox"/> feminino	
2.Idade: A <input type="checkbox"/> _____ anos B <input type="checkbox"/> não sabe	
3.Data de nascimento/dia do aniversário: _____ / _____ / _____ <input type="checkbox"/> não sabe	
4.Onde você mora (bairro)? _____	
5.Com quem?	
A <input type="checkbox"/> pai	
B <input type="checkbox"/> mãe	
C <input type="checkbox"/> padrasto	
D <input type="checkbox"/> madrasta	
E <input type="checkbox"/> irmão(s) – quantos? _____	
F <input type="checkbox"/> avó	
G <input type="checkbox"/> avô	
H <input type="checkbox"/> tios	
I <input type="checkbox"/> pais adotivos	
J <input type="checkbox"/> outros – quem? _____	
6. Seus pai/mãe trabalham? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
7. O que fazem?	

8. Quem sustenta a casa?	

9. Você ajuda no sustento da casa? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
10. O que você faz para ajudar no sustento da casa? _____	

11. Você estuda?

A Nunca estudou

B estuda: _____ série

C estudou até a _____ série

11a Se não, por que motivos parou de estudar?

A não gostava, ia mal na escola

B mudou de local de moradia (cidade, bairro, etc.)

C saiu de casa

D não tinha vaga

E precisou trabalhar

F a escola era longe

G não tinha dinheiro para material, uniforme, etc.

H foi expulso (a)

I não lembra

J outros: _____

11b Há quanto tempo parou de estudar? _____

12. Você tem outras atividades no seu dia-a-dia? Sim Não

12a Quais?

A faz um curso profissionalizante (artesanato, computação, comida)- onde?

B frequenta algum local de saúde – qual? _____

C frequenta alguma associação – qual? _____

D faz algum esporte/arte (capoeira, Hip-hop, dança) – onde? _____

E outra – qual? _____

13. Você já passou por alguma situação violenta no seu dia-a-dia? Sim Não

13a Alguma pessoa da rua, já ficou brava, agressiva, violenta ou fez outra coisa que te incomodou?

A discussão

B discussão e bronca exagerada

C ameaça de soco, tapa e empurrão.

D deu de fato, soco, tapa e empurrão.

E ameaça com objeto (pedaço de madeira, bituca de cigarro, etc.).

F agressão com objeto (pedaço de madeira, bituca de cigarro, etc.).

G ameaça com arma (faca, revólver).

H agressão com arma (faca, revólver).

I tentativa de mexer no corpo, beijar.

J mexeu de fato no corpo, beijou de fato.

K abuso sexual

L ameaça de castigo

M deu de fato castigo. Qual? _____

N outro. Qual? _____

13b Quem fazia isso? + de uma resposta

- A vizinho
 B desconhecido
 C policial
 D outro: _____

14. Você já passou por alguma situação violenta no seu dia-a-dia dentro da sua casa/com a sua família?

- Sim Não

14a. E na sua casa, alguma pessoa da sua família já ficou brava, agressiva, violenta ou fez outra coisa que te incomodou?

- A discussão
 B discussão e bronca exagerada
 C ameaça de soco, tapa e empurrão.
 D deu de fato, soco, tapa e empurrão.
 E ameaça com objeto (pedaço de madeira, bituca de cigarro, etc.).
 F agressão com objeto (pedaço de madeira, bituca de cigarro, etc.).
 G ameaça com arma (faca, revólver).
 H agressão com arma (faca, revólver).
 I tentativa de mexer no corpo, beijar.
 J mexeu de fato no corpo, beijou de fato.
 K abuso sexual
 L ameaça de castigo
 M deu de fato castigo. Qual? _____
 N outro. Qual? _____

14b Quem fazia isso? + de uma resposta

- A pai
 B mãe
 C padrasto
 D madrasta
 E outro: _____

15. Alguma vez você já experimentou alguma substância psicoativa (droga licita e ilícita) na sua vida?

- Sim Não

15a. Quais das seguintes substâncias você já experimentou na vida? + de 1 uma resposta

- A cigarro comum
 A álcool
 C solvente (cola, loló, esmalte, lança, thinner, benzina)
 D maconha
 E cocaína (pó, farinha) cheirada/injetada
 F crack
 G medicamentos (Rohypnol, Artane, Benglogin)
 H chá de cogumelo
 I outra. Qual? _____

Lazer:

16. O que faz para se divertir? _____

17. Com quem? _____

18. Com qual frequência? _____

19. Você já teve algum namorado/namorada? Sim Não

20. Quantos anos você tinha quando teve o primeiro(a) namorado(a)? _____

21. Quantos namorados(as) você já teve? _____

Sexualidade:22. Você já teve a sua primeira relação sexual? Sim Não

23. Quantos anos você tinha quando teve sua primeira relação sexual? _____

24. Com que você teve a sua primeira relação sexual?

A namorado(a)B amigo(a)C parente. Qual? _____D vizinhoE desconhecidoF outro. Quem? _____25. Alguma vez alguém obrigou você a manter relações sexuais? Sim Não

25a Quem te obrigou?

A paiB mãeC padrastoD madrastaE irmão/irmãF tios/tiasG avô/avóH namoradoI desconhecidoJ outros: _____

26. Alguma vez aconteceu alguma dessas situações com você?

	Já aconteceu?	Quem fazia isso?
Conversou sobre sexo	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> mãe <input type="checkbox"/> pai <input type="checkbox"/> madrasta <input type="checkbox"/> padrasto <input type="checkbox"/> parente <input type="checkbox"/> vizinho <input type="checkbox"/> namorado <input type="checkbox"/> desconhecido <input type="checkbox"/> motorista <input type="checkbox"/> outro.-
Tirou fotos do seu corpo	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> mãe <input type="checkbox"/> pai <input type="checkbox"/> madrasta <input type="checkbox"/> padrasto <input type="checkbox"/> parente <input type="checkbox"/> vizinho

		<input type="checkbox"/> namorado <input type="checkbox"/> desconhecido <input type="checkbox"/> motorista <input type="checkbox"/> outro.-
Mostrou um filme pornográfico	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> mãe <input type="checkbox"/> pai <input type="checkbox"/> madrasta <input type="checkbox"/> padrasto <input type="checkbox"/> parente <input type="checkbox"/> vizinho <input type="checkbox"/> namorado <input type="checkbox"/> desconhecido <input type="checkbox"/> motorista <input type="checkbox"/> outro.-
Pediu para ser tocado(a)	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> mãe <input type="checkbox"/> pai <input type="checkbox"/> madrasta <input type="checkbox"/> padrasto <input type="checkbox"/> parente <input type="checkbox"/> vizinho <input type="checkbox"/> namorado <input type="checkbox"/> desconhecido <input type="checkbox"/> motorista <input type="checkbox"/> outro.-
Mexeu no seu corpo	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> mãe <input type="checkbox"/> pai <input type="checkbox"/> madrasta <input type="checkbox"/> padrasto <input type="checkbox"/> parente <input type="checkbox"/> vizinho <input type="checkbox"/> namorado <input type="checkbox"/> desconhecido <input type="checkbox"/> motorista <input type="checkbox"/> outro.-
Forçou uma relação sexual com você	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> mãe <input type="checkbox"/> pai <input type="checkbox"/> madrasta <input type="checkbox"/> padrasto <input type="checkbox"/> parente <input type="checkbox"/> vizinho <input type="checkbox"/> namorado <input type="checkbox"/> desconhecido <input type="checkbox"/> motorista <input type="checkbox"/> outro.-

27. Alguma vez você fez sexo para obter favores, presentes ou outros benefícios? Sim
 Não

27a Por que motivo?

- A para conseguir dinheiro
B para conseguir drogas. Qual droga? _____
C para receber comida
D para poder ter um lugar para morar
E outro: _____

27b Se a droga for mencionada, responder as seguintes questão: Quando você sentiu uma vontade muito grande (fissura) e não tinha dinheiro ou a droga “na hora”, o que já fez para conseguir a droga ou dinheiro para comprar?

- A nunca sentiu vontade muito grande
B roubou
C transou (fez sexo). Usou camisinha?
1 Sim 2 não 3 não lembra
D sexo oral
E fez alguma outra coisa. Qual? _____

Atividade da exploração sexual (Conte-nos a tua experiência com a exploração sexual)

<p>28. Com qual idade começaste? _____</p> <p>29. Quem contou que você poderia ganhar dinheiro, presente ou favor em troca de sexo?</p> <p>A <input type="checkbox"/> pai B <input type="checkbox"/> mãe C <input type="checkbox"/> madrasta D <input type="checkbox"/> padrasto E <input type="checkbox"/> parente. Qual? _____ F <input type="checkbox"/> irmão/irmã G <input type="checkbox"/> cafetão/aliciador H <input type="checkbox"/> outro. Quem? _____</p> <p>30. Alguém forçou você a participar?</p> <p>A <input type="checkbox"/> pai B <input type="checkbox"/> mãe C <input type="checkbox"/> madrasta D <input type="checkbox"/> padrasto E <input type="checkbox"/> parente. Qual? _____ F <input type="checkbox"/> irmão/irmã G <input type="checkbox"/> cafetão/aliciador H <input type="checkbox"/> outro. Quem? _____</p> <p>31. Que tipo de violência sexual você já participou?</p> <p>A <input type="checkbox"/> prostituição B <input type="checkbox"/> pedofilia C <input type="checkbox"/> turismo sexual D <input type="checkbox"/> tráfico sexual</p> <p>32. Hoje você está envolvida em qual tipo de violência sexual? _____</p>
<p>33. Como definirias essa prática (Se você tivesse que explicar para alguém o que fazes, como explicarias?)</p> <p>_____</p>
<p>34. O que pensavas sobre essa prática quando você começou?</p> <p>_____</p>
<p>35. Atualmente, o que pensas sobre a prática (mudou ou não a sua expectativa)?</p> <p>_____</p>
<p>36. Existem/existiram dificuldades na atividade de exploração sexual? Quais?</p> <p>_____</p>
<p>37. O que pensas sobre os homens-mulheres clientes? Como eles/elas são? _____</p>

38. Como fazes o programa? Você procura o(a) cliente?
 Sim Não Depende

39. O(a) cliente costuma te procurar?
 Sim Não Depende

40. Alguém te indica? Sim Não

41. Quem te indica?

42. Onde você costuma ficar (local, rua, bairro)?

43. Que horário você está nesse local?

44. Quais são os locais da cidade que tem maior procura por menina/menino (local, rua, bairro)?

45. Quem são os teus clientes mais freqüentes?
A meninas/mulheres B meninos/homens C ambos

46. Quantos clientes você tem por dia?

47. Sabes me dizer quantos clientes tivesse nesse ano?

48. Você costuma fazer o programa sozinha?
 Sim Não Depende

49. Já fizesse algum programa com outra pessoa além do cliente? Sim Não

49ª Se sim, com quem?
A menina/mulher conhecida B meninos/homens conhecidos C pessoas que o cliente trazia

50. Em que local acontece o programa na maioria das vezes?
A na própria casa
B na casa do cliente
C no motel
D na rua
E no bar
F no bordel
G no posto de gasolina

<p>H <input type="checkbox"/> outro. Qual?</p> <hr/> <p>51. O que você sente quando faz sexo?</p> <p>A <input type="checkbox"/> prazer</p> <p>B <input type="checkbox"/> nojo</p> <p>C <input type="checkbox"/> raiva</p> <p>D <input type="checkbox"/> outro. Qual?</p> <hr/>
<p>52. Tu conheces outras meninas/meninos que estão na exploração? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p>53. Como te relacionas com as outras adolescentes que estão na exploração?</p> <hr/>
<p>54. O que mudou na tua vida depois de ter entrado nessa prática?</p> <hr/>
<p>55. A tua família sabe? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p>55.a Como lida com essa situação? _____</p>
<p>56. O que você ganha com essa prática?</p> <p>A <input type="checkbox"/> dinheiro</p> <p>B <input type="checkbox"/> presentes</p> <p>C <input type="checkbox"/> droga</p> <p>D <input type="checkbox"/> favores</p> <p>E <input type="checkbox"/> outro. Qual?</p> <hr/> <p>56a Se você recebe dinheiro, quanto recebe? _____</p> <p>56b O que você faz com esse dinheiro?</p> <p>A <input type="checkbox"/> ajudo minha família</p> <p>B <input type="checkbox"/> compro objetos</p> <p>C <input type="checkbox"/> dá para o aliciador</p> <p>D <input type="checkbox"/> sustenta-se</p> <p>E <input type="checkbox"/> sustenta a família</p> <p>F <input type="checkbox"/> compra drogas</p> <p>G <input type="checkbox"/> outro. Qual? _____</p>
<p>Percepção sobre si e dos outros: (Conte para nós o que tu pensas sobre ti)</p>
<p>57. O que pensas sobre crianças e adolescentes que estão na prática da exploração sexual?</p> <hr/>
<p>58. Que imagem gostaria que as pessoas tivessem sobre você?</p> <hr/>

59. O que você mudaria na sua vida hoje?				

Afetividade: (Conte para nós o que tu achas sobre o amor, casamento e constituição da família)				
60. Como sentes quando estás envolvida emocionalmente com alguém?				

61. Como sentes em relação a tua vida sexual? O que mudou depois da prática da exploração sexual/prostituição? _____				
62. Como achas que as pessoas percebem a tua forma de conduzir a tua vida sexual/afetiva?				

63. O que pensas sobre o amor? Casamento, constituição de família?				

Você conhece as redes de atendimento, prevenção e defesa que existem para as crianças e os adolescentes do município de Rio Grande ?				
<input type="checkbox"/> SIM		<input type="checkbox"/> NÃO		<input type="checkbox"/> NÃO SABE
Serviços				
	Você conhece?	Sabe para que serve esse serviço? Explicar.	Você já foi atendido nesse local?	Se já foi atendido, perguntar por que?
Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Rede Família				
Conselho Tutelar				
Juizado da Infância e da Juventude				
Promotoria da Infância e da Juventude				
Defensoria Pública				
Posto Policial				
Posto Policial para Mulher				

Posto Policial para Criança e Adolescente				
Delegacia de Polícia				
Polícia Rodoviária Federal				
Polícia Rodoviária Estadual				
Escolas Municipais				
Escolas Estaduais				
Escolas Particulares				
Posto de Saúde				
Unidade Básica de Saúde				
Unidade Básica de Saúde da Família				
CREAS				
CRAS				
Instituições de Abrigo				
ONG				
Programas para crianças e jovens				
Grupos de jovens				
Associações de comunidade				
Outros.				
Citar:				

Projeto de vida: (Fale para nós o que pretendes fazer de tua vida daqui para frente)

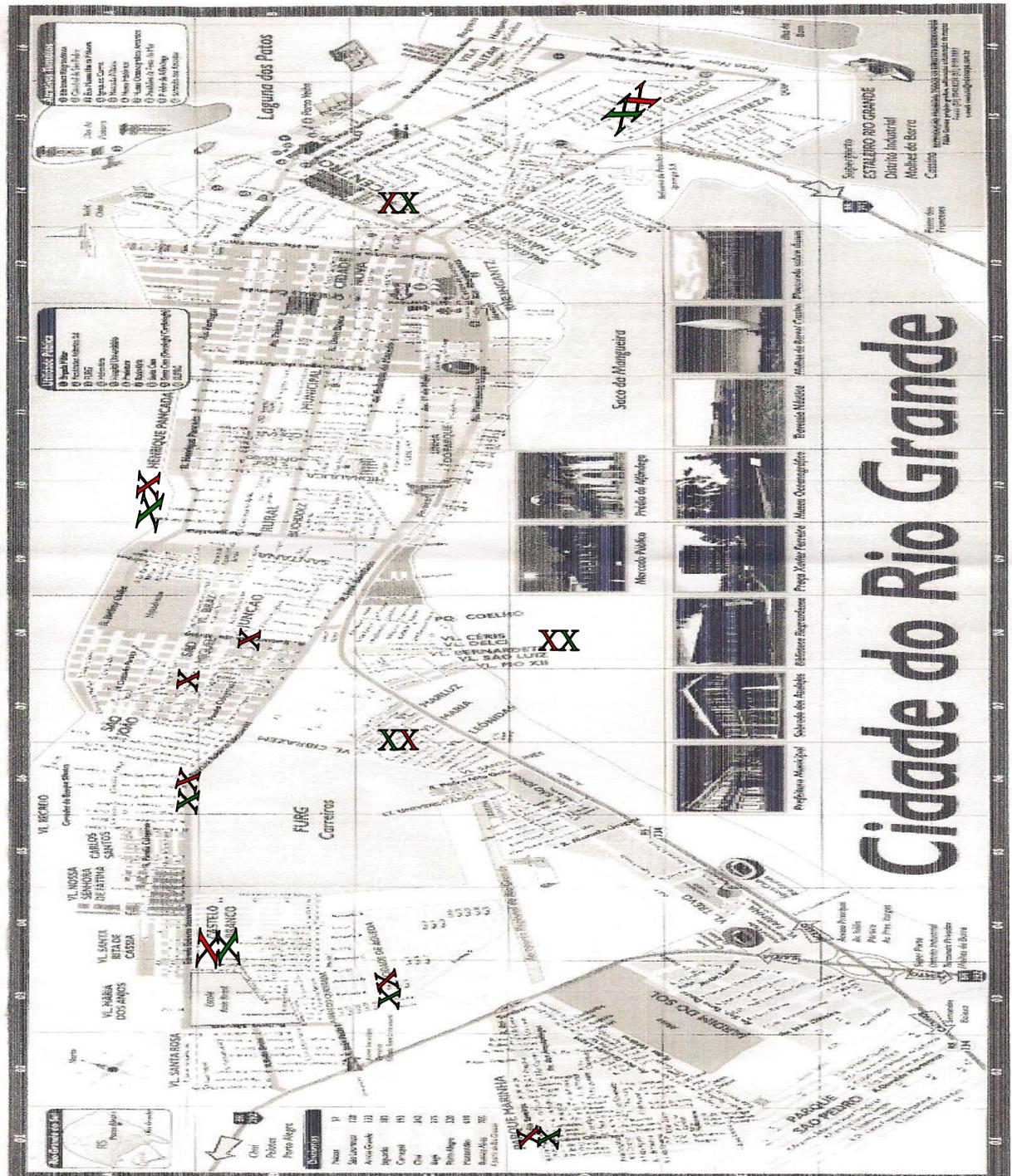
Quais eram os seus planos para a tua vida? O que mudou da fase de criança/adolescente para agora?

Quais planos para o futuro? O que vais fazer daqui para frente?

Conte-me sobre um evento bom em tua vida

ANEXO G

FIGURA 1 – MAPA DAS LOCALIDADES DE OCORRÊNCIA DA ESCA E DE ORIGEM DAS VÍTIMAS – PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DO RIO GRANDE



X Locais de Ocorrência da ESCA em Rio Grande

X Origem das vítimas da ESCA em Rio Grande:

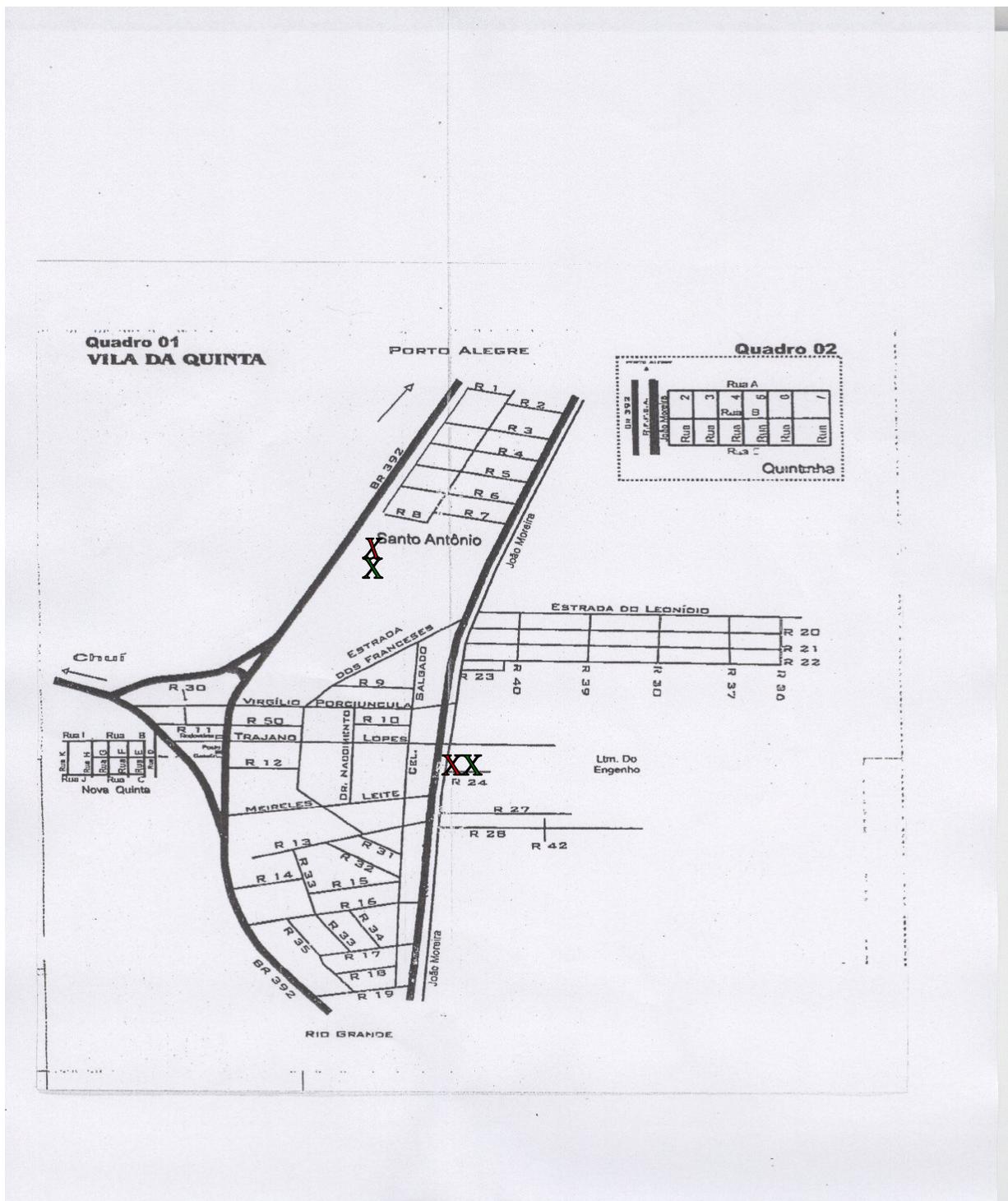
ANEXO H
FIGURA 2 – MAPA DAS LOCALIDADES DE OCORRÊNCIA DA ESCA E DE ORIGEM DAS VÍTIMAS - DISTRITOS DA CIDADE DO RIO GRANDE - CASSINO



X Locais de Ocorrência da ESCA em Rio Grande

X Origem das vítimas da ESCA em Rio Grande:

ANEXO I
FIGURA 3 – MAPA DAS LOCALIDADES DE OCORRÊNCIA DA ESCA E DE
ORIGEM DAS VÍTIMAS - DISTRITOS DA CIDADE DO RIO GRANDE- VILA DA
QUINTA



- X** Locais de Ocorrência da ESCA em Rio Grande
- X** Origem das vítimas da ESCA em Rio Grande:

ANEXO J

MATERIAL JORNALÍSTICO SOBRE O CASO DO PADRE PEDÓFILO EM RIO GRANDE/2009**Cadeia de 13 anos para padre pedófilo de Rio Grande**

Extraído de: Espaço Vital - 18 de Dezembro de 2009

A 8ª Câmara Criminal do TJRS manteve ontem (17) a condenação imposta ao padre católico Claudio da Costa Dias, de Rio Grande (RS), pelo abuso sexual contra duas meninas que, à época, contavam nove e 12 anos. Ele foi flagrado em fevereiro do ano passado [...]

[...] Segundo a denúncia do Ministério Público, o padre oferecia carona para as meninas, dava-lhes cerveja e as levava para motéis, onde praticava sexo oral com elas.

Para que mantivessem segredo, o padre Claudio presenteou-as com celular, materiais escolares e dinheiro. Em 16 de fevereiro de 2008, ele levou uma das menores até a escola na qual era diretor (Colégio Salesiano Leão XIII), onde a fez assistir filmes pornográficos em seu notebook. Na escola salesiana estudam cerca de 800 crianças e adolescentes.

Recursos e voto da relatora

[...] Ao analisar os abusos cometidos contra a menina de 11 anos, dos quais o padre foi absolvido no primeiro grau, a relatora do recurso, desembargadora Fabianne Breton Baisch considerou que o depoimento da menor deve ser analisado em seu conjunto [...]. A magistrada enfatizou que, em seu relato, a menor procura demonstrar repetidamente o quanto sua conduta é ilibada, ressaltando que nunca deixou que ninguém lhe tocasse. Saliou ser marcante o número de vezes em que a menina ressaltou ter nojo de homem, alegando que o único que pode beijá-la é seu pai e que assim será a vida toda.

O voto observou que a narrativa da menor é contrariada por uma amiga, que descreveu em detalhes a forma como o réu praticou sexo oral nas duas. A relatora apontou que a amiga em nenhum momento negou ter sido também vítima dos abusos, descrevendo os atos praticados contra a outra sem a intenção de negar os ocorridos contra si.

Ainda, o depoimento da mãe de uma das adolescentes afirma que as meninas contaram que ambas sofreram abusos. Dessa forma, o voto concluiu estar comprovada a ocorrência do fato, condenando o réu também por este delito.

[...] A desembargadora Fabiane Baisch afirmou que o fato alegado pela defesa de que as meninas possuem problemas familiares, na verdade exacerba a imoralidade da conduta do acusado. Considerou ainda ser possível que as vítimas viessem ingressando na prostituição, porém mesmo dentro de todo este contexto de prostituição, institucionalização, desleixo familiar, abandono etc., as vítimas não deixaram de serem crianças!"

[...] Os desembargadores Danúbio Edon Franco e Isabel de Borba Lucas acompanharam o voto da relatora. É preceito constitucional que se presume a inocência do acusado até que ocorra sua eventual condenação definitiva. A defesa do padre ainda pode tentar recursos aos tribunais superiores. (Proc. nº 70030833107 - com informações do TJRS e da redação do Espaço Vital).

TJ mantém condenação de padre que abusou sexualmente de meninas em Rio Grande

Extraído do TJRS

Por Max em 18/12/09

Em decisão unânime, a 8ª Câmara Criminal manteve a condenação imposta a padre católico de Rio Grande pelo abuso sexual de duas meninas que, à época, contavam nove e 12 anos. O Colegiado condenou o réu também pelo abuso de outra menina, de 11 anos, crime do qual tinha sido absolvido pelo Juiz de 1º Grau. A pena foi mantida em 13 anos e quatro meses de reclusão em regime inicial fechado.

Segundo a denúncia do Ministério Público, o padre oferecia carona para as meninas, dava-lhes cerveja e as levava para motéis, onde praticava sexo oral com elas. Para que mantivessem segredo, presenteou-as com celular, materiais escolares e dinheiro. Em 16/2/2008, levou uma das menores até a escola na qual é diretor, onde a fez assistir diversos filmes pornográficos em seu notebook. A seguir, conduziu-a até seu carro, estacionado na garagem, mandou que tirasse a roupa e fosse para o banco de trás, fazendo carícias antes de tentar manter relações sexuais. No entanto, a menina, aproveitando uma distração do réu, saiu correndo do veículo e pediu ajuda a pessoas que assistiam à missa.(...)

(...) Comprovação do crime apesar de negativa da vítima

Ao analisar os abusos cometidos contra a menina de 11 anos, dos quais o padre foi absolvido no 1º Grau, a relatora do recurso, Desembargadora Fabianne Breton Baisch considerou que o depoimento da menor deve ser analisado em seu conjunto [...] A magistrada enfatizou que, em seu relato, a menor procura demonstrar repetidamente o quanto sua conduta é ilibada, ressaltando que nunca deixou que ninguém lhe tocasse. Salientou ser marcante o número de vezes em que a menina ressaltou ter “nojo de homem”, alegando que o único que pode beijá-la é seu pai e que assim será a vida toda.

Demais abusos

Na avaliação da relatora, a ocorrência dos demais crimes também está fartamente provada pelos depoimentos detalhados, ressaltando que a relevância da palavra da vítima é pacífica nos Tribunais. Observou que o tipo de ato praticado pelo acusado – sexo oral – não deixa vestígios. Acrescentou, ainda, que o réu foi preso em flagrante, quando uma das meninas fugia dos ataques, sendo encontrada seminua no interior da escola em que o acusado é diretor, momento em que ele estava com os trajes desarrumados e com os ânimos alterados.

Afirmou que o fato alegado pela defesa de que as meninas possuem problemas familiares, na verdade “exarceba a imoralidade da conduta do acusado.” Considerou ainda ser possível que as vítimas viessem ingressando na prostituição, porém “mesmo dentro de todo este contexto de prostituição, institucionalização, desleixo familiar, abandono, etc., as vítimas não deixaram de serem crianças! (...) Inviável o reconhecimento de qualquer tese defensiva que impute às vítimas a responsabilidade por um crime que é única e exclusivamente de responsabilidade do denunciado.”